



UFSC

Tese de Doutorado

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO FAMILIAR EM
ASSENTAMENTOS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL EM CANGUÇU – RS**

Cesar De David

PPGG

Florianópolis, SC, Brasil

2005

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO FAMILIAR EM
ASSENTAMENTOS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL EM CANGUÇU – RS**

por

Cesar De David

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, SC), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em Geografia**.

PPGG

Florianópolis, SC, Brasil

2005

Posto em seu devido tempo na terra, o trigo nasceu, cresceu e agora está maduro. Na orla da seara arrancamos uma espiga, esfregamo-la entre as palmas das mãos, que é gesto antigo. Desfaz-se o palhiço seco e quente, reunimos no côncavo da mão as dezoito ou vinte sementes daquele pé, e dizemos: É tempo de ceifar. Estas são as mágicas palavras que hão-de pôr em movimento as máquinas e os homens, ...

(José Saramago)

à tia **Sirlei**,

cuja mão me conduziu pela primeira vez
à escola e que tem sido exemplo de força
e resistência...

dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Este foi um trabalho escrito por muitas mãos. Semelhante ao trabalho no campo, algumas prepararam a terra, outras lançaram a semente, outras tantas retiraram os inços, adubaram, irrigaram e comigo esperaram a planta crescer e tornar-se robusta. Todas compartilham agora a árdua mas gratificante tarefa da colheita, provam comigo o doce sabor da fruta madura, que a todos alimenta. Reconhecidamente agradeço...

- à Prof^ª. Dr^ª. Walquíria Krüger Corrêa, com quem tive a satisfação e o orgulho de trabalhar, recebendo sua orientação, e que esteve presente desde a seleção do curso e partilhou comigo de toda a sua sabedoria e experiência. Privando da convivência com sua família, tive os mais belos exemplos de doçura e dignidade;

- aos meus irmãos Elenita e Flávio, Élvio e Solange, Sérgio e Maria, Eunice, Doralice e Gal, Fernando e Luciane, Cleuza que apesar das dificuldades exigiram, possibilitaram e incentivaram meus estudos e aos meus sobrinhos pela alegria e ternura que trazem à minha vida;

- ao Rogério Lima e digna família, em especial ao Seu Vanderlei (in memoriam) e a Dona Acelina, por todos os anos de convívio e companheirismo, e sobretudo pelo carinho, respeito e admiração que nutrimos reciprocamente;

- ao PICDT/CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), pela bolsa de estudos recebida nestes quatro anos de curso;

- à banca examinadora, pela atenção dispensada e pelas críticas e sugestões que muito contribuíram para o aperfeiçoamento deste trabalho;

- ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente sua coordenação e secretaria personificadas no Prof. Dr. Norberto Olmiro e na Marli Terezinha Costa, sempre solícitos no atendimento das demandas do curso e também aos professores, de modo especial ao Prof. Luiz Fernando Scheibe, Prof. Idaleto Aued, Prof^ª. Margarete A. Pimenta e Prof^ª Leila Dias, que muito contribuíram para minha formação;

- aos colegas do programa, em especial aos mestrandos ingressos em 2001, e a Marlene Grade, o Solismar Fraga Martins e o Lauro Cezar Figueiredo, pelas dúvidas, descobertas e reflexões surgidas nesse espaço-tempo que compartilhamos;

- aos colegas do Departamento de Geociências, à direção do CCNE e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, que possibilitaram meu afastamento e, sobretudo, pelo apoio recebido antes e durante o doutorado;

- aos amigos de Florianópolis, que me acolheram e tornaram esse tempo um dos melhores da minha vida: Eduardo e Nadir Maciel, Fábio Catelan, Paulo Pedroso, Leo, Lia e aos amigos de Santa Maria: Clady Terezinha Lopes, Márcia Pagel e Edna, Eliane Foletto, Adriano Figueiró, Sandra Bolfe e Cláudio, Lusa Aquistapasse, Sandra Fontoura, Ane Carine Meurer e também aos amigos distantes Gláucio Marafon, Carmen e José Wizniewsky, João e Abigail De Marchi, Rosa Noal, Ideni Antonello, por me fazerem tão feliz;

- aos meus padrinhos, tios, primos, demais familiares e amigos que nunca deixaram faltar carinho e incentivo para prosseguir meus estudos;

- à COCEARGS e a CPT de Porto Alegre-RS e às instituições de Canguçu que me receberam e colaboraram sempre que solicitadas, de modo especial à EMATER, na pessoa de Vilson Júnior Santi, Sindicato de Trabalhadores Rurais, CREHNOR e Coordenação Regional do MST;

- aos agricultores dos assentamentos rurais de Canguçu, especialmente do 12 de Julho e Renascer, entre os quais destaco Natalício e Cátia, Batista e Eliane, que me abrigaram em suas casas e partilharam comigo suas vidas, seus problemas, seus projetos...

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE FIGURAS	XI
RESUMO	XI
ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	1
I. OS ASSENTAMENTOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO	13
1.1 O avanço tecnológico redimensionado	16
1.2 A (re)significação do rural	21
1.3 Os assentamentos como possibilidade de desenvolvimento rural.....	24
II. A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL	33
2.1 A ocupação inicial do território e as origens do latifúndio pastoril	33
2.2 A imigração européia e o nascimento da agricultura familiar	41
2.3 As origens da agricultura moderna no espaço agrário gaúcho.....	48
III. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL	56
3.1 O Estado e a questão agrária brasileira	57
3.2 Antecedentes: o Estado concentrador	59
3.3 O Estado pressionado pela burguesia: a modernização conservadora da agricultura	61
3.4 O Estado pressionado pelos movimentos sociais rurais: os assentamentos	68
IV. TERRITÓRIO DE ASSENTAMENTOS: O MUNICÍPIO DE CANGUÇU	73
4.1 A região dos assentamentos: uma caracterização geoeconômica	73
4.2 A territorialização da luta pela terra.....	84
4.3 Conquista da terra: projeto e formação dos assentamentos	95
4.4 Caracterização geral dos assentamentos rurais de Canguçu	100
V. ESPAÇOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: O 12 DE JULHO E O RENASCER.....	117
5.1 Campesinato: o <i>Modelo Original</i>	118
5.2 De camponês a agricultor: a permanência da família	121
5.3 Produção familiar no Brasil: uma breve caracterização.....	124
5.4 Produção familiar nos assentamentos rurais	129
5.5 Assentamentos 12 de Julho e Renascer: estratégias de reprodução familiar	132
5.5.1 A diversificação agrícola.....	132
5.5.2 A tecnologia de produção	148
5.5.3 Força de trabalho.....	150
5.5.4 As práticas não-agrícolas e seu significado	152
VI. LIMITES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NOS ASSENTAMENTOS DE CANGUÇU	159
6.1 Assentamento rural: o espaço da família	159
6.2 Políticas públicas: financiamentos e assistência técnica.....	173
6.3 Relações externas: o associativismo e o mercado.....	177
6.4 As demandas públicas que persistem.....	181

6.5 A vida no assentamento e o projeto futuro.....	183
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS.....	195
BIBLIOGRAFIA.....	203
ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PRODUTORES ASSENTADOS	209
ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA – LIDERANÇA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Canguçu: Principais Cultivos - Área Cultivada (Ha), Quantidade Produzida (T) e Produtividade Física (Pf) – 1960 – 1995.....	82
Tabela 2 – Evolução do Número de Efetivos da Pecuária em Canguçu: 1960 – 1995.....	83
Tabela 3: Brasil – Agricultores Familiares - Estabelecimentos, Área, Valor Bruto da Produção e Financiamento Total (Ft) dos Tipos A, B, C e D...	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Canguçu no Estado do Rio Grande do Sul.....	74
Figura 2: População rural e urbana - Canguçu - 1960 -2000.....	77
Figura 3: Taxas de Urbanização - Rio Grande do Sul e Canguçu - 1960 - 2000.....	78
Figura 4: Vista parcial da cidade de Canguçu.....	79
Figura 5 : Uso da Terra – Canguçu: 1970 – 1995.....	81
Figura 6- Origem dos Assentados do 12 de Julho e a Trajetória da Luta pela Terra	86
Figura 7: Cerco da Brigada Militar à Fazenda Anonni, 1986.....	89
Figura 8 - Origem dos Assentados do Renascer e a Trajetória da Luta pela Terra	91
Figura 9: Vista panorâmica do Acampamento Viamão–Tupanciretã/RS..	93
Figura 10: Assentamento 12 de Julho logo após sua implantação–1989.	96
Figura 11: Assentamentos rurais de Canguçu - 2004.....	101
Figura 12 - Localização dos Assentamentos Rurais no Município de Canguçu - RS	102
Figura 13: Ocupação da Fazenda Primavera – 1998.....	105
Figura 14: Acampamento Terra Nova – 1999–Tupanciretã (RS).....	106
Figura 15: Vista parcial do assentamento Arroio das Pedras – Canguçu (RS).....	109
Figura 16: Assentamento Herdeiros da Luta – Canguçu (RS).....	111
Figura 17: Uso da terra (ha) - Assentamento 12 de Julho	133
Figura 18: Uso da terra (ha) - Assentamento Renascer	133
Figura 19: Criação de gado leiteiro – Assentamento 12 de Julho.....	135
Figura 20: Lavoura de feijão – Assentamento Renascer – Nov.2003.....	138
Figura 21: Lavoura de fumo, ao fundo a estufa – Assentamento Renascer. Nov/2003.	140
Figura 22: Estufa de fumo em construção – Assentamento Renascer. Nov/2003.....	141
Figura 23: Horta familiar – Assentamento 12 de Julho. Nov./2003.....	144
Figura 24 - Assentamento 12 de Julho - Grau de Escolaridade - 2003 .	161
Figura 25 - Assentamento Renascer - Grau de Escolaridade – 2003....	162
Figura 26 – Dimensões das moradias (m ²) – 2003.....	164
Figura 27 – Casa padrão do assentamento Renascer. Nov/2003.....	165
Figura 28 – Antena parabólica no Assentamento Renascer–Nov/2003.	167
Figura 29 – Assentamento 12 de Julho – Renda Média Mensal da Família (Salários Mínimos) - 2003.....	171
Figura 30 – Assentamento Renascer – Renda Média Mensal da Família (Salários Mínimos) - 2003.....	171

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL EM CANGUÇU – RS

Autor: Cesar De David

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Walquíria Krüger Corrêa

Data e local da defesa: Florianópolis, fevereiro de 2005

Este trabalho aborda a questão agrária brasileira, tendo como tema central os assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Sul, conquistados pelos excluídos da terra, sobretudo após a modernização das atividades agrárias, num processo de gestão territorial comandado pelas organizações sociais, entre as quais o MST. É a pressão dessas organizações que força o Estado a legitimar as ações, através das políticas públicas, cujos impactos regionais se fazem sentir no plano econômico, social e político. Os assentamentos rurais constituem, desse modo, a mediação dos conflitos entre o Estado e os movimentos sociais que lutam pela posse da terra. A partir desses pressupostos, este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de formação e territorialização dos assentamentos rurais 12 de Julho e Renascer, no município de Canguçu, focalizando as estratégias de reprodução familiar, os limites e as possibilidades do desenvolvimento rural. Os assentados desenvolvem a produção em lotes individuais destacando-se a pecuária leiteira, o milho, o feijão, o fumo e produtos de subsistência. Os cultivos comerciais como a fumicultura, por exemplo, têm gerado problemas de subordinação semelhantes aos dos agricultores familiares não-assentados. A luta dos assentados não se esgota com a conquista da terra, ela continua para promover as condições necessárias à produção agrícola, valorizando o espaço rural e promovendo o desenvolvimento da região onde estão inseridos. Os assentamentos constituem espaços de vida e produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização, gerando trabalho e renda. Mas nem todas as carências foram supridas; pelo contrário, o quadro de pobreza ainda persiste e muitas necessidades ainda não foram atendidas, sobretudo as relacionadas a saúde, transporte e educação, que merecem investimentos do setor público. Mesmo assim, os assentamentos também constituem espaços de relações sociais marcados por laços de cooperação, solidariedade, amizade e vizinhança. Os assentados compartilham problemas, sonhos e projetos para a continuidade da luta pela terra.

ABSTRACT

Doctorate Thesis
Post-Graduation Program in Geography
Federal University of Santa Catarina, Brazil

STRATEGIES FOR FAMILY REPRODUCTION IN SETTLEMENTS: LIMITS AND POSSIBILITIES FOR RURAL DEVELOPMENT IN CANGUÇU – RS

Author: Cesar De David

Adviser: Professor Dr. Walquíria Krüger Corrêa

Place and time for presentation: Florianópolis, February, 2005.

The present work looks into the Brazilian problem of land occupation. The focus is on rural settlements in the State of Rio Grande do Sul, conquered by rural workers who had no land to live and work on, specially after the modernization of agricultural activities. The land occupation is a process led by social organizations such as the MST. It is the pressure put on by these groups that forces the Government to legitimize the actions by means of public policies which cause regional impacts in social, political and economical areas. The rural settlements establish therefore the mediation of conflicts between the State and social movements, which fight for the possession of the land. From these assumptions, the purpose of this work is to analyze the establishment and the size of two rural settlements, "12 de Julho" e "Renascença", in the Borough of Canguçu, focusing on the strategies for family reproduction, limits and possibilities for rural development. The settlers coordinate their work on individual plots emphasizing the production of cow's milk, corn, beans, tobacco and basic products necessary for their livelihood. The commercial cultivation, such as tobacco growing, for instance, has created subordination problems similar to these faced by farmers who have always owned the land. The settlers fight does not end with the conquest of the land; it continues to promote the necessary conditions for the agricultural production, improving the rural space and promoting the development of the region where they are situated. The settlements represent a place to live in and the means to produce food for the settlers and also for commercialization, thus generating work and income. However, not all the needs were fulfilled; on the contrary, the picture of poverty still persists and many requirements have yet to be met, specially the ones related to health, transport and education, which require investment from the public sector. Nevertheless, the settlements also represent spaces for social relations characterized by cooperation, solidarity, friendship and neighbouring bonds. The settlers share problems, dreams and projects, to give continuity to their fight for the land.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a questão agrária brasileira, tendo como foco os assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Sul. A compreensão dessa temática exige resgatar o processo de desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro, onde a modernização da agricultura é parte fundamental, pois promoveu uma série de efeitos cujas repercussões foram responsáveis pelo recrudescimento dos conflitos fundiários.

Dessa forma, a modernização da agricultura¹ brasileira ampliou a exclusão social do pequeno agricultor, aumentando a ocorrência de conflitos no campo, pois foi responsável pelo agravamento da concentração da propriedade da terra e por alterações na composição da força de trabalho. Nesse contexto, o problema de pesquisa consiste no conflito estabelecido entre dois agentes sociais relevantes: o Estado, cuja atuação através das políticas públicas foi fundamental para a modernização da agricultura, e as organizações sociais, que enfrentam o modelo capitalista de desenvolvimento agrícola e buscam o acesso à terra e a oportunidades de trabalho.

Os assentamentos foram conquistados pelos excluídos da terra, sobretudo após a modernização das atividades agrárias, num processo de territorialização comandado por organizações sociais, entre

¹ Por modernização da agricultura entende-se o processo de mudança técnica da agricultura, ocorrida no Brasil a partir da década de 1960, caracterizada pelo uso de mecanização, irrigação e insumos químicos, o que provocou grandes transformações na agricultura e também no meio rural, sem, contudo, reverter a desigual estrutura fundiária do país ou facilitar o acesso aos demais meios de produção, razão pela qual pode ser denominada modernização conservadora, modernização tecnológica ou, como fez Graziano da Silva (1982), modernização dolorosa.

as quais o MST. É a pressão dessas organizações que força o Estado a legitimar tais ações, através das políticas públicas, cujos impactos regionais se fazem sentir no plano econômico, social e político.

Os assentamentos rurais constituem, desse modo, a mediação dos conflitos entre o Estado e os movimentos sociais que lutam pela posse da terra. Segundo Leite (1998), essas diferentes dimensões se desenvolvem como um processo, em espaços e tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que levam à necessidade de atentar para as condições anteriores da região dos assentados. O mesmo autor afirma, também, que os impactos dos assentamentos referem-se às mudanças que ocorrem na relação com seu entorno, constituindo a região do assentamento.

A presença dos assentamentos no Rio Grande do Sul não pode ser dissociada da estrutura fundiária deste Estado, caracterizada pela concentração histórica da propriedade da terra. A expropriação de pequenos produtores e trabalhadores rurais no Estado remonta ao período de ocupação e colonização e se intensifica quando inicia o processo de expansão das relações de produção capitalistas no campo, via modernização tecnológica da agricultura. Tal sistema foi responsável por notáveis transformações no espaço agrário, destacando o aumento dos proletários rurais, que, destituídos da propriedade da terra, passaram a depender apenas da sua força de trabalho para sobreviver.

A modernização tecnológica da agricultura, iniciada na década de 1960, difundiu-se na cultura do arroz, expandiu-se com o trigo e consolidou-se com a soja. Com a agricultura capitalista, transformaram-se as relações de produção, aumentando as contradições internas através da coexistência de atividades tradicionais e modernas, em um mesmo espaço geográfico.

As transformações que ocorreram na agricultura brasileira provocaram a intensificação da expropriação dos agricultores familiares. A concentração dos meios de produção e a sazonalidade do trabalho

transformaram a população expropriada em migrantes. Parte deles buscou a sobrevivência nas cidades, tornando-se assalariados temporários no campo. Outra parcela dirigiu-se para regiões menos valorizadas – áreas de fronteira – mas nem por isso, menos problemáticas: as dificuldades de sobrevivência e de trabalho, na maioria das vezes, eram piores do que na área de origem.

Um dos propulsores dos movimentos sociais no campo foi o aumento do preço da terra, pois o modelo de modernização agrícola, fundamentado no uso intensivo de insumos químicos e maquinários financiados pelo Estado, favoreceu a concentração da propriedade da terra e isso agravou os problemas socioeconômicos, tanto no meio rural como no urbano.

No Rio Grande do Sul, a população expulsa do meio rural seguiu, em linhas gerais, duas direções: uma parcela dirigiu-se para as áreas de expansão da fronteira agrícola, destacando-se num primeiro momento o Paraná e Santa Catarina. Posteriormente, alcançaram as terras do Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e cerrado de Goiás), do Sudeste (Triângulo Mineiro), da Amazônia (Rondônia, principalmente), do Nordeste (Bahia) e até mesmo de outros países (Paraguai e Uruguai). (PIRAN, 1995; RUCKERT, 1997; HAESBAERT, 1997).

Entretanto, outra parte dos trabalhadores rurais expulsos do campo permaneceu no Rio Grande do Sul, organizando-se em movimentos de resistência que deram origem aos movimentos sociais de luta pela terra. Fernandes (1992) salienta que a resistência dos posseiros e trabalhadores sem terra à proletarização e ao modelo de desenvolvimento econômico agropecuário se efetiva de duas formas: através da migração ou através da organização e da ocupação da terra, quando então a luta dos trabalhadores se espacializa e se territorializa.

As diferentes estratégias de reprodução familiar praticadas nos assentamentos rurais de Canguçu constituem possibilidades para o

desenvolvimento rural do município? Dessa questão central, desdobram-se outros questionamentos: (1) Qual o papel do Estado e dos movimentos sociais na formação e na organização socioespacial dos assentamentos rurais? (2) Como se processa a territorialização dos assentamentos? (3) Como se organiza o espaço de produção? (4) Qual o perfil socioeconômico dos assentados? (5) Quais os limites e as potencialidades de desenvolvimento rural a partir dos assentamentos rurais?

Para responder a essas questões, elegeu-se como área de investigação o município de Canguçu, localizado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente os assentamentos rurais 12 de Julho e Renascer. O primeiro foi criado em 1989, inicialmente estava constituído por 26 famílias que ocupavam uma área de 690 hectares; após o remanejamento de quatro famílias deslocadas para outro assentamento, ocupam atualmente a área 22 famílias de agricultores. O assentamento Renascer foi criado no ano de 1999, abrangendo uma área de 2.459,4 hectares, dos quais 652,5 hectares correspondem à área de preservação permanente, razão pela qual houve redução dos 110 lotes antes previstos, pois os restantes 1.806,8 hectares foram loteados entre as 90 famílias que compõem o assentamento².

A escolha da área de estudo justifica-se em função das características que apresenta no contexto agrário gaúcho. Canguçu é um município de grande contraste na estrutura fundiária: possui uma das maiores concentrações de minifúndios do país e ao mesmo tempo grande parte de sua área agrícola é ocupada por grandes propriedades. Como está em uma área deprimida economicamente e suas terras possuem baixo valor comercial, tem sido alvo, nas últimas décadas, de políticas oficiais de implantação de assentamentos rurais como forma de promover

² Além dos assentamentos 12 de Julho e Renascer, o município de Canguçu conta ainda com os assentamentos Herdeiros da Luta, Bom Jesus, Mãe Terra, Novo Amanhecer, Sem Fronteiras, Salso, Nova Esperança, Nova Sociedade, Nova Conquista, Boa Fé, Colônia São Pedro, União, Arroio das Pedras e Perseverantes na Luta.

o aumento da produção e produtividade agrícola, o desenvolvimento e a valorização do meio rural, além de contribuir para aliviar as tensões sociais do norte do Estado (onde as terras são mais escassas a valorizadas)

Os assentamentos investigados estão localizados na região das Serras de Sudeste, também denominada Planalto Sul-rio-grandense (geologicamente essa região constitui o chamado Escudo Cristalino Sul-rio-grandense, de origem pré-cambriana) caracterizada por grande diversidade de paisagens, onde predominam o relevo acidentado, coxilhas baixas e altas, encostas e depressões que, em geral, dificultam as práticas agrícolas, sobretudo as de cultivos temporários. Em menor escala, encontram-se terrenos mais planos, com solos mais profundos, geralmente nas planícies de inundação dos rios que drenam a região, propícios às práticas agrícolas, inclusive o cultivo do arroz. Os solos mais desfavoráveis, com limitações para uso agrícola, prestam-se mais ao desenvolvimento de pastagens naturais e à criação de gado, sobretudo leiteiro.

Nessa porção das Serras de Sudeste, a produção agrícola é diversificada, predominando o cultivo de grãos como soja, arroz, milho e feijão. Têm destaque regional a produção do fumo, a fruticultura – em especial pêssego e uva – a olericultura e a horticultura, destinadas ao consumo e também à suplementação da renda. Na criação, predominam os bovinos (carne e leite), suínos (carne) e aves (carne e ovos).

O município de Canguçu faz parte da região denominada Macrorregião Sul do Rio Grande do Sul, também conhecida como Metade-Sul, região caracterizada pelo baixo IDH, pela concentração fundiária e pela estagnação econômica. Nessa região predominam áreas de campo, e sua formação econômica assentou-se nas atividades agropecuárias, exploradas predominantemente em grandes e médias propriedades, uma herança da inserção portuguesa na América, que resultou na produção extensiva, único sistema disponível naquele

momento histórico, que não necessitava de grandes investimentos e nem de mão-de-obra numerosa.

A concentração de terras resultou em baixa densidade demográfica, ou seja, menos de cinco habitantes por km². Entretanto, em algumas áreas onde o processo da economia da pecuária não se instalou, dois subdomínios são bem nítidos: 1) as densidades mais elevadas, sob a forma de *ilhas*, são encontradas onde se realizou o processo de colonização que resultou em pequenas propriedades, característica comum nos arredores de Pelotas (como é o caso de Canguçu) e de Santa Maria; 2) nas áreas de rizicultura irrigada da Depressão Central e da Campanha, em função da mecanização, as densidades permanecem baixas (SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO, 1999).

O município de Canguçu possui uma população de 51.447 habitantes, dos quais 17.695 residem na área urbana e 33.752 na área rural. A densidade demográfica é de 14,63 hab.\km². A elevada população rural deve-se ao grande número de pequenas propriedades, razão pela qual é imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas capazes de mantê-la no campo, produzindo na agricultura com qualidade de vida.

A luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida e de trabalho remonta ao início do processo de formação socioeconômica do território brasileiro e tende a agravar-se, pois aumentam as tensões no campo em virtude da manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada e das dificuldades cada vez maiores de produção. Convém salientar que esses problemas já foram estudados por um número expressivo de pesquisadores³, interessados em explicar a realidade complexa e contraditória da expansão do capitalismo no campo. Mas os problemas persistem, permitindo novas reflexões com vistas a superar essa difícil situação.

Nesse sentido, esta pesquisa debate o tema, através da

³ Entre os quais: Guimarães (1981) e (1982); Martins (1981) e (1986); Oliveira (1991); Prado Júnior (1979).

análise da realidade do espaço rural do município de Canguçu, situado na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, enfocando a problemática dos assentamentos rurais, caracterizados por pequenas unidades de produção, caracterizadoras da chamada agricultura familiar, em uma área marcada pelo predomínio de minifúndios, numa das regiões mais pobres do Estado.

A escolha dessa temática se justifica pelas características particulares que diferenciam o Rio Grande do Sul do contexto agrário nacional, ou seja, é um dos estados onde as contradições do desenvolvimento capitalista no meio rural são visíveis. Apesar da modernização tecnológica, coexiste o crescimento das lutas sociais, contrárias ao modelo de desenvolvimento da agricultura. (OLIVEIRA, 1991; FERNANDES, 1992)

A análise da organização socioespacial e gestão territorial nos assentamentos torna-se relevante para o entendimento da questão agrária regional e nacional. Ela pode servir como base na construção de propostas de ações, que poderão ser implementadas pelo poder público em diferentes escalas: local, regional e nacional.

A escolha do assentamento como objeto de pesquisa possibilita entrecruzar o papel desempenhado pelos movimentos sociais e pelo Estado no processo de construção do território. Fernandes afirma que “as lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração”. Sobre a pertinência dessa questão, Fernandes (2000) ainda destaca que estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam.

Para Bavaresco (1999) muitos estudos foram realizados na perspectiva de analisar o desempenho econômico das famílias assentadas; mas a maioria limitou-se a discutir as variáveis dependentes

do processo econômico das unidades de produção e comercialização; poucos foram aqueles que puseram em debate as condicionantes estruturais das políticas e dos projetos de assentamento.

A permanência de uma estrutura fundiária altamente concentrada, a elevação dos custos de produção e as dificuldades crescentes de comercialização, somados à falta de apoio oficial, submetem os pequenos produtores rurais a uma pauperização crônica que culmina com sua expulsão do campo. Esse processo de exclusão é contínuo e resulta da falta de políticas agrícolas que possibilitem a reprodução social e econômica do agricultor.

Bavaresco (1999) complementa afirmando que há uma desarticulação entre as políticas de assentamento e as demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, como a separação existente entre a questão agrária e a questão agrícola, por exemplo, ou seja, enquanto são realizados alguns assentamentos pontuais, a política agrícola, influenciada pelo modelo econômico liberal, é responsável pela perda da terra e pelo desemprego de milhares de pessoas no campo.

A formação do assentamento não resolve esses problemas, apenas oportuniza ao trabalhador rural excluído – seja ele posseiro, meeiro, empregado ou ex-proprietário – o retorno a terra conquistada através de suas lutas, que não acabam com a implantação do assentamento, mas permanecem para impedir que ele seja novamente expulso do campo.

A partir desses pressupostos, este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de formação e territorialização dos assentamentos rurais 12 de Julho e Renascer, no município de Canguçu, localizado na região Sul do Rio Grande do Sul, focalizando as estratégias de reprodução familiar, os limites e as possibilidades do desenvolvimento rural.

Como objetivos específicos, pretende-se: (1) reconstruir o processo de apropriação do território pelos assentados; (2) identificar e

analisar as estratégias de reprodução das famílias assentadas; (3) analisar as relações externas dos assentamentos e suas implicações; (4) mostrar o perfil socioeconômico dos assentados e (5) avaliar os limites e as possibilidades de desenvolvimento rural nos assentamentos.

Com respeito aos procedimentos metodológicos aqui seguidos, diferentes momentos, interdependentes, foram constituídos para atender os objetivos propostos, possibilitando responder os problemas da pesquisa. O primeiro deles foi a construção do referencial teórico para subsidiar a análise da realidade. A definição do marco teórico da investigação realizou-se através do resgate e da discussão dos conceitos utilizados, entre eles: gestão territorial e territorialização, modernização da agricultura, movimentos sociais no campo, assentamentos rurais, sistema de produção, produção familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural.

Nessa mesma fase, também se efetuou um levantamento bibliográfico para aprofundar a temática e caracterizar a área de pesquisa.

No segundo momento realizou-se a coleta de dados, dividida em duas etapas. Na primeira, foram levantados os dados de fonte secundária, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Agropecuários e Demográficos, na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), Anuários, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e na Comissão Pastoral da Terra, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Estado do Rio Grande do Sul e em outros órgãos e entidades oficiais e não-oficiais. As informações levantadas possibilitaram caracterizar a área de pesquisa, no que se refere a estrutura fundiária, uso da terra, tecnologia de produção e força de trabalho. Após a coleta de dados, as informações obtidas receberam tratamento estatístico adequado e foram representadas através de tabelas, gráficos e cartogramas.

A segunda fase consistiu em uma pesquisa de campo cuja preocupação fundamental foi o levantamento de dados qualitativos. Em primeiro lugar, foram ouvidos informantes selecionados que exerciam

liderança no contexto regional e atores sociais envolvidos nos projetos de assentamentos rurais, ou a eles relacionados, como autoridades municipais, técnicos vinculados a associações e organizações, representantes e líderes comunitários dos movimentos sociais ou entidades representativas, que ofereceram informações sobre os assentamentos, possibilitando identificar os agentes sociais que atuam nos acampamentos e assentamentos, bem como apreender a dimensão socioeconômica dos assentamentos no plano local e regional.

Posteriormente, a pesquisa de campo foi realizada nos assentamentos rurais 12 de Julho e Renascer, situados no município de Canguçu. Nesse momento, utilizou-se um instrumento de pesquisa arrolando variáveis e atributos referentes à temática em estudo. Sua aplicação ocorreu através de entrevistas semi-estruturadas diretas com os agricultores, envolvendo 20 assentados em cada um dos assentamentos, totalizando 40 entrevistas (Anexo 1). Outro roteiro foi utilizado para entrevistar as lideranças dos demais assentamentos rurais (Anexo 2), que também foram observados. Esses procedimentos forneceram subsídios para analisar a estrutura e a organização socioespacial dos assentamentos rurais.

Convém ressaltar que as informações de caráter qualitativo, provenientes da observação direta da realidade estudada, foram registradas e armazenadas durante todo o processo de investigação e subsidiaram a análise e a interpretação dos resultados, tendo em vista a realidade da área em estudo e o problema de pesquisa proposto.

Além da introdução e das considerações finais, a presente investigação está dividida em seis capítulos. O Capítulo I – Assentamentos rurais: contextualização da temática – situa o assunto numa discussão ampla sobre as transformações socioeconômicas em curso no meio rural onde os assentamentos estão inseridos. Na seqüência aborda-se a problemática da territorialização da luta pela terra e em que medida os assentamentos podem contribuir para o

desenvolvimento rural.

O Capítulo II – A formação socioeconômica e a produção do espaço rural no Rio Grande do Sul – apresenta um resgate histórico-geográfico da colonização do Estado, levantando a gênese do sistema latifundiário e da produção familiar e as origens dos conflitos pela terra e suas especificidades no processo de formação territorial do Rio Grande do Sul.

O Capítulo III – A modernização da agricultura e a luta pela terra no Brasil e no Rio Grande do Sul – mostra o papel e as ações do Estado brasileiro como gestor do projeto de modernização da agricultura. Aborda também as pressões sociais e a criação dos assentamentos rurais.

O Capítulo IV – Município de Canguçu: território de assentamentos – esboça uma caracterização geográfica do município onde se situa o caso estudado e as razões da implantação dos assentamentos naquela área, focalizando também a territorialização e a situação atual dos assentados em termos produtivos e socioeconômicos.

O Capítulo V – Espaços da produção familiar nos assentamentos rurais: o 12 de Julho e o Renascer – efetua um resgate teórico das correntes explicativas do campesinato e da produção familiar, buscando situar os assentamentos na discussão com base na análise da organização do espaço de produção e das estratégias de reprodução e foco nos assentamentos 12 de Julho e Renascer.

Por fim, o Capítulo VI – Limites e possibilidades de desenvolvimento rural nos assentamentos – trata especificamente dos assentamentos 12 de Julho e Renascer, implantados em Canguçu. Mostra o perfil socioeconômico das famílias assentadas e as relações externas dos assentamentos, bem como os limites, possibilidades de desenvolvimento rural e o projeto futuro dos assentados.

Os assentamentos rurais constituem espaços-tempo onde diferentes estratégias de reprodução familiar promovem o

desenvolvimento rural e a reconversão social das famílias assentadas? Essa é a questão central que este trabalho pretende investigar. Contudo, pode-se inferir que ainda permanecem carências e conflitos em face do avanço crescente do grande capital sobre o meio rural, inclusive sobre os próprios assentamentos, o que mantém presente o risco de contínua expropriação e expulsão do campo.

I. OS ASSENTAMENTOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Este capítulo apresenta uma discussão a respeito das transformações que estão em curso no meio rural brasileiro, situando os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra nesse contexto. Aborda o processo de territorialização da luta pela terra promovido pelos movimentos sociais rurais e de que forma os territórios conquistados – os assentamentos – podem contribuir para o desenvolvimento rural.

Nas últimas décadas, o espaço rural vem apresentando uma série de mudanças que evidenciam a construção de novos arranjos sociais e produtivos decorrentes dos avanços tecnológicos na agricultura, das demandas do mercado urbano industrial no que diz respeito à produção de alimentos e matérias-primas agrícolas e também da pressão sempre crescentes da sociedade organizada que, através de suas reivindicações, materializa nesse espaço suas lutas. Como alerta Galvão (1996), o entendimento da organização e da dinâmica do espaço agrário deve ser encontrado fora de seus próprios limites, ou seja, nas suas relações com a cidade por meio das quais se integra com os vários vetores da economia e da sociedade.

Nesse contexto inserem-se os assentamentos rurais que na concepção de Bergamasco & Norder representam

... a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra,

em benefício aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. (1996, p. 07)

Em consonância com a visão de Fernandes (1996 e 2000), e de Medeiros & Leite (1999), os assentamentos rurais serão abordados como frutos de uma conquista da terra, empreendida por organizações sociais que congregam diferentes atores, como os trabalhadores rurais assalariados, os pequenos agricultores expropriados e os emigrantes rurais proletarizados. Medeiros, Souza & Alentejano incluem entre os assentados:

... posseiros com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores familiares pauperizados que, frente às dificuldades financeiras para o acesso a terra, optaram pela ocupação como único caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores independentes; parceiros, em busca de terra própria; pequenos produtores atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida; assalariados rurais, muitos integrados formalmente ao mercado de trabalho, outros sobrevivendo de serviços temporários; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições de políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação. (1998, p. 55)

Portanto, os novos arranjos e a dinâmica do espaço rural na atualidade só podem ser apreendidos a partir da compreensão da emergência da sociedade global. Segundo Ianni (2001), a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção. Com isso, expandem-se as forças produtivas, que compreendem o capital, a tecnologia e a divisão social do trabalho, criando articulações e relações de interdependência entre todos os países e lugares do mundo. Ao comentar sobre a questão, Oliveira (1995) relembra que a lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditória e combinada, uma vez que (...) *constrói/destrói*

formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital. (1995, p. 27)

Desse modo, formam-se os territórios que reproduzem essa contradição. Todavia, o território, categoria de análise geográfica, é termo polissêmico. Santos (1997, p. 51) define espaço geográfico como conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ele é a síntese, sempre provisória e sempre renovada – pois pressupõe movimento – das contradições e da dialética social.

A noção de território pressupõe o controle político e simbólico do espaço geográfico por grupos ou classes dominantes através de projetos de desenvolvimento econômico. A principal forma de relação do homem com o meio é dada através da técnica. São as técnicas⁴ que indicam como o território é usado, ou seja, como, onde, por quem, por que, para quê. Santos e Silveira (2001, p. 20) concebem o espaço geográfico como território usado, sujeito a transformações sucessivas nos diversos momentos históricos. Para esses autores, o uso do território pode ser definido não apenas pela implantação de infra-estruturas, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. A essa concepção vincula-se a noção de gestão do território. No Brasil, nas últimas décadas, aplicou-se o projeto de desenvolvimento rural centrado na modernização tecnológica da agricultura e, num primeiro momento, o território foi administrado pelo Estado e pelas empresas privadas. Posteriormente (pós-1990), com a crise do modelo urbano-industrial que se refletiu também sobre a agricultura, o poder sobre o território passou a ser partilhado com outras organizações sociais.

⁴ *As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço* (SANTOS, 1997, p. 25).

1.1 O avanço tecnológico redimensionado

A mundialização da economia está provocando transformações em todos os setores, incluindo-se aí as atividades agropecuárias e o espaço rural como um todo. Está em curso um novo ciclo da acumulação capitalista, resultando um cenário marcado por diversos arranjos socioespaciais, com dinâmicas específicas em cada lugar do planeta. Passa a existir, portanto, uma nova realidade no meio rural, marcando a continuidade histórica da acumulação capitalista, com uma nova face onde articulam-se, em diferentes escalas, o moderno e o tradicional, o arcaico e o tecnológico, em espaços-tempos também diferenciados.

Vemos hoje, com mais intensidade nos países desenvolvidos, mas também nos países em desenvolvimento, que em todos os setores da economia surgem empresas especializadas na prestação de serviços técnico-produtivos. Se a tecnologia reduziu a necessidade de mão-de-obra formal, está oferecendo oportunidades para o trabalho sazonal e para a terceirização.

O espaço rural e a agropecuária, em especial, também vivenciam o fenômeno da terceirização de atividades, sendo comum à contratação de mão-de-obra, especializada ou não, para realizar tarefas relativas, por exemplo, a preparação do solo, colheita, pulverizações e inseminações, entre outras. Como assinalaram Graziano da Silva; Del Grossi (2002), essas operações agropecuárias faziam parte do dia-a-dia dos estabelecimentos rurais, mas agora estão progressivamente sendo atendidas por agências especializadas, ou seja, a terceirização também alcançou as atividades agrícolas.

Convém salientar que, aliando a padronização dos processos técnicos e dos produtos, consolidou-se uma organização de ordem econômica denominada produtivismo. No espaço agrário, em curto prazo, aumentam os rendimentos físicos da terra e do trabalho, enquanto se

reduzem os custos unitários de produção. Assim, os estabelecimentos agrícolas especializam-se na produção de poucas variedades de mercadorias em substituição ao sistema policultura-criação de animais. O agricultor passa a utilizar cada vez mais insumos industriais e a vender para o mercado. Substitui-se cada vez mais o trabalho pelo capital, resultando na concentração da produção. Racionalizam-se cientificamente as práticas agrícolas. As experiências e os conhecimentos tradicionais diversificados são substituídos por condutas técnicas e padronizadas, tanto na produção material, quanto na gestão das propriedades (DUFUMIER e COUTO, 1998).

Nessa perspectiva consolidam-se os complexos agroindustriais, ou seja, há maior integração da agricultura com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos, e também com a agroindústria processadora de alimentos e matérias-primas agrícolas. As resultantes indicam um processo de subordinação do trabalho ao capital que, segundo Graziano da Silva (1998), expressa-se, de um lado, na proletarianização do trabalhador e, de outro, na recriação de produtores familiares que se tecnificam crescentemente sem, todavia, conseguir escapar da sina de permanecer como pequenos produtores.

Analisando os efeitos do produtivismo no Brasil, Santos; Silveira (2001, p. 131) concluem que

... a subordinação às lógicas globais é evidente não apenas pela presença dos atores hegemônicos, mas também porque estes se utilizam de objetos técnicos contemporâneos. E esse arranjo de objetos modernos acaba restringindo seu uso a um pequeno grupo de firmas e, portanto, induzindo a ações excludentes.

Assim, o mundo rural brasileiro (re)surge como novo mercado para o capital urbano-industrial, cujas manifestações estão sendo reveladas por meio de múltiplos fatores, muitas vezes reproduzindo antigas contradições.

Embora a tecnologia venha apresentando efeitos quantitativos positivos no rendimento médio da produção agrícola, conforme demonstram as pesquisas e anúncios seguidos de quebra de recorde pelas safras de grãos, paralelamente ela provoca impactos ambientais e socioeconômicos negativos no meio rural. O certo é que, em cada estágio, o avanço tecnológico, tanto no campo como nas cidades, provoca mudanças na produção e no trabalho, reproduzindo e aprofundando o espectro de desigualdades socioeconômicas e os desequilíbrios regionais do país. A tecnologia impõe regras novas, que resultam na racionalização do uso da força de trabalho, originando um conjunto diferenciado de arranjos e processos socioespaciais, urbanos e rurais.

Sobre os efeitos da tecnologia no campo, Thomaz Júnior (2000, p. 114) enfatiza que

tanto para as empresas rurais, quanto para os segmentos familiares, a adoção de tecnologias, além de produzir reformatações constantes com a (re)divisão do trabalho, produz a intensificação do assalariamento, como também sua negação via desemprego, mais ainda, o desmantelamento da estrutura familiar de produção que, na maioria dos casos faz engrossar as fileiras da proletarização de um lado e, de outro lado, requalifica o processo de luta pela terra, como também, incentiva a prática de atividades e funções não essencialmente agrárias.

O mundo agrário brasileiro modificou sua base produtiva, incorporando não só o padrão tecnológico na produção, mas também o modo urbano de vida, expresso, entre outras coisas, por eletrodomésticos, antenas parabólicas, modos de vestir, alimentar e falar que, nas palavras de Teixeira e Lages (1997), atestam a homogeneização de comportamentos e valores entre o rural e o urbano.

As famílias rurais estão alterando seu perfil. A queda dos rendimentos, provocada pelo aumento dos custos de produção e pela redução dos preços na comercialização das mercadorias, teve notável repercussão na produção familiar, afetando principalmente os produtores

mais pobres. As dificuldades econômicas estão obrigando o grupo familiar a buscar outras estratégias de sobrevivência, na própria unidade produtiva ou fora dela.

Apesar do crescente nível de modernização alcançado por determinadas atividades agropecuárias, em especial aquelas voltadas à produção de commodities e ao mercado externo, a produção familiar continua presente no meio rural, enfrentando dificuldades para sua reprodução e permanência. A exclusão social e o êxodo rural estão em curso, contribuindo para agravar o problema das cidades, saturadas com os alarmantes índices de pobreza provocados, em grande medida, pelo caráter excludente das relações de produção historicamente estabelecidas.

Os elevados índices de desemprego rural ou urbano registrados no Brasil nas últimas décadas, aliados à escassez ou falta de terra para cultivo, estão levando a população a encontrar outras alternativas de sobrevivência. Esse fenômeno vem provocando uma mudança nos tradicionais papéis do rural e do urbano. No meio rural, as alternativas são as atividades não-agrícolas, enquanto na área urbana e periurbana⁵, a produção agrícola vem ocupando espaço, constituindo-se como importante fonte de renda, fenômeno comum em regiões metropolitanas como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Florianópolis.

Por outro lado, especialmente no Centro-Sul do país, o espaço rural está se tornando atrativo para diversos sujeitos sociais, entre os quais os neo-rurais⁶. Em determinados municípios, a descentralização das residências e os sítios de lazer se aliam a outras atividades

⁵ Espaço periurbano é o que está próximo aos centros urbanos mas mantém características rurais, tendo importância as atividades agrícolas (Wanderley, 2000).

⁶ São produtores rurais, agrícolas ou não, que se caracterizam pela falta de tradição na atividade, pelo caráter mercantil da propriedade e pelo recurso à mão-de-obra assalariada, restringindo-se ao papel de administradores da produção. (GIULIANI apud CARNEIRO, 1999). Numa concepção mais abrangente, Rúa (2001) considera neo-rurais todos os habitantes urbanos que se transferem para as áreas rurais.

produtivas, como a indústria, os serviços de turismo e lazer (hotéis, pousadas, restaurantes). Os recursos naturais e culturais do espaço rural – paisagens, ar puro, água limpa, tradições e hábitos – tendem a ser amenidades cada vez mais valorizadas pela população urbana. De qualquer forma, tais atividades não se generalizam; a agricultura ainda predomina.

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro mostrou-se contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo que avançou, produzindo relações especificamente capitalistas de trabalho, por meio do assalariamento puro (como é o caso do bóia-fria), produziu também relações de produção camponesas, assentadas no trabalho familiar, como demonstrou Oliveira (1995).

O autor ainda aponta outra contradição: de um lado, o desenvolvimento da agricultura capitalista abriu possibilidade aos proprietários de terras para a apropriação da renda capitalista, na forma diferencial e/ou absoluta, configurando-se o processo de territorialização do capital monopolista; de outro, contraditoriamente, ocorreu a expansão da produção familiar. Com relação à qual o capital monopolista desenvolveu formas para subordinação e apropriação da renda da terra, transformando-a em capital. Nesse caso, o capital não se territorializa, apenas monopoliza o território marcado pela agricultura familiar.

Se até há pouco tempo a agricultura podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, com a modernização tecnológica as atividades agrícolas integraram-se aos demais setores da economia. Em função da complexidade de relações estabelecidas, os espaços agrário/rural e urbano tornaram-se complementares, passando a ser dominados pelo meio técnico científico informacional e, em essência, pelo capital financeiro mundializado.

Muito embora o segmento familiar as tenha incorporado parcialmente, as inovações tecnológicas se refletiram na ocupação da mão-de-obra, liberando membros para assumir outras atividades não agrícolas, caracterizando uma situação de pluriatividade.

1.2 A (re)significação do rural

As cidades constituem vetor de mudança do espaço rural. A urbanização é um processo geral e, segundo Rua (2001), mais que em qualquer outro tempo, caracteriza o capitalismo na sua fase atual, sendo evidenciada tanto no campo como na cidade.

Existe um intenso debate sobre as relações cidade-campo e sobre a *urbanização do rural*. Não pretendendo entrar na polêmica das controvérsias, adotou-se a concepção de Rua (2001), para quem a urbanização diz respeito a incorporação de ideologias e atributos, compartilhados por pessoas de posições socioeconômicas similares, independente da localização da sua residência. Ele coloca que a urbanização no campo ocorre através das *urbanidades*, entendidas como

todas as manifestações do urbano (mas nem sempre de origem urbana), em áreas rurais, sem que, por isso, identifiquem-se tais espaços como urbanos. As *urbanidades* são constituídas por uma enorme gama de manifestações que vão desde a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação até a aposentadoria e novas formas de lazer. (2000, p. 41) (grifos na fonte)

Para o autor, valores, atitudes e padrões de comportamento são modificados a partir das cidades e espalham-se pelo território, num movimento simultaneamente extensivo e intensivo, como nova fronteira para o capitalismo, combinando-se desigualmente, em cada localidade, no rural e no urbano.

Em que pesem as controvérsias entre os estudiosos, o rural é um espaço suporte de relações sociais específicas que se constroem, se

reproduzem e se redefinem sobre esse mesmo espaço e que, portanto, dão-lhe forma como espaço singular de vida. Sua compreensão não prescinde da consideração de sua dinâmica social interna e de suas formas de inserção externa (WANDERLEI, 2000).

O espaço rural adquiriu um significado distinto daquele que lhe era tradicionalmente atribuído. As novas formas geográficas e as mudanças de conteúdo, como advertem Rua (2000) e Santos (1997 e 2001), conduziram a reformulações também no próprio conceito de rural. As noções de espaço rural e de agricultura, considerados sinônimos e opostos ao conceito de espaço urbano, já não fazem mais sentido. De um lado estão surgindo novas atividades e opções de emprego e renda não-agrícolas, dando uma aparente estabilidade econômica e social à população residente no campo. De outro, há importantes mudanças; atividades antes consideradas rurais (como a horticultura e a criação de pequenos animais) passaram a ter expressão econômica nos espaços urbanos. Assim, do ponto de vista da localização das atividades econômicas, muitos lugares já não se caracterizam como urbanos e rurais.

Apesar de tornadas mais voláteis e fluidas, as fronteiras entre o rural e o urbano continuam existindo. Porém, se no passado a fronteira entre esses espaços separava atividades distintas – de um lado a agricultura e de outro o comércio, a indústria e os serviços –, atualmente ela aproxima espaços singulares mas que desenvolvem atividades comuns. Carneiro (1999a) pondera que seria simplista falar da urbanização do campo como expressão que qualificaria a perda da especificidade de um desses dois pólos. A tarefa primordial é definir o novo significado do par rural/urbano na atualidade. Antes é preciso dizer que aqueles que consideram o par rural/urbano inútil para análise confundem o uso dicotômico que este muitas vezes teve enquanto par

conceitual. Ao criticar essas posições, Alentejano (2000, p. 104) desmitifica: *não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais*.

Independente das atividades desenvolvidas – sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços –, das relações de trabalho existentes – assalariadas, pré-capitalistas ou familiares – e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, a terra é o elemento que permeia o rural ou os rurais, dando-lhes unidade, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é bem menor (Alentejano, 2000). Ou seja, elemento de apoio para definir a natureza do rural, é a relação dos agentes sociais com a terra em suas dimensões econômica, social e espacial. (A dinâmica urbana não depende das relações com a terra).

A definição rural/urbano compreende uma singularidade marcante relacionada à intensidade das relações global/local, ou seja, é a intensidade da territorialidade que distingue o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano se caracteriza por relações mais globais, enquanto o rural reflete maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa.

Admitindo-se a conformação de um novo mundo rural, torna-se necessário avançar em formulações que rompam com a dicotomia rural/urbano. Para Wanderlei (2000, p. 129), o fim das sociedades rurais não significa o fim do rural. Nas sociedades modernas, assiste-se a um processo de recomposição do rural e da emergência de uma nova ruralidade. Tal perspectiva contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano e reafirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga recompor o objeto, ou seja, que torne possível repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação. Entretanto, como adverte Rua (2001), a idéia de novas ruralidades enfatiza a força do rural em contraposição ao

urbano, porém é o espaço urbano que comanda a dinâmica espacial contemporânea.

O espaço rural brasileiro vem passando por um notável processo de transformação. As atividades agrícolas especializadas no abastecimento do mercado, marcadas pelo uso da tecnologia mecânica e química, imprimiram nova dinâmica à produção, alterando a divisão do trabalho rural e as relações cidade-campo.

Muito embora atividades não-agrícolas estejam em expansão no espaço rural, a agricultura ainda predomina. A pluriatividade, estratégia tradicional usada pelas famílias rurais, ressurgiu com nova roupagem no período contemporâneo, respondendo pela resistência à crise econômica, porém integrando a lógica de exploração capitalista.

Considerando o rural como espaço singular incorporado ao processo de urbanização, diferentes organizações econômicas, políticas e sociais estão mudando seu conteúdo e formato, estando em construção uma multiplicidade de arranjos socioespaciais que atestam as mudanças de significado do espaço rural, no qual se incluem os assentamentos rurais.

1.3 Os assentamentos como possibilidade de desenvolvimento rural

Nos debates acerca das transformações espaciais decorrentes da reestruturação tecnológica das sociedades modernas é consenso afirmar a redução das distâncias que separam o rural e o urbano. A emergência de uma nova ruralidade marcada pela presença cada vez mais evidente de recursos e condições tipicamente urbanos redefinem os espaços rurais⁷.

⁷ Ver a esse respeito Graziano da Silva (1998) e (1999); Wanderley (2000).

A identificação do espaço rural como lócus exclusivo da produção agrícola cede lugar a um espaço heterogêneo marcado pela diversidade produtiva e de modos de vida. No momento em que o espaço rural assume novos papéis, questionam-se as funções capazes de promover seu desenvolvimento. Entretanto, a ênfase na agricultura ainda permanece central nas políticas de desenvolvimento rural. Wanderley destaca as exigências colocadas pelo desenvolvimento agrícola nesse contexto:

O desenvolvimento agrícola constitui um dos elementos constitutivos do desenvolvimento rural, que, por sua vez, é a base das políticas de desenvolvimento local/territorial, sempre que a “trama espacial” é rural. Por conseguinte, o setor agrícola deve adequar-se às novas exigências do desenvolvimento rural, de forma a assegurar, ao mesmo tempo, uma oferta de empregos, em níveis satisfatórios, à população rural, a segurança alimentar e a garantia da qualidade dos produtos, tudo isto, sem prejuízo da proteção ambiental. (2000, p. 119)

Apesar de todas as transformações em curso, o modelo agrícola produtivista⁸ mantém-se, mas flexibilizado, como o padrão econômico contemporâneo. Nesse quadro de flexibilização enquadram-se a pluriatividade⁹, a multifuncionalidade¹⁰, a biotecnologia, as tecnologias da informação, as novas diretrizes da demanda em função de novos hábitos alimentares, a gestão do espaço e do território, as regulamentações internacionais, entre outras que expressam o amplo e dinâmico quadro econômico que se coloca. (TEDESCO, 1999).

Tedesco assim se manifesta a esse respeito:

⁸ Modelo caracterizado pelo busca constante do aumento da produtividade agrícola através do emprego de insumos industriais e tecnologia moderna.

⁹ Entende-se por pluriatividade a combinação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento, quando, então, o trabalhador combina o estatuto de empregado com o de trabalhador por conta própria (SILVA, 1999).

¹⁰ A multifuncionalidade refere-se às demais funções assumidas pela agricultura além da produção de alimentos, como a preservação ambiental e do patrimônio histórico-cultural, o turismo e o lazer, entre outras.

As formas de produção não obedecem mais ao projeto de exploração familiar modernizada; os pluriativos e os biprofissionais se generalizam; os agricultores se integram a setores que se ajustam a suas necessidades. Esses elementos, no seu conjunto, dão idéia de uma redefinição em curso do paradigma produtivista, o que demonstra o quanto o setor é um espaço imbricado nas grandes transformações (evolução, involuções, com suas contradições inerentes) que perpassam a sociedade em geral. (1999, p. 186)

Nesse sentido, as políticas públicas de desenvolvimento rural necessitam abarcar não só as questões referentes à produção agrícola propriamente dita, mas também as demais atividades praticadas no espaço rural. Wanderley destaca as graves conseqüências do enfoque produtivista do desenvolvimento rural:

O enfoque puramente produtivo das políticas para a agricultura, que associa o desenvolvimento local às potencialidades do setor agrícola, lá onde ele se revelava, efetivamente, como um setor dinâmico, gerou um grave problema de exclusão, tanto de áreas como dos grupos sociais marginalizados deste processo. Em conseqüência, as sociedades modernas enfrentam hoje, sob formas e intensidades diferentes, uma “questão rural”, que diz respeito à necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural como um patrimônio de toda a sociedade. (2000, p. 112)

Essa forma de desenvolvimento rural, com políticas direcionadas à produção agrícola e à melhoria das condições de vida da população do campo, pode reverter o processo de exclusão do trabalho e do consumo promovido pelo padrão de desenvolvimento capitalista atual, altamente concentrador. A agricultura familiar poderá desempenhar papel estratégico, Sauer destaca:

O setor agrícola, mais especificamente a agricultura familiar, pode se tornar estratégico para a manutenção e a recuperação do emprego e a distribuição da renda. Atualmente, a agricultura familiar emprega

quase 80% das pessoas que trabalham no meio rural. Alternativas de desenvolvimento que valorizam a qualidade de vida através do trabalho, da renda, da soberania alimentar e da inclusão social devem estar alicerçadas na ampliação e no fortalecimento da agricultura familiar através de uma ampla reforma agrária e uma política agrícola condizente com este setor produtivo. (1998, p. 85)

O contexto atual do campo brasileiro, marcado pelo quadro de exclusão social, exige uma readequação das políticas voltadas ao desenvolvimento rural. Nesse caminho, torna-se necessário adotar políticas agrícolas e sociais direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar associadas a efetiva reforma agrária capaz de promover a desconcentração da propriedade da terra, garantindo ao trabalhador rural acesso à terra e ao trabalho.

É fundamental criar políticas e programas voltados para um desenvolvimento combinado com a distribuição de renda e riqueza. A realização da reforma agrária é uma medida essencial na formulação de políticas distributivas, em contraposição a programas assistenciais de compensação ou erradicação da pobreza. Além disso, ela representa uma oportunidade de, ao reverter a atual estrutura fundiária, consolidar a produção familiar e promover a interiorização do desenvolvimento. (SAUER, 1998).

As políticas de desenvolvimento rural capazes de sustentar a pluriatividade e o conseqüente aumento da renda familiar apresentam as seguintes diretrizes: a) a identificação das potencialidades locais, agrícolas e não-agrícolas; b) a organização da participação das comunidades locais; c) a reversão dos entraves de infra-estrutura; d) a reestruturação dos instrumentos institucionais dirigidos às ações intersetoriais e repensar o papel das instituições públicas de pesquisa e extensão rural. (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Em que pese sua diversidade, o acesso à terra transforma os beneficiários da reforma agrária – os assentados – em um segmento de

agricultores familiares. A criação de assentamentos com a geração de novos postos de trabalho, em atividades agrícolas e não-agrícolas, promove a reorganização do espaço agrário e oportuniza condições de desenvolvimento rural e melhoria das condições de vida da população.

Assim sendo, os assentamentos rurais constituem parte de um processo de gestão territorial, entendida, segundo Davidovich apud Galvão, como:

(...) exercício do poder que se concretiza em formas de administração, com elevado grau de autonomia; poder praticado por diferentes agentes sociais que respaldam seu desempenho em um domínio espacial (submetido a um instrumento específico de controle), do que se depreende sua territorialidade. Gestão e território compoariam uma realidade única, entendidos como elementos não dissociados, na idéia de que o exercício do poder tem no suporte espacial, uma condição necessária (1990, p. 84).

A gestão territorial compreende diferentes modelos associados a determinados períodos históricos, reconhecendo-se, portanto, que essa noção apresenta concepções de tempos e espaços diferenciados de acordo com os diferentes agentes sociais envolvidos.

De acordo com Becker (1988), a gestão territorial está associada à modernidade e tem como pressupostos os processos de internacionalização da economia e a produção de um espaço social global. Esse espaço é fragmentado, pois é apropriado por diferentes atores, em porções específicas, territorializadas.

Galvão comenta a gestão do território com base na concepção de Becker (1988), caracterizando-a da seguinte forma:

É eminentemente estratégica: segue um princípio de finalidade econômica – expressa em múltiplas finalidades específicas – e um princípio de realidade, das relações de poder, necessário à consecução de suas finalidades. É científico-tecnológica: para articular coerentemente múltiplas decisões e ações necessárias para dispor as coisas de modo conveniente a alcançar as finalidades específicas, instrumentalizou o saber de direção política, de governo,

desenvolvendo-se hoje como uma ciência (1990, p. 85).

Nessa perspectiva, os assentamentos rurais podem ser entendidos como um processo de gestão do território, no qual Becker (1988) destaca três pontos específicos:

1 – prática estratégica – onde se insere o processo de decisão e ação concretizado no espaço e com o espaço, tanto pela organização dos movimentos sociais quanto pelo Estado em suas diferentes escalas;

2 – apropriação do espaço – que constitui a territorialização propriamente dita, através da formação dos assentamentos rurais;

3 – mecanismos de controle – onde se consubstancia o poder sobre o espaço e onde se gera, também, um poder de pressão do próprio espaço.

Considera-se, portanto, que a prática do controle e da gestão territorial é condição essencial para o desenvolvimento autônomo de qualquer organização social. Como ensina Souza,

A territorialidade não é um epifenômeno no contexto da luta por uma maior justiça social e, como horizonte utópico, pela plena autonomia. Para uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos uma *conditio sine qua non* para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no território (1995, p. 112).

Para Wanderley, é a densidade social e cultural que concede aos espaços locais os atributos de um território. Ela o considera

... um espaço delimitado, cujos contornos são recortados por um certo grau de homogeneidade e de integração no que se refere, tanto aos aspectos físico e às atividades econômicas, quanto à dimensão sociocultural da população local (2000, p. 116).

O território constitui um espaço de entrelaçamento de tramas sociais, econômicas e políticas. Na perspectiva econômica, desenvolvem-se nos territórios rurais atividades geradoras de emprego e renda, com

ênfase na produção agrícola. Entretanto, essa perspectiva não é exclusiva, pois cada vez mais freqüentemente desenvolvem-se atividades relacionadas à indústria e aos serviços.

No que se refere à dimensão social, o território é percebido como trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda quase desconhecido no processo de desenvolvimento econômico. Assim, o território não constitui simplesmente a base física para as relações entre indivíduos e empresas, o território possui um tecido social, uma organização complexa que extrapola os atributos naturais e os custos de transporte e comunicações. (ABRAMOVAY, 2000).

Nesse contexto, a gestão territorial representa uma forma de alcançar o desenvolvimento, a partir do controle do território exercido pela organização popular e pelas esferas públicas. Segundo o INCRA/PNUD (1995), citado em Brose:

O desenvolvimento local representa uma estratégia que deve assegurar para o território em questão – seja comunidade, município ou microrregião – uma melhoria das condições sócio-econômicas a médio e longo prazos, não sendo apenas uma simples soma de iniciativas locais exitosas. Este conceito tem um caráter fundamentalmente endógeno, procurando um processo sustentado de aproveitamento das oportunidades e capacidades locais, mesmo que com o aporte de recursos externos, e pressupõe a participação de todos os atores sociais e econômicos, públicos e privados (1999, p. 51).

Tal processo pressupõe uma transformação através da superação de um quadro de exclusão e pobreza, cuja estratégia principal é a redução das desigualdades sociais pela via da distribuição de renda. Nesse caminho, projetos alternativos podem constituir-se de novas atividades econômicas, pluriatividade na agricultura familiar, manutenção e ampliação do emprego rural e ampliação da participação popular, entre outros caminhos que conduzam ao fortalecimento da cidadania e ao êxito

socioeconômico do assentamento.

A CONTAG (1997) citada em Brose afirma que o desenvolvimento requer:

... um processo de mobilização das energias sociais, dos recursos e das potencialidades locais para a implementação de mudanças que elevam as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local, tendo como base a participação da sociedade no processo decisório (1999, p. 50).

Os trabalhadores rurais persistirão na luta por novos padrões de desenvolvimento, no qual a reforma agrária continua sendo uma medida essencial para promover o desenvolvimento da agricultura e o resgate da cidadania para milhares de camponeses que expulsos da terra, tornaram-se excluídos do processo produtivo e dos centros de decisão. A reforma agrária e a formação dos assentamentos rurais constituem instrumentos estratégicos para o fortalecimento, a expansão e a consolidação do modelo familiar de agricultura. (SAUER, 1998).

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento rural permite direcionar as experiências de reconversão social dos assentados. Além disso, possibilita compreender que a noção de desenvolvimento rural, exatamente por não privilegiar apenas a agricultura, incide também sobre as pequenas cidades que estão, via de regra, essencialmente ligadas ao meio rural e dele dependem para sobreviver e para ele prestam todo tipo de serviços. O desenvolvimento rural pode, assim, constituir-se num processo dinamizador e catalisador das oportunidades existentes no território.

Ao propor a interiorização do desenvolvimento através dos assentamentos rurais Sauer afirma:

A formulação e implantação de políticas capazes de viabilizar e expandir a agricultura familiar, incluindo a reforma agrária, redirecionam e descentralizam os investimentos e alteram as próprias bases do desenvolvimento. Os projetos de assentamento

são experiências concretas de uma melhoria nas condições materiais de existência não só das pessoas diretamente beneficiadas com a terra. Estes projetos, além de gerar empregos e permitir um certo grau de inserção das famílias assentadas no mercado, têm demonstrado um efeito irradiador e multiplicador, revitalizando as economias municipais e regionais. (1998, p. 90)

Os assentados criam novas demandas, atraindo investimentos públicos e privados. As novas atividades desenvolvidas e o aporte de população exigem investimentos em infra-estrutura que favorecem as populações locais, inclusive as não-assentadas. Os assentamentos rurais, e portanto a agricultura familiar, acabam desenvolvendo uma nova territorialidade marcada pela revalorização do espaço rural.

A perspectiva de desenvolvimento rural a partir da implantação e consolidação de assentamentos em regiões economicamente deprimidas, associada ao fortalecimento da produção familiar, agrícola ou não-agrícola, oferece inúmeras oportunidades e condições para a reorganização e valorização do espaço rural, com a conseqüente melhoria das condições de vida do conjunto da população.

Constituindo uma possibilidade de desenvolvimento rural, os assentamentos estão sendo implantados em regiões marcadas por estruturas agrárias tradicionais. O capítulo seguinte discute essa questão resgatando o processo de formação territorial do Rio Grande do Sul.

II. A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Os assentamentos rurais no Rio Grande do Sul resultam da combinação de pelo menos dois fatores: a permanência da grande propriedade – os latifúndios de base pecuarista – e de um contingente cada vez maior de pequenos produtores rurais expropriados. Para explicar esse processo, torna-se imprescindível resgatar a formação socioeconômica do espaço gaúcho.

2.1 A ocupação inicial do território e as origens do latifúndio pastoril

O Rio Grande do Sul, como parte do território brasileiro, surge das relações de poder entre os reinos de Portugal e Espanha. Para manter seus territórios na Bacia Platina, a Coroa de Espanha usa a estratégia de ocupar os estabelecimentos missionários guaranis.

Já o interesse da Coroa Portuguesa pela região do estuário do rio da Prata promoveu o avanço de seu domínio no sul do Brasil, culminando com a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, em frente a Buenos Aires, na margem esquerda do estuário. Como as terras pertenciam ao reino da Espanha, travaram-se vários conflitos pela sua posse. As disputas se justificavam pelo intenso comércio contrabandista, sobretudo de gado e metais preciosos, provenientes das colônias espanholas sul-americanas.

A fundação da Colônia de Sacramento tinha a intenção de aumentar a pressão da diplomacia portuguesa na sua tentativa de

negociar a posse das terras platinas, em virtude das indefinições do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, que alimentava as reivindicações territoriais das nações ibéricas sobre o território.

Como Portugal não conseguiu manter o domínio das terras próximas ao rio da Prata, seu interesse voltou-se para o então território de São Pedro do Rio Grande do Sul, em virtude da posição estratégica para a dominação da bacia Platina através dos rios Uruguai e Paraná. Para garantir a posse dessa região, a Metrópole promoveu a ocupação do espaço sul-rio-grandense. Entretanto, essa parcela do território não oferecia nenhum produto de valor econômico, a exemplo do pau-brasil e da cana-de-açúcar, explorados em outras províncias.

No período anterior à Restauração Portuguesa, entre 1636 e 1641, foram destruídas as missões jesuíticas espanholas estabelecidas no território do Rio Grande do Sul a partir de 1626. Os jesuítas e os índios sobreviventes retiraram-se para a Banda Ocidental do rio Uruguai. Os índios aprisionados pelos bandeirantes paulistas foram levados às regiões açucareiras como mão-de-obra escrava.

Com a destruição das reduções indígenas o gado ficou disperso e se reproduziu tornando-se uma enorme riqueza que despertou a cobiça das nações ibéricas no Sul. Formou-se, assim, a Vacaria do Mar, extenso território dominado pelo rebanho que ocupou os campos de pastagens que se estendiam do litoral próximo à Lagoa dos Patos em direção Oeste até o Rio Uruguai e daí para o sul até o Rio da Prata.

A partir de 1687, os jesuítas espanhóis que se haviam estabelecido na margem esquerda do rio Uruguai, em terras do Paraguai, retornaram, fundando no atual território do Rio Grande do Sul, os Sete Povos das Missões.

As reduções jesuíticas formaram a base para o processo de ocupação e produção do espaço gaúcho, pois desenvolviam várias atividades econômicas. A agricultura foi uma das mais expressivas: eram cultivados, além do milho e da mandioca, já conhecidos pelos índios, o

trigo, o azevém, o arroz, a cana-de-açúcar e o algodão, introduzidos pelos jesuítas. Outras atividades importantes consistiam na extração da erva-mate e na criação de gado. Com base em relatos de época, Müller (1998) afirma que havia mais de 70 mil pés de erva-mate. Apossados pelos portugueses, eles constituíam uma das principais fontes de renda dos Povos das Missões.

As reduções possuíam extensas estâncias de criação, ocupando todo o território do Rio Grande do Sul. No norte e Planalto Serrano foi constituída a Vacaria dos Pinhais, que tinha por função suprir as necessidades emergenciais de alguma redução. No oeste até o rio Uruguai e ao sul, para além dos rios Vacacaí e Jacuí, estendiam-se as estâncias jesuíticas, adentrando grande parte do território da república Oriental do Uruguai. A riqueza representada pelo gado das Vacarias do Mar e dos Pinhais, somada à necessidade de gado muar e vacuum nas *Geraes*, foram as principais motivações que levaram os portugueses a tomar as reduções e efetivar sua ocupação sobre o território do Rio Grande do Sul.

A forma de produção apoiada nas reduções desarticulou-se na segunda metade do século XVIII, devido à expulsão dos jesuítas da América. A ocupação do espaço sul-rio-grandense foi novamente impulsionada com a doação das sesmarias, iniciada no ano de 1732. As sesmarias constituíam grandes extensões de terras devolutas com aproximadamente 1.300 hectares, que foram doadas a militares e ex-tropeiros na região próxima ao litoral, alcançando posteriormente toda a região oeste e sul do Rio Grande do Sul. Lando & Barros confirmam:

Visava o poder real ou a autoridade regional, com a concessão de sesmarias, premiar elementos desprovidos de tradição familiar, que, de uma forma ou de outra, tivessem prestado serviços de relevância ao interesse nacional, conferindo-lhes a possibilidade de ascensão social. Tal concessão equivalia a um título nobiliário, consistindo no pressuposto básico do predomínio econômico e político. (1976, p. 47)

A doação das sesmarias cumpriu duas funções: garantir a posse efetiva do território gaúcho e aproveitar o gado disperso com a destruição dos aldeamentos. O apresamento do gado xucro (não domesticado) e, posteriormente, a criação extensiva, proporcionou maior estreitamento das relações econômicas da província com o centro econômico do país, sobretudo a região mineradora, através do fornecimento de gado vacum e cavalari para atender a demanda de alimento e de animais de carga e de tração.

A esse respeito Müller afirma:

Antes mesmo do aniquilamento das missões, a colonização do Rio Grande foi estimulada pela coroa portuguesa, porque, além de assegurar o abastecimento da região das minas, justificava as pretensões de soberania sobre a região. Aos que se dispunham a colonizar a região, o governo colonial oferecia a propriedade de terras – grandes latifúndios pelos padrões atuais, já que, desde o Alvará de 05 de outubro de 1795, as sesmarias eram de até (na verdade raramente menos) “três léguas em quadro” – o equivalente a 13.068 hectares. Os beneficiados pela concessão de sesmarias tinham uma tríplice missão: ocupar o território em nome de Portugal, criar os rebanhos necessários à produção das minas e compor as tropas que enfrentariam os espanhóis nos casos de confronto (1998, p. 17).

Com a doação das sesmarias estavam fundados os alicerces da economia gaúcha por vários séculos: os latifúndios de base pecuarista. Torronteguy (1994) afirma que na Macrorregião Sul do Estado, a primeira região a ser apropriada, constituiu-se uma estrutura fundiária de grandes propriedades, exploradas com pecuária extensiva, gerando uma pobreza estrutural, devido a restrição do acesso à terra para a maioria da população que vagava pelos campos procurando uma ocupação. A respeito da terra, Lando & Barros afirmam:

A terra, que até então era livre, e não possuía valor econômico, vai adquirir novo significado... Cria-se assim a propriedade privada da terra, aparecendo esta como equivalente de capital. (...) a

propriedade de grandes extensões de terra e a posse de gado passa a constituir uma exigência à participação nos negócios públicos. Se, por um lado, a estância representa a fixação à terra e o aproveitamento racional da riqueza pastoril, por outro lado ela limitou a expansão do povoamento, na medida em que o estancieiro, proprietário de uma grande extensão de terras, ocupava apenas uma pequena área, deixando o restante inexplorado e em situação de abandono. Nesse sentido, a política de distribuição de sesmarias determinou um povoamento ralo e disperso. (1976, p. 48)

Como as grandes estâncias de criação de gado não garantiam o povoamento efetivo do território, uma vez que exigiam pouca mão-de-obra, o governo português promoveu a vinda de imigrantes açorianos destinados a ocupar a região e desenvolver atividades diversificadas, entre as quais a produção agrícola e o artesanato.

Sobre os primeiros anos da imigração açoriana, Müller comenta:

Estima-se em 2300 o número de açorianos que chegaram ao Rio Grande entre 1748 e 1756. Quando os açorianos chegaram, o conflito com a Espanha estava em andamento, e Portugal não havia assumido o controle do território das missões, onde os imigrantes recebiam as terras que lhes tinham sido prometidas, constituindo colônias. (...). A guerra foi longa e episódica, o que levou o governo colonial português a prosseguir com o povoamento das áreas próximas aos conflitos, concedendo terras a militares. Isso fez com que se ocupasse a região costeira à margem oeste da Lagoa dos Patos e, a partir do vale do rio Jacuí, os vales dos rios Ibicuí, Vacacaí e Santa Bárbara, na região central do atual estado do Rio Grande do Sul. Em função dessa ocupação territorial, surgiram as vilas que deram origem a muitas cidades do sul do Estado, tais como Pelotas (1780), Encruzilhada (1770), Erval (1791), São Gabriel (1790), São Sepé (1794) e Santa Maria, nascida de um posto avançado militar estabelecido em 1727 (1998, p. 20).

Em virtude dos conflitos militares na região, os açorianos espalharam-se pelo litoral, originando Porto Alegre, nas margens do Guaíba, e Taquari e Cachoeira do Sul, na bacia do rio Jacuí. Em que pese a situação política, os imigrantes que conseguiram terras dedicaram-

se ao cultivo do trigo. Todavia, essa atividade não sobreviveu por muito tempo, pois embora tenha assumido importante papel no comércio colonial, o desamparo oficial, a concorrência estrangeira e o ataque de pragas como a “ferrugem” são relatadas como as principais causas responsáveis pela regressão desse cultivo agrícola.

Com o fracasso do trigo, fracassam também as experiências da pequena produção nessa fase da colonização no Rio Grande do Sul. Kliemann assim se refere a essa questão:

A pequena propriedade esteve praticamente ausente dessa primeira organização. Tudo leva a crer que realmente tenha existido por parte de Portugal, com o patrocínio da imigração açoriana, a partir do século XVIII, o objetivo de instaurar núcleos de pequena e média propriedade rural no sul. Evidencia-se, pela anexação de datas e apossação de terras devolutas, que tal meta não foi atingida, uma vez que, na realidade, esses colonos acabaram por contribuir para o fortalecimento do latifúndio com a criação da fazenda agrícola de produção tritícola e as charqueadas (1986, p.18).

Com o retrocesso do cultivo do trigo, a pecuária extensiva se mantém como atividade econômica preponderante, ganhando novo impulso com a instalação das charqueadas. As charqueadas foram as primeiras agroindústrias surgidas no Rio Grande do Sul, e sua instalação apenas acarretou transformações conservadoras, pois assim como o trigo, amparou a economia sul-rio-grandense após a decadência da mineração e proporcionou o fortalecimento da economia pecuarista baseada na grande propriedade, ratificando a estrutura fundiária a ela subjacente.

Para manter e assegurar a posse da terra pelas classes dominantes foi criada no Brasil a Lei de Terras de 1850, que acabaria acirrando os conflitos no meio rural, como enfatiza Kliemann:

Teoricamente, a Lei de Terras de 1850 resolveria inúmeros problemas: acesso à terra, reorganização da produção e da sociedade e satisfação dos anseios das elites produtoras e dos intelectuais anti-escravagistas, partidários da necessidade de uma

purificação do sangue e da cultura brasileira através da colonização estrangeira. Na prática, ela foi geradora de novos conflitos, pois a centralização forçada não conseguiu atenuar o descompasso entre o projeto do governo central e dos governos provinciais, ou seja, entre a legislação e as realidades agrárias regionais (1986, p. 20).

O crescimento das charqueadas e da pecuária promoveu a ascensão da classe pecuarista, que passou a atuar também no plano político, entrando em conflito com representantes da Coroa. Estes, influenciados pela oligarquia nacionalmente dominante, estavam interessados na redução do preço do charque destinado à alimentação dos escravos, enquanto as lideranças sul-rio-grandenses vinculadas à pecuária propugnavam pelo protecionismo alfandegário para seu produto (FEE, 1978).

Sobre o problemático mercado do charque gaúcho, Müller faz o seguinte comentário:

A pecuária – e com base nela as charqueadas – foi a principal atividade econômica gaúcha até o início do século XX. Embora tivesse originado fortunas e permitido uma acumulação de capitais que seriam investidos em outras atividades ao longo do tempo, a produção de charque era uma atividade de rentabilidade oscilante, menor que a dos produtos exportáveis de outras regiões do país, como o café ou o açúcar, e menos dinâmica que o complexo colonial, que rapidamente adquiria maior capacidade de acumulação de capitais (1998, p. 35).

A pecuária bovina, e sobretudo a produção do charque a ela associada, possibilitou o povoamento da região sul do Estado e, mais que isso, dinamizou a economia sul-rio-grandense. Sobre a influência da atividade saladeril na rede urbana da região, o Projeto RS 2010 esclarece:

O charque ajudou a construir a prosperidade dos principais centros urbanos do Sul: Pelotas, núcleo onde se concentrava o maior número de charqueadas, e Rio Grande, porto através do qual o

produto era exportado. O ciclo do charque fez ainda com que muito cedo se consolidasse na área da Campanha, a região ao longo da fronteira com o Uruguai, de onde provinham os animais para o abate, uma rede urbana constituída em sua maior parte por núcleos oriundos de antigos acampamentos militares, que assumiram, paulatinamente, funções comerciais e administrativas (1998, p. 8).

Apesar da dinamização da economia e da efervescência urbana advinda da produção e do comércio do charque, a região sul caracterizava-se pela concentração da terra e da renda, uma vez que nos campos predominavam as extensas propriedades mantidas com reduzido volume de mão-de-obra. O meio rural era, por conseguinte, esparsamente povoado, apesar do relativo dinamismo econômico.

Em contraste, a porção norte do Rio Grande do Sul era a mais atrasada. Segundo o Projeto RS 2010, ela caracterizava-se:

... pela coexistência de algumas zonas de pecuária mais atrasada com áreas de pinheirais ainda inexplorados, de extrativismo ervateiro ou florestas virgens. Não é demais lembrar que algumas porções do Alto Uruguai só vieram a ser exploradas quando já era bem adentrada a segunda metade do século passado. Porto Alegre, principal núcleo urbano da região, capital da Província (...), tinha até a segunda metade do século passado funções predominantemente administrativas, não conseguindo rivalizar, em termos de dinamismo econômico, com os dois principais centros urbanos da Região Sul (1998, p. 9).

A estagnação da pecuária e a paulatina decadência das charqueadas em virtude da concorrência platina, associada ao surgimento da indústria, colaboraram para alterar o quadro de desigualdade regional. Entretanto, a origem do processo remonta ao século XIX, quando os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos inserem-se na formação espacial do Rio Grande do Sul.

2.2 A imigração européia e o nascimento da agricultura familiar

Com a imigração européia, sobretudo de alemães e italianos, nas primeiras décadas do século XIX, a economia do Rio Grande do Sul inicia um processo de diversificação produtiva. Além da pecuária extensiva, principal atividade até aquele momento, começa a desenvolver-se a agricultura familiar, praticada em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar. O espaço de produção era partilhado entre a policultura e a pecuária leiteira, objetivando a subsistência familiar e, posteriormente, a geração de excedentes destinados ao mercado.

Os primeiros imigrantes foram alemães, procedentes de Holstein, Hamburgo, Mecklemburgo e Hannover, seguidos de outros oriundos de Hünsrcück, Palatinado, Pomerânia, Westfália, Württemberg, Boêmia e grupos menores, de outras regiões da Alemanha, que chegaram após 1824. Localizaram-se preferencialmente na região do rio dos Sinos, onde fundaram a primeira colônia: São Leopoldo. Posteriormente, ocuparam também os vales dos rios Caí, Taquari e Jacuí.

Müller (1998) conta que muitos escravos e libertos foram removidos das terras onde seriam fixados os colonos para que não tivessem contato, mas registraram-se conflitos, pois o governo deslocou militares para despachar os “maus elementos, desordeiros, ladrões e bandidos” para a região das Missões ou para integrá-los às companhias militares.

O mesmo autor destaca que chegaram ao Rio Grande do Sul aproximadamente 5.000 imigrantes alemães, instalados em grande medida em terras devolutas:

Iniciada pelo governo imperial, a colonização alemã prosseguiu a partir de São Leopoldo com iniciativas do governo da província ou de particulares. Estabeleceram-se assim as colônias de Mundo Novo – Taquara – (1847), Padre Eterno, Sapiranga e Picada Verão (1850), no vale do rio dos Sinos. No vale do Rio Caí, surgiram Bom Princípio (1846), Caí (1848), Montenegro (1857) e Nova Petrópolis (1858). Ao longo de outros rios da bacia do Jacuí, foram fundadas Estrela (1853), Lajeado (1853), Teutônia (1868), Monte Alverne, em Santa Cruz (1849), e Santo Ângelo – Agudo – próxima a Cachoeira (1855). No final do século XIX e início do século XX, foram fundadas colônias nas terras altas, entre as quais Sobradinho (1901), Erechim (1908) e Ijuí (1890). (1998, p. 86)

Os italianos eram procedentes sobretudo da região do Vêneto, mas incluíam-se também lombardos, friulinos e trentinos, que se estabeleceram na região nordeste do Rio Grande do Sul, entre o rio das Antas e as colônias alemãs dos rios Caí e Taquari. As primeiras colônias fundadas foram Conde D’Eu (atual Garibaldi) e Dona Isabel (atual Bento Gonçalves), em 1870.

A imigração estrangeira no Rio Grande do Sul também foi responsável pelo surgimento de conflitos, como Kliemann exemplifica:

Os luso-brasileiros e alemães haviam ocupado as melhores áreas. Aos imigrantes, na maioria italianos, que, a partir de 1870, começaram a entrar na província, restaram as regiões da beira do planalto, montanhosa e coberta de matos, do Alto Uruguai e da faixa reservada de dez léguas da fronteira. As questões comuns nas áreas próximas aos latifúndios e na fronteira começaram a surgir também nas zonas de colonização determinadas pelo governo. Acumularam-se na Inspetoria de Terras os processos de despejo dos posseiros e de indenização de proprietários que tinham suas terras invadidas pelo governo ao lotear novas colônias (1986, p. 35).

Paulilo compara as diferentes situações vividas por imigrantes e nativos:

Os imigrantes sofreram com a falta de apoio oficial, que se refletia na falta de financiamentos, de estradas, de escolas e de proteção legal. Sofreram, também, com o tamanho reduzido dos lotes, que tinham

em geral 25 ha. Os segundos (os nativos) tiveram suas terras confiscadas ou simplesmente invadidas. Mesmo que a terra fosse vasta e a população local reduzida, o tipo de cultivo que se fazia era o itinerante, pois não havia recursos para recuperar a terra cansada. Assentar qualquer grupo ou reduzir seu espaço de ocupação significava, muitas vezes, reduzi-lo à fome. Por tudo isso, as colônias provocaram, a princípio, muita migração (1998, p. 89).

Os colonos¹¹ praticaram inicialmente uma agricultura de subsistência, entretanto, após algumas décadas, o excedente passou a ser comercializado com os mercados do centro econômico dinâmico do País, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, através dos comerciantes intermediários que se apropriaram do capital produzido pela agricultura. Eles conseguiram realizar uma certa acumulação capitalista no interior das colônias. (BRUM, 1988).

Com a expansão do café no século XIX no Sudeste do País, tornou-se necessária a importação de produtos alimentícios de outras regiões, uma vez que os cafezais ocupavam toda a área agrícola disponível. Desse modo, o Rio Grande do Sul foi a alternativa encontrada para o abastecimento alimentar dessas áreas, com milho, trigo, feijão e mandioca, entre outros produtos da agricultura colonial.

Nesse período houve um expressivo desenvolvimento do Estado, com o término das conflagrações da Revolução Farroupilha e da Guerra do Paraguai. Naquele cenário, configuraram-se dois pólos regionais: Pelotas – Rio Grande, marcado pela forte presença da pecuária e da indústria saladeril, principal atividade econômica da província até este momento; e o pólo Porto Alegre – São Leopoldo, centralizando a produção agrícola e a indústria artesanal das colônias.

¹¹ Denominação empregada no período colonial aos pequenos proprietários, estrangeiros ou nacionais, que receberam ou adquiriram terras, em pequenos lotes, para desenvolver a policultura e prover a subsistência (KLIEMANN, 1986, p. 13). Esta terminologia continua a ser empregada atualmente: colono como sinônimo de agricultor e colonial como sinônimo de agricultura familiar.

Em fins do século XIX, no Rio Grande do Sul destacavam-se nitidamente duas formas de produção: a pecuária extensiva sobre as áreas de campos na região sul do Estado (Campanha, Depressão Central e Serras de Sudeste) e os campos de Cima da Serra (Vacaria e Lagoa Vermelha); e a agricultura colonial desenvolvida nas regiões Nordeste e Norte do Estado, sobretudo nas regiões de mata do Planalto Meridional. Analisando essas diferentes formas de ocupação do espaço agrário gaúcho, Brose comenta:

A partir de um processo diferenciado de ocupação de terras, a metade sul e a metade norte apresentam hoje situações bastante diversas, o que está correlacionado ao bimodalismo existente também em muitas outras áreas do país: a marcante delimitação entre os dois principais modelos de produção agropecuária: o familiar e o patronal. Devido às formas diferenciadas de ocupação e uso da terra, dos sistemas produtivos, das características culturais, de padrões de fecundidade e da ocupação da mão-de-obra – principalmente nos últimos 150 anos – verifica-se fortes contrastes entre as duas regiões: o desenvolvimento econômico e social dos municípios na metade norte, a estagnação na metade sul (1999, p. 23).

Nesse período, o perfil econômico do Rio Grande do Sul caracterizava-se, portanto, como economia agropecuária, subsidiária da exportação, voltada para o abastecimento do mercado interno através da exportação de gêneros alimentícios, razão pela qual foi o estado gaúcho cognominado “celeiro do Brasil” (PESAVENTO, 1994).

No início do século XX, tanto a pecuária quanto a agricultura colonial foram afetadas por crises econômicas, o que levou a reestruturações produtivas. A pecuária foi prejudicada pela concorrência dos países platinos que já vinham racionalizando a produção, através do emprego de técnicas de criação intensiva. Além disso, como nunca fora prioridade na política econômica nacional, sofreu com a revogação das leis protetoras da atividade e das medidas implementadas para conter o contrabando nas áreas de fronteiras (BRUM, 1988; KLIEMANN, 1986).

A situação de crise enfrentada pela pecuária reverte-se, em parte, com a instalação dos frigoríficos, que foram responsáveis pela retomada do desenvolvimento do criatório bovino; entretanto, eles contribuíram também para a decadência das charqueadas.

O primeiro frigorífico contou com o interesse dos criadores e do Governo do Estado para a sua instalação. O Frigorífico Rio Grande tinha dois objetivos: promover a acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas locais. A incapacidade da economia pecuária de gerar a acumulação levou à internalização de companhias estrangeiras. Mas, passado o período de dinamização da pecuária motivado pela instalação dos frigoríficos, e da conjuntura favorável do pós-guerra, reapareceu a crise da pecuária gaúcha. Sobre essa questão, Pesavento destaca:

Aos problemas oriundos de uma crise econômico-financeira sem precedentes, acrescentavam-se os antagonismos que se divisavam não mais só entre criadores e charqueadores; o panorama das tensões na pecuária fora enriquecendo com a figura do frigorífico estrangeiro, que atuava tanto contra o estancieiro como contra o charqueador. (...) Com a falência do projeto nacional, o setor mais dinâmico da industrialização da carne ficou totalmente entregue às empresas estrangeiras que realizavam manobras baixistas. Em mãos rio-grandenses, permaneciam a velha charqueada e a criação, ambas em crise (1980, p. 293).

A crise enfrentada pela agropecuária colonial era resultante da concorrência imposta pela agricultura de gêneros alimentícios do centro econômico do país, originada pela retração da lavoura cafeeira que, ao ceder espaço à lavoura de subsistência, permitiu a competitividade por estar mais próxima do mercado consumidor. Somava-se a isso o esgotamento dos solos na área colonial, provocado pelo uso de técnicas intensivas de cultivo e, também, o excessivo fracionamento da terra por herança.

Esses fatores acarretaram profundas transformações na estrutura socioespacial do Rio Grande do Sul. Bandeira (1994) destaca a migração de jovens¹² descendentes de colonos assentados nas colônias velhas para a fronteira agrícola na região norte do Estado, até o final da década de 1940, o que resultou em aumento da área ocupada pelas pequenas propriedades. As terras de matas e parte daquelas ocupadas pela pecuária cederam espaço para a agricultura colonial. O autor esclarece:

Após uma ou duas gerações, o crescimento acelerado da população nas regiões coloniais mais antigas, onde a fronteira agrícola se havia esgotado rapidamente, obrigava um contingente significativo de jovens a emigrar em busca de novas terras. Sendo ainda incipiente o processo de industrialização – e, portanto, escassos os empregos no meio urbano – o destino preferencial dessas levas de migrantes eram as regiões agrícolas pioneiras mais próximas, na época ainda situadas no norte do Estado. (1994, p. 13)

Tal processo gerou outros problemas, sobre os quais Kliemann assim se manifesta:

A escassez cada vez maior de terras agricultáveis, a explosão demográfica das colônias antigas e, principalmente, a política colonizadora oficial fizeram com que colonos e posseiros, ao sair das regiões em litígio, procurassem novas terras. Nessa procura, foram invadindo as áreas que acreditavam desocupadas. Tal invasão, denominada intrusão¹³, existiu no Rio Grande em pequena escala desde o período monárquico. Durante a República Velha, tornou-se, por sua extensão, o maior problema enfrentado até hoje pelo Estado (1986, p. 121).

¹² Jean Roche deu a esse processo o nome de “enxamagem”.

¹³ A esse respeito, o mesmo autor complementa: *intrusão e êxodo rural passam a ser uma constante na história fundiária do Rio Grande do Sul, corroendo lentamente a economia agrícola e contribuindo para o inchamento urbano e a formação de cinturões de miséria nas cidades maiores. Verifica-se que tal fenômeno ocorre em todo o estado, mas a incidência maior do problema está nas regiões de povoamento novo e nas terras indígenas, cujas reduções e expropriações tiveram a mesma finalidade tanto na república velha como em épocas mais recentes...* (1984, p. 151)

A respeito das conseqüências dos movimentos migratórios – expansão da fronteira agrícola ao norte e a busca de empregos industriais no nordeste do Estado – sobre a dinâmica populacional da região sul, Bandeira salienta que:

... nenhum desses dois processos favoreceu o crescimento demográfico na Região Sul. Ao contrário, o segundo deles seguramente contribuiu para drenar parte da população dessa área, que emigrou para os centros urbanos da Região Nordeste em busca de oportunidades de trabalho. Por outro lado, não há dúvida quanto ao fato de que a contribuição dos migrantes oriundos da Região Sul para o povoamento da Região Norte, durante a primeira metade deste século, foi quase inexpressiva em comparação com a dos que saíram das áreas coloniais antigas da Nordeste (1994, p. 14).

Além do fracionamento da propriedade e da migração, outro agravante foi a apropriação dos lucros advindos da atividade agrícola por intermediários, responsáveis pela colocação dos produtos no mercado. Esse fato motivou a organização associativista dos produtores em cooperativas, com o objetivo de controlar o processo de comercialização, enfraquecendo a atuação dos atravessadores. O desenvolvimento do cooperativismo, iniciado nas primeiras décadas do século XX, favoreceu posteriormente a expansão das relações capitalistas de produção no espaço agrário gaúcho, através da agricultura moderna.

Tavares dos Santos avalia os resultados do empreendimento colonial da seguinte forma:

... a formação de uma zona de produção camponesa na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul resultou de uma política de povoamento que visava a ocupar os espaços deixados vazios pela grande propriedade, interligando a região Sul com a região Sudeste. Esta colonização foi resultado do pensamento inovador no seio das classes dominantes, expressando a ideologia da colonização com homens livres, proprietários e brancos. A colonização italiana, encetada a partir de 1875, deu-se sob o signo da propriedade da terra, imergindo desde o início o imigrante italiano camponês no mundo da mercadoria, para depois vinculá-lo ao mercado interno da sociedade brasileira, abastecendo os núcleos urbanos. Finalmente, a

colonização no Brasil meridional inseriu-se nas tensões do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, na medida em que aparecia como exemplo da possibilidade de o imigrante tornar-se pequeno proprietário, atraindo-o assim para ser trabalhador na grande propriedade rural. (1978, p. 20)

Com o sucesso do empreendimento colonizador consolidou-se a pequena propriedade no meio rural gaúcho, a partir da qual diferentes sistemas de produção e formas de trabalho se desenvolveriam. Razão última da emigração e questão de maior conflito, a terra torna-se a pedra angular da agricultura colonial.

2.3 As origens da agricultura moderna no espaço agrário gaúcho

No final da década de 1930, a economia agrícola do Rio Grande do Sul encontrava-se estruturada em três segmentos produtivos: a pecuária extensiva baseada no latifúndio e situada na metade sul do estado, a agropecuária colonial de molde familiar, na metade norte, e a agricultura comercial do arroz, desenvolvida também na metade sul, através do arrendamento.

O arrendamento das terras propícias ao cultivo do arroz representou uma alternativa lucrativa e segura para o pecuarista, proprietário das terras, mas de comportamento conservador. Esse aspecto é comprovado na afirmação de Bandeira:

... grande parte dos pioneiros da cultura do arroz nos municípios da Região Sul¹⁴ foi constituída por elementos oriundos de outros segmentos da economia (comerciantes) ou de outras áreas do Estado (freqüentemente vinham de áreas de colonização alemã ou italiana), que iniciaram sua atividade como arrendatários. Apenas depois que o enriquecimento desses pioneiros comprovou as

¹⁴ O autor refere-se aqui à Região Sul do Rio Grande do Sul, denominada neste trabalho de metade sul.

vantagens econômicas da orizicultura os estancieiros¹⁵ tradicionais (em geral os elementos pertencentes a gerações mais novas) começaram, eles próprios a cultivar arroz. Torna-se claro, assim, o modo pelo qual a predominância da grande propriedade pode ter contribuído para a disseminação de uma cultura empresarial conservadora no meio rural da Região Sul, avessa a riscos e pouco propensa a inovações de resultados incertos. A prevalência dessa cultura certamente foi um dos obstáculos que travou a diversificação do perfil da produção agropecuária local (1994, p. 21).

Entre os fatores responsáveis pela formação e pelo desenvolvimento expressivo da lavoura orizícola no Estado destacam-se: as barreiras tarifárias para o arroz importado; a expansão do mercado consumidor interno; a organização político-econômica das classes proprietárias; a existência de capital, força de trabalho, recursos naturais e infra-estrutura de transporte; a associação entre a grande propriedade pecuarista e a orizicultura através do arrendamento capitalista e, por fim, o potencial mercado externo para o excedente de arroz produzido. (Bescow, 1986).

Bescow destaca as características da produção arrozeira do Rio Grande do Sul:

A forma de organização assumida pela produção de arroz no Rio Grande do Sul diferencia-se radicalmente das demais regiões com significado na produção nacional, distinguindo-se pelo predomínio dos seguintes fatores: grande produção irrigada, arrendamento capitalista, trabalho assalariado, utilização intensiva de meios de produção de origem industrial em todas as etapas do processo produtivo, elevada produtividade da área cultivada e da força de trabalho, alta lucratividade e forte apoio político-econômico a nível institucional, tanto estadual como federal. (1986, p. 173)

¹⁵ Proprietários de grandes latifúndios denominados *estâncias*, voltados basicamente para a pecuária extensiva.

Posteriormente, ocorre a expansão do cultivo do trigo, cereal já antes cultivado pelas reduções indígenas das Missões, pelos imigrantes açorianos e, posteriormente, pelos colonos alemães e italianos. Mas é a partir da década de 1930 que passaram a ser adotadas técnicas modernizadoras na lavoura tritícola.

Vários fatores contribuíram para a expansão da lavoura do trigo, entre os quais se destacam: o interesse de empresas transnacionais, a existência de condições favoráveis ao desenvolvimento da mecanização das lavouras e o apoio governamental à produção nacional com vistas à substituição das importações.

Medidas políticas foram estabelecidas para promover a expansão da produção nacional do trigo, destacando-se: liberação das importações de máquinas, equipamentos e insumos; implantação de estações experimentais para a produção de sementes de maior produtividade e mais bem adaptadas às condições edafo-climáticas regionais; controle dos preços mínimos e demais medidas relacionadas a comercialização; e criação do Serviço de Expansão do Trigo e da política de financiamento aos produtores rurais que juntas possibilitaram a adequação da produção ao padrão de acumulação capitalista nacional.

A produção do trigo nos moldes da agricultura moderna surgiu em municípios do Planalto Médio, expandindo-se posteriormente para as outras regiões, sobretudo na metade norte do Estado. Brose descreve o perfil da agricultura gaúcha naquele período:

Na primeira metade do século XX a agricultura do Rio Grande do Sul já figurava entre as mais modernizadas do país. A cultura do arroz em grandes propriedades na região sul-sudeste do Estado experimentou um acelerado aumento, tanto na área cultivada como na produtividade, proporcionado pelo incremento na utilização de máquinas, acelerando a introdução de formas de produção integradas ao mercado interno que estava em plena expansão no país. Mas foi o incentivo governamental à cultura do trigo que dinamizou um processo de mecanização mais acentuado e ampliou a gestão empresarial na agricultura gaúcha (1999, p. 23).

Com a intensificação do capital na agricultura, novas formas de acesso à terra foram buscadas, revigorando-se assim a prática do arrendamento. Esse expediente representou, na agricultura sul-riograndense, duas formas de inserção no modo de produção capitalista: o primeiro constituído pelos produtores não proprietários que, dotados de condições financeiras, lograram acesso à terra; e o segundo pelos proprietários que tiveram nessa prática uma forma de auferir renda através da cessão do uso do solo. Isso acarretou a elevação do preço da terra, refletindo-se no processo produtivo: para acompanhar a elevação dos custos, a agricultura foi forçada a aumentar a produtividade.

A partir da segunda metade da década de 1950 o setor agrícola enfrentou uma profunda crise, cujo desdobramento é narrado por Brose:

Neste período, especialmente durante os anos 50, a ocupação da fronteira agrícola na metade norte havia sido concluída. Paralelamente ocorreu uma estagnação produtiva nas duas culturas mais inseridas no mercado, o arroz e o trigo. A crise do trigo foi desencadeada por diversos fatores, entre eles a importação de trigo dos USA (Acordo do trigo 1956), o que levou o Estado a incentivar fortemente a criação das cooperativas tritícolas nos anos 50/60, mas também a insuficiência do tradicional sistema de produção nas propriedades familiares para sua inserção no mercado. E, além disso, o principal ramo de produção das regiões de colonização recente (Alto Uruguai, Missões, etc.), a suinocultura, perdeu dinamismo pela substituição da banha por óleos vegetais, pela perda de mercados para os produtores catarinenses e mineiros, e, pela exigência de um novo tipo de porco: o tipo carne. Este período marca o empobrecimento de amplos segmentos da agricultura familiar, desencadeando o processo de migração de muitas famílias gaúchas que começou ocupando o 'vazio' do oeste catarinense, passou pelo desmatamento do oeste paranaense, subiu por Mato Grosso e chegou em Rondônia. De lá foi redirecionado para o oeste baiano e se encontra atualmente em consolidação nos cerrados do sul do Piauí (1999, p. 24).

A partir desse período de crise, inicia-se um novo processo: a modernização tecnológica da agricultura nacional. No Rio Grande do Sul, esse processo tem início no final da década de 1960, quando houve a retomada das medidas protecionistas ao trigo, motivado pela redução da ajuda alimentar norte-americana e pela necessidade de aumentar o mercado consumidor interno dos bens duráveis voltados para a agricultura, produzidos no Sudeste do país. Além disso, tornou-se fundamental incrementar a produção nacional do trigo com vistas a poupar divisas através da substituição das importações.

Nesse período, motivada pelo apoio estatal à lavoura agroexportadora, a modernização difundiu-se para todas as áreas agrícolas do Estado, e o uso de insumos e máquinas agrícolas redimensionou a produção através do aumento da produtividade. A partir daí, também se expande o cultivo da soja.

A lavoura da soja encontrava-se já presente no espaço agrário do Rio Grande do Sul desde o início da agropecuária colonial, sobretudo na região das Missões, associada à suinocultura e como produto de subsistência. A partir da década de 1950, começou a adquirir maior importância em função do aumento da comercialização, expandindo-se tanto em produção quanto em área cultivada. Entretanto, foi a partir do final da década de 1960, através do modelo agroexportador, que a soja passou a comandar o processo produtivo da agricultura no Rio Grande do Sul.

Entre os motivos que explicam essa expansão destacam-se: (1) o aumento do preço do produto no mercado internacional, possibilitando a geração de divisas através da exportação; (2) o desenvolvimento do complexo agroindustrial soja/indústria de oleaginosas; (3) possibilidade de rotação com outras culturas, particularmente com o trigo, em regime de consórcio; (4) criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); (5) existência de uma estrutura cooperativista que congregou inclusive pequenos produtores,

inserindo-os nas formas de produção capitalistas, o que foi responsável pelo retrocesso vertiginoso da agricultura familiar.

Segundo Brose:

Essa conjuntura possibilitou a ampla difusão da soja em praticamente todo o norte do estado. Com uma forte demanda nos mercados nacional e externo, a monocultura da soja se apropriou dos avanços tecnológicos inseridos no âmbito do cultivo do trigo e marcou o início de uma nova fase de desenvolvimento da agricultura gaúcha, baseada principalmente na figura dos 'granjeiros', empresários rurais com capital de origem urbana, os principais motores do crescimento das cooperativas regionais. Na década de 70 a soja chega a ocupar 60% do total de área plantada no estado. Entre 1968 e 1981 houve incremento de 1.075% na área cultivada e de 2.118% na quantidade produzida. A frente de expansão acabou se concentrando na agricultura familiar da metade norte, na Zona Colonial Noroeste, Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio. O modo de vida chamado 'colonial' foi substituído pela agricultura modernizada da monocultura da soja (1999, p. 25).

Com o advento da soja, o Rio Grande do Sul, que já atingira um elevado grau de tecnificação da lavoura através da triticultura, passou a ter na soja um produto de vanguarda, responsável pela incorporação de novos espaços à produção capitalista. Assim, a cultura da soja promoveu a retomada do desenvolvimento agrícola no Estado, sob o ponto de vista da acumulação capitalista, devido às facilidades de comercialização e à tecnificação da lavoura motivada pelos incentivos governamentais.

A generalização dessa forma de produzir gerou uma série de conseqüências, causando graves prejuízos a pequenos produtores e trabalhadores rurais. Brose identifica alguns desses efeitos:

Nas áreas de maior mecanização e tecnificação, especialmente na região Nordeste do estado, registrou-se uma queda nos postos de trabalho e o surgimento de formas precárias de ocupação como os trabalhos temporários e a ausência de contratos de trabalho. A elevação do preço da terra torna-a inacessível, especialmente para as novas gerações na agricultura familiar. O esgotamento desta

modernização conservadora nos anos 80 originou outro contingente expressivo de pobres estruturais. A propriedade da terra foi concentrada, as disparidades de renda se acentuaram, o êxodo rural direcionado aos centros urbanos aumentou, bem como aumentaram a taxa de exploração da força de trabalho e da auto-exploração nas unidades familiares. Paralelamente, em certas áreas surgem novas formas de ocupação no meio rural, como os sistemas de produção integrada com as agroindústrias de suínos, aves ou fumo (1999, p. 25).

No início da década de 1980, a queda das exportações provocou a retração da produção da soja, mas é no final dessa mesma década que o modelo agroexportador entra em colapso, inaugurando uma nova fase na agricultura gaúcha. Diversos fatores são responsáveis por essa mudança: o esgotamento do padrão tecnológico implantado em 1960/70, a suspensão do modelo intervencionista do Estado no que se refere à política agrícola e a abertura comercial decorrente do MERCOSUL. Esses fatos provocam transformações que ainda estão em curso no espaço agrário gaúcho e obrigam os diferentes segmentos a rearticulações com vistas a superar a crise.

Entretanto, Brose identifica alguns dos principais indicadores da pobreza rural emergente, os chamados *novos pobres*:

... a favelização do meio rural, com o aumento do número de famílias jovens residindo precariamente às margens das pequenas cidades; o fortalecimento dos movimentos sociais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Sem Terra (MST); a crescente dependência das famílias rurais dos recursos obtidos com a aposentadoria rural (1999, p. 26).

O processo de organização/reorganização do espaço agrário gaúcho somente pode ser explicado à medida que forem alcançados os processos políticos e econômicos, relacionando-os aos interesses geopolíticos do Rio Grande do Sul, bem como as atividades que vieram a

consolidar o domínio do território estadual, em um primeiro momento e, posteriormente, sua inserção no sistema de produção capitalista. Assim, em linhas gerais, destacam-se duas fases: na primeira, a organização do espaço realizou-se através de políticas de ocupação do território para garantir a sua posse. O interesse econômico possuía uma situação secundária pois apenas legitimavam os interesses do Estado, qual seja, o controle político da região. Nessa fase, as formas de produção estavam representadas pela pecuária extensiva e pela agropecuária colonial. Na segunda fase, ocorre a emergência da agricultura, nas primeiras décadas do século XX, a partir do avanço das relações capitalistas no campo e representada inicialmente pelo arroz e expandindo-se posteriormente com o trigo e com a soja.

Com o avanço da agricultura moderna, transformaram-se as relações produtivas no espaço, articulando-se formas de produção, coexistindo, num mesmo espaço agrário, atividades tradicionais e modernas e ampliando as contradições que se expressam no acirramento dos conflitos agrários, tema que será tratado no capítulo seguinte.

III. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

A questão agrária sempre esteve presente no debate dos rumos do país, permeando a formação socioterritorial brasileira, assumindo posição às vezes secundária, às vezes estratégica nos projetos nacionais de desenvolvimento econômico.

O papel do Estado, como gestor de projetos, deve ser enfatizado quando se analisam os processos econômico-sociais no espaço agrário, efetivados através de políticas públicas: as agrárias, que envolvem os projetos de colonização e reforma agrária; e as agrícolas, voltadas ao crédito e aos preços mínimos.

Assim, esse capítulo analisa as transformações recentes ocorridas no espaço agrário brasileiro, enfatizando a atuação do Estado em dois momentos: o da modernização da agricultura (1960-1980) e o atual (posterior a 1980), procurando identificar a intenção e o significado das mudanças. Para isso, é necessário resgatar, em parte, o processo político e econômico de formação do espaço agrário e reconhecer as esferas de atuação do Estado e as ações que deram sustentação ao projeto de modernização agrícola.

3.1 O Estado e a questão agrária brasileira

A atuação do Estado no setor agrícola não pode ser dissociada da economia, nem, de maneira mais ampla, da sociedade como um todo. A fim de atender os múltiplos interesses internos e externos, o Estado criou condições e meios para promover a reprodução do capital na agricultura. A regulação econômica capitalista se efetiva em várias esferas, assim descritas por Delgado (1985):

- Esfera Normativa: ao Estado cabe legislar e normatizar as bases contratuais sobre as quais se estabelecem as relações de trabalho e de propriedade no meio rural. Exemplificam essa normatização o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº. 4.214, de 2 de março de 1963) e o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de dezembro de 1964).

- Esfera Financeira e Fiscal: nesta o Estado administra a política financeira e os incentivos fiscais, que estimulam, compensam e financiam a aplicação de capitais privados nas atividades rurais ou a elas conectadas por diversas formas de integração. O exemplo efetivo dessa esfera de atuação no meio rural é o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

- Esfera Produtiva: embora o Estado não desempenhasse diretamente nenhuma atividade agrícola, as empresas estatais tiveram papel relevante na fabricação de insumos (fertilizantes e defensivos químicos), pesquisa, assistência técnica e extensão rural, através de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

- Esfera Previdenciária: desde a sua constituição, esta passou a ser crescentemente comprimida em função do crescimento do contingente de desempregados e subempregados (rurais e urbanos). A precariedade das condições de vida e de trabalho torna essa população

vulnerável às doenças, aumentando a dependência da assistência médica e do aparato previdenciário.

A função do Estado como mediador das relações sociais e da reprodução do capital na agricultura se dá de forma contraditória, pois muitas vezes há divergência de interesses entre os capitalistas. A história registra conflitos internos no bloco de poder, e como afirma Gonçalves Neto:

O Estado não reflete apenas a luta fundamental da sociedade capitalista, trabalho versus capital, mas deve espelhar, também, as contradições intraclasse, de acordo com a posição de maior ou menor proeminência, ou de dominação e subordinação, das diferentes frações de classe. E, é claro, os grupos que detêm maior poder e, portanto, maior peso nas decisões políticas, irão atrair para si maiores privilégios, melhores condições de acumulação, que é realmente o que interessa à burguesia (1997, p. 120).

Desde o início do regime militar, o Estado adotou instrumentos políticos para exercer suas funções. No caso da agricultura, para promover o desenvolvimento rural elaborou políticas que contribuíram não só para expandir o capitalismo no campo, mas, principalmente, para agravar a questão agrária no país.

O principal mecanismo da política agrícola foi o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR (1965). A concessão de financiamentos subsidiados favoreceu a modernização tecnológica da agricultura e a concentração de recursos (terra e renda), beneficiando reduzido número de proprietários.

Os recursos disponibilizados pelo Estado beneficiaram a classe hegemônica. Guedes Pinto (1995) salienta que a maior parte dos recursos destinados à operacionalização da política agrícola e agrária atenderam direta ou indiretamente os interesses dos grandes proprietários, contribuindo para aumentar o grau de concentração da propriedade da terra no país.

Historicamente, os grandes proprietários de terra sempre foram os principais beneficiados pelas políticas públicas. Para Martine (1990), o acesso a tais benesses não é determinado pela capacidade e nem pela performance produtiva, mas regulado pelo poder de pressão de grupos dominantes.

3.2 Antecedentes: o Estado concentrador

A estrutura fundiária brasileira já nasceu sob o domínio da grande propriedade rural. No período colonial, o acesso à propriedade da terra se processou através de doação aos *amigos* da Coroa. A partir daí, as características predominantes na economia brasileira foram: a grande propriedade, a monocultura, a mão-de-obra cativa, a produção para exportação e a destruição dos recursos naturais.

No período da Independência (1822 a 1850), quando foi promulgada a Lei de Terras, cresceu a posse da terra por parte de pequenos agricultores de subsistência, sem contudo afetar a estrutura agrária, marcada pela monocultura cafeeira e explorada com mão-de-obra escrava.

Da Proclamação da República (1889) até o final da República Velha (1930), a oligarquia cafeeira dominou o Estado. Nesse intervalo ocorreu a expansão do café e, novas áreas foram incorporadas à produção, sendo a mão-de-obra cativa substituída pela de imigrantes estrangeiros. A abolição da escravatura e o fim da monarquia poderiam ter oportunizado uma transformação, mas os interesses da burguesia nacional são mantidos, acentuando-se a concentração da propriedade da terra.

A Revolução de 1930 marcou a ascensão da burguesia urbano-industrial ao poder. Mas a queda da oligarquia cafeeira não acarretou transformações na estrutura agrária. A partir daí, a questão

agrária começou a ser posta como obstáculo ao desenvolvimento econômico do país.

Para compensar a demanda por terras, o Estado adotou a estratégia de colonizar novas glebas nas áreas de fronteira. Santos assim se refere a esse momento:

No período de 1930 a 1945, a sociedade brasileira passa de uma economia agroexportadora para uma economia urbano-industrial, ao mesmo tempo em que assiste à mudança de uma política de imigração e colonização com populações estrangeiras, européias não-portuguesas e japonesas, para uma política de orientação das correntes migratórias internas. As migrações dirigem-se para as cidades do litoral, em todas as regiões, simultaneamente a uma política de colonização de novas terras com populações nacionais (1995, p. 43).

Com a crise do Estado Novo no final dos anos cinquenta e início de sessenta, intensificaram-se os debates sobre as reformas estruturais, consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país. As chamadas reformas de base – agrária, urbana, bancária e universitária – entraram na pauta das discussões, mas foi a reforma agrária que polarizou as atenções. (GUEDES PINTO, 1995)

Nesse processo, os movimentos sociais rurais ganharam força, destacando-se as ligas camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), entre outros. Em contraponto a tais reivindicações, o Estado deu continuidade à política de colonização.

Essa situação levou à criação da Superintendência de Política Agrária – SUPRA (1962), cuja função era formular a política agrária para o país, ou seja, planejar, promover e executar a reforma agrária. O referido órgão responsabilizava-se também pelas medidas complementares de assistência técnica, financeira e educacional, dentre outras.

Em 1963 foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural, que normatizou as relações de trabalho no campo. E em 1964, sob o regime

militar, foi elaborado o Estatuto da Terra, subdividido em quatro partes, das quais o Título II, que tratava da Reforma Agrária, e o Título III, da Política de Desenvolvimento Rural.

No processo extinguiu-se a SUPRA, criando-se dois novos órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), responsável pelo Título II, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) para promover o desenvolvimento rural, como previa o Título III da legislação agrária.

O Título II, que fixava regras para a Reforma Agrária, na prática apenas promoveu projetos de colonização. O Título III, que tratava das políticas de desenvolvimento agrário, na prática atendeu a interesses dos grandes capitalistas do campo. Assim, desencadeou-se o processo de modernização tecnológica na agricultura, o qual pode ser considerado o evento de maior impacto socioespacial, ambiental e econômico já ocorrido no país.

3.3 O Estado pressionado pela burguesia: a modernização conservadora da agricultura

A modernização tecnológica da agricultura iniciada no pós-guerra ganhou intensidade na década de 1970 e acarretou significativas transformações no espaço agrário, nos meios de produção e, conseqüentemente, nas formas de exploração agrícola.

Amstalden se refere à modernização da agricultura como:

... o processo de utilização de técnicas avançadas como adubação química, controle de pragas por meios químicos, mecanização e desenvolvimento de novas espécies vegetais e animais etc., mas entendemos também o aprofundamento das relações capitalistas no campo. Essas relações capitalistas se dão pelo uso de trabalho

assalariado, produção para um mercado (e não para autoconsumo) e constituição de verdadeiras empresas rurais, que nada têm a ver com antigas propriedades rurais familiares (1991, p. 07).

Embora modernização da agricultura não seja sinônimo de mecanização, o uso intensivo de máquinas e implementos foi importante indicador de mudança no padrão agrícola. Vários fatores contribuíram para incrementar a tecnificação da agricultura: (1) a internalização da indústria de tratores e implementos agrícolas, facilitando sua aquisição pelos agricultores; (2) os incentivos do mercado interno e externo, (3) a criação de linhas especiais de financiamento, os subsídios, as taxas de juros negativos e os longos prazos para pagamento. (GONÇALVES NETO, 1991; ABRAMOVAY, 1992)

Outro fator favorável à reprodução ampliada do capital do Centro-Sul foi a expansão da fronteira agrícola em novo espaço – a Amazônia, onde se desenvolveram muitos programas de colonização (oficial e particular), alimentados primeiramente por migrantes do Nordeste e, posteriormente, pelos migrantes do Sul, que já praticavam uma agricultura mais modernizada. Nas áreas de fronteira, a propriedade privada latifundiária monopolizou os recursos naturais e financeiros, inserindo-se na produção agrícola moderna. Muito embora grande parte dos migrantes e dos nativos tenha permanecido sem acesso à terra, servindo apenas como mão-de-obra para os grandes capitalistas, contraditoriamente se fortaleceu a produção camponesa, que foi também incorporada ao circuito da agricultura moderna e ao mercado.

A alteração na base técnica de produção da agricultura provocou mudanças nas relações de trabalho: grande parte dos trabalhadores rurais foi dispensada porque tarefas passaram a ser realizadas pelas máquinas, demandando maior qualificação profissional.

Com isso, ocorreu a redução da força de trabalho familiar em favor dos assalariados, pois o avanço da agricultura capitalista separou o

trabalhador dos seus meios de produção. Além disso, uma parcela de pequenos produtores, que permaneceu no campo, viu-se obrigada a vender sua força de trabalho nas épocas de maior demanda por mão-de-obra, para complementar renda e assegurar a sobrevivência.

Os expropriados tornaram-se trabalhadores volantes (bóia-fria), sendo empregados somente em determinados períodos do ano, geralmente na colheita, que exige maior número de braços. A substituição do trabalhador permanente pelo temporário é comum naquelas regiões marcadas pelo predomínio de culturas como a cana-de-açúcar, a laranja e mesmo a soja, na região Centro-Sul do país.

Contudo, o grau de intensidade desse fenômeno sofre significativas variações: o ciclo produtivo dos cultivos é diferenciado, a tecnologia não se generalizou, nem alcançou todas as etapas do processo produtivo, resultando na sazonalidade do emprego rural. De um lado, em regiões onde predomina a criação de gado, os trabalhadores permanentes foram favorecidos, pois há tarefas durante todo o ano. Por outro, em regiões de monoculturas, o emprego temporário passou, em geral, a ser mais intenso.

O emprego da tecnologia na agricultura também teve influência sobre os salários: as técnicas modernas (insumos, máquinas e equipamentos) reduziram o número de empregados, e o aumento da oferta de mão-de-obra puxou os salários para baixo.

A falta de empregos permanentes no campo e a baixa remuneração do trabalho nas áreas rurais têm sido os principais responsáveis pelo ainda intenso fluxo das migrações rural-urbanas, particularmente para as grandes cidades e centros industriais, já bastante saturados. Esses fatores também são responsáveis pelas migrações inter-regionais, das áreas de mais antigo povoamento para as de expansão da fronteira agrícola. (SZMRECSÁNYI, 1990)

A concentração da terra e dos meios de produção provocou o fenômeno que se tornou conhecido como êxodo rural. Na busca de

melhores oportunidades de sobrevivência, os migrantes tiveram duas alternativas: as cidades ou as regiões de fronteira agrícola. Mas, tanto numa como na outra, eles enfrentaram dificuldades de sobrevivência, na maioria das vezes pior que nas áreas de origem.

Martine & Garcia (1987) sustentam que, ao contrário do que se pensa, a emigração do campo mais intensa não começou no Nordeste ou nos outros estados mais pobres, mas sim nas regiões de maior desenvolvimento. O forte êxodo rural dos tempos modernos se iniciou nas regiões onde o processo de capitalização e mecanização do campo ocorreu primeiro e mais intensamente.

Assentado no uso intensivo de tecnologia, que requer capital, o modelo agrícola brasileiro aumentou o grau de concentração da propriedade da terra, dificultando-lhe o acesso ou mesmo impedindo-o, para grande contingente populacional. Analisando as conseqüências desse problema, Fernandes afirma que:

O Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados à migração pelo território brasileiro e para o Paraguai. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandindo os conflitos, fazendo eclodir as lutas no campo. (2000, p. 43)

Todavia, a modernização aumentou a produção e a produtividade, possibilitando à agricultura fornecer alimentos in natura para suprir o mercado e matéria-prima para agroindustrialização e exportação. Muito embora, de um lado, os investimentos em tecnologia tenham sido maiores que o retorno da produção, ou seja, a produtividade alcançada foi menor do que a esperada, na avaliação custo-benefício, o balanço foi negativo. Por outro lado, a modernização da agricultura também não foi uniforme: não alcançou todos os produtos, produtores e regiões agrícolas do País.

A política agrícola beneficiou sobretudo as culturas denominadas dinâmicas, aqueles produtos mais diretamente ligados à indústria e à exportação, em detrimento dos cultivos de subsistência. Muitas áreas destinadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos da população foram substituídas por lavouras de monocultura, para o suprimento de agroindústrias ou do mercado externo. Oliveira (1995) enfatiza que o recorte industrial da agricultura capitalista do país passou a produzir, em grande escala, aquelas culturas cujos preços altos no mercado garantiam lucro certo em tais empreendimentos. O Estado estimulou esses setores competitivos, praticamente abandonando aquelas culturas que se têm constituído, historicamente, na alimentação básica dos brasileiros. Como afirmam Martine & Garcia:

... o favorecimento de culturas 'dinâmicas' para exportação e/ou para as agroindústrias relegou a produção de gêneros de primeira necessidade, particularmente de feijão, mandioca e arroz, essenciais à sobrevivência dos estratos de renda mais baixa, a um 'status' secundário. (1987, p. 83)

Esse fenômeno não foi exclusivo do Brasil. Em todos os países do terceiro mundo, onde a agricultura se desenvolveu a partir da importação de tecnologia, houve decréscimos na produção de alimentos, em relação à produção de matéria-prima.

O crescimento populacional dos países em desenvolvimento, a má distribuição de renda e a diminuição da produção de alimentos resultaram no agravamento dos problemas relativos à fome e à subnutrição, atingindo sobretudo as camadas sociais de menor poder aquisitivo, mas que correspondem a uma expressiva parcela da população.

Além disso, na organização agrária moderna, o agricultor não mais produz os recursos necessários a sua subsistência. A renda do estabelecimento tornou-se insuficiente para assegurar a sobrevivência do agricultor e de sua família, dificultando também a manutenção do

processo produtivo, cujos custos se tornaram cada vez mais elevados devido à aquisição de insumos de origem industrial.

Gomes da Silva (1996) esclarece que a renda do produtor rural, essencialmente do pequeno, nas regiões de agricultura mais desenvolvida, encontra-se duplamente pressionada. De um lado, pela compra de insumos agrícolas num mercado oligopolista, onde existem poucos vendedores de grande porte que controlam os preços, aumentando os custos do agricultor. Do outro lado, pela venda de sua produção em mercados monopsônicos ou quando muito oligopsônicos, ou seja, onde há relativamente poucos ou apenas um grande comprador.

Com essa dinâmica, foram introduzidas no campo novas formas de produção e atividades tradicionais sofreram alterações, favorecendo a acumulação do capital urbano-industrial e a constituição de vários complexos industriais.

Nota-se até que o Estado, por sua situação periférica em relação ao centro do capitalismo mundial (EUA), subordinou-se aos interesses externos com vistas a cumprir sua função dentro do sistema de produção capitalista. Para isso, como já foi visto aqui, o Estado criou um elenco de mecanismos, merecendo destaque a assistência técnica, a criação de centros de pesquisa, a ampliação do mercado, a modernização e expansão do setor agroindustrial e a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, principal propulsor das transformações tecnológicas na agricultura brasileira.

Convém ressaltar que pequenos agricultores absorveram parcialmente a tecnologia agrícola. Mesmo assim, com o aumento dos custos de produção, a maioria do segmento passou a solicitar empréstimos financeiros e a endividar-se cada vez mais, restando como alternativa para muitos vender a propriedade. Iloikoi analisa a questão da seguinte forma:

Como contrapartida da concentração fundiária e de capital, produziu-se a exclusão de amplos setores sociais, que passaram a perder a

posse, a propriedade e o uso da terra. A diversidade de situações em que se encontravam os verdadeiros produtores agrícolas impedia a produção de soluções que emanassem de sua solidariedade e de suas lutas contra o processo que os espoliava. (1992, p. 45)

A mesma autora descreve a luta dos excluídos no Rio Grande do Sul e seus passos para enfrentar o processo. No município de Ronda Alta, fronteira com Santo Ângelo, Cruz Alta e Passo Fundo, ocorreu o primeiro movimento de luta pela terra depois do golpe militar de 1964. A região é produtora de grãos e, nas últimas décadas, fora estimulada pelo governo a mecanizar a produção. Esse fator, somado ao aumento do preço da soja, forçou a concentração de terras e de capitais, liberando grande parte dos trabalhadores e dificultando a competição de pequenos proprietários. Entre os excluídos encontravam-se arrendatários, parceiros, meeiros e agregados, peões de granja e filhos de pequenos produtores. Em março de 1981, cerca de 500 famílias de agricultores sem terra originários de Sarandi, Ronda Alta, Constantina, Nonoai, Rodeio Bonito, Planalto, Iraí, Rondinha e Liberato Salzano acamparam na Encruzilhada Natalino, que liga Ronda Alta a Passo Fundo. Devido à mecanização da agricultura e ao conseqüente processo de concentração da propriedade e da política agrícola que se voltava para a agroindústria de exportação, esse grupo foi reduzido à condição de sem-terra, sem-teto e sem-trabalho. (IOKOI, 1992)

Stédile & Görgen (1993) ressaltam que o sentido de lutar por terra busca atender a uma necessidade econômica de sobrevivência de cada família sem-terra, pois ela aspira à terra como oportunidade de trabalho, como garantia de sobrevivência para seus filhos. O enriquecimento e a especulação imobiliária estão fora dos seus objetivos.

Em 1984 organizou-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, que tem como base os camponeses sem terra. A organização possui caráter sindical (luta para resolver os problemas econômicos das famílias), popular (abrangente, integrada por várias

categorias) e política (não-partidária) e objetiva contribuir para mudanças sociais. (STÉDILE & GÖRGEN, 1993)

A partir de sua criação, o MST, principal movimento social organizado do país, tornou-se o maior interlocutor entre os trabalhadores rurais sem-terra e o Estado, razão pela qual sua atuação abrange quase a totalidade do território nacional e suas múltiplas formas de pressão têm sido responsáveis por levar a cabo as reivindicações de seus integrantes, configurando-se os assentamentos como um dos resultados alcançados pela sua luta.

3.4 O Estado pressionado pelos movimentos sociais rurais: os assentamentos

Com a organização do MST e de outros movimentos sociais rurais solidificou-se a luta pela terra, ampliando-se as conquistas dos trabalhadores, sobretudo através das ocupações e dos acampamentos, principais formas de pressão sobre o Estado. Como consequência do processo de luta e resistência, foram criados os assentamentos rurais.

Fernandes enfatiza:

A idéia de assentamento está diretamente relacionada à de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e resistência; 'integrados' ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantam a manutenção de sua existência. Nesse sentido, a terra é também o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais. É nesse contexto que os espaços dos assentamentos e as diferentes dimensões das relações aí desenvolvidas pelos sujeitos emergentes nos interessam como processo socioespacial, em e onde se expressam as dimensões dos interesses da classe: como o acesso à terra, a organização do espaço econômico, cultural e político, pela reinserção no processo produtivo, participando da sociedade como cidadãos... (1998, p. 22).

Os assentamentos rurais existentes no Brasil foram organizados a partir da luta dos movimentos sociais rurais, que se expressa em ocupações de terras, marchas, acampamentos, protestos, entre outras ações de pressão sobre o governo.

Mesmo com a efetivação dos assentamentos, não cessa a luta dos trabalhadores rurais. A partir da conquista da terra, novos desafios são enfrentados pela categoria. A conquista da terra une sujeitos com interesses divergentes, dada a trajetória histórica de cada um. Dessa forma, o assentamento é espaço político para a realização de diversas experiências e estratégias. Como diz Fernandes (1998, p. 21), o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra.

Ainda sobre essa questão, Ferreira (1994) complementa que o assentamento agrário seria a culminância e a finalização de um longo processo que iniciou com a formulação de planos, projetos, desapropriações etc. Mas o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra; antes, devem ser propiciadas condições necessárias e suficientes para que a terra se torne produtiva e cumpra sua função social, conforme determinação constitucional.

A história registra a prosperidade de alguns assentamentos, mas também muitos insucessos. Entretanto, não se pode atribuir o fracasso aos assentados, pois vários fatores contribuem para isto, destacando-se a falta de recursos financeiros. Guanzioli (1991) esclarece que a procura por recursos financeiros para enfrentar esses problemas aproximou os assentamentos do mercado e aumentou sua percepção sobre as políticas agrícolas, pois os novos assentados ficaram à mercê de fontes regionais de crédito e das linhas especiais de crédito estabelecidas para a reforma agrária, o PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

Além da escassez de recursos financeiros, também podem ocorrer perdas na produção em função de secas ou elevados índices pluviométricos e dificuldade de comercialização. Segundo Bergamasco &

Carmo (1991), o acesso ao mercado talvez seja o maior problema: as associações que reúnem os produtores assentados ainda não conseguiram articular-se de forma a comercializar a produção conjuntamente; a venda individual reduz o poder de barganha dos agricultores.

As cooperativas vêm contribuindo em parte para superar tais problemas. Através delas são adquiridos conjuntamente máquinas e insumos e é comercializada a produção. Quando bem articulado, esse sistema pode dar resultados positivos. Muito embora o MST apóie e estimule o cooperativismo agrícola, ele não foi adotado em todos os assentamentos e também nem todos os assentados são associados, quando há cooperativas. Isto está relacionado ao fator cultural, a herança capitalista dos agricultores, que dificulta sua adaptação a sistemas coletivos de produção. Assim sendo, muitos permanecem em lotes individuais, explorados com mão-de-obra familiar e recursos financeiros extremamente limitados.

Muitos agricultores trabalham fora do assentamento para complementar a renda. Sobre essa questão, Bergamasco (1992) registrou que assentados declararam buscar outra atividade na cidade ou mesmo em fazendas, dependendo da época do ano. Impossibilitados de produzir sua própria subsistência com as atividades agrícolas desenvolvidas nos estabelecimentos, muitos assentados ou suas famílias acabam vendendo sua força de trabalho em outras propriedades ou, até mesmo, dedicam-se a atividades não-agrícolas.

Outro fator que cabe ressaltar é a relação entre técnicos do INCRA e os assentados. É comum os técnicos elaborarem projetos para exploração agrícola das terras que não correspondem às necessidades dos assentados. A falta de diálogo, associada as dificuldades internas e externas, pode resultar na venda ou mesmo abandono dos lotes.

No Brasil o índice de desistência dos assentamentos encontra-se abaixo da média mundial (STÉDILE & GÖRGEN, 1997). Analisando a

produção científica sobre a questão, constata-se que as desistências ocorrem mais nos assentamentos baseados em ocupações do que nos assentamentos realizados a partir de seleção prévia. Isso pode ser explicado pelo fato de haver famílias do meio urbano, sem raiz rural, que se agregaram aos sem-terra nas ocupações. Estes normalmente abandonam o assentamento quando aparecem as primeiras dificuldades.

Esterci et al. advertem:

Se, em diversas circunstâncias, o *assentamento* aparece como coroamento das ações de conquista, logo se desdobram em novas frentes de luta e confrontos com o Estado, por crédito, assistência técnica, infra-estrutura, devido a critérios de seleção, possibilidades de inclusão etc. O assentamento não é uma ação resolutiva, mas um tipo de dispositivo legal que acaba gerando sempre novos conflitos. (1992, p. 6)

Com os assentamentos ampliou-se o debate sobre a agricultura familiar e as alternativas de desenvolvimento rural. Os assentamentos têm-se constituído em laboratório de experiências sociais e vêm dinamizando o debate sobre as perspectivas do meio rural brasileiro e possibilidades de novas alternativas de desenvolvimento. Nos anos 90, os temas relacionados a agricultura familiar passaram a ocupar um lugar de destaque nos debates, reconhecendo-se a importância econômica e social do segmento no processo de desenvolvimento, a necessidade de formas alternativas de produção e de sua inclusão nas políticas públicas. Isto, por sua vez, tem elevado o patamar da demanda por reforma agrária.

A luta dos assentados não se restringe mais às condições necessárias de produção. Os movimentos sociais envolvidos na luta por reforma agrária cada vez mais clamam, pressionam e tomam iniciativas para reverter os fatores que dificultam a sobrevivência nos assentamentos, entre eles o acesso a benefícios tradicionalmente considerados urbanos, como saúde, educação, energia elétrica e

saneamento básico, essenciais para melhorar a qualidade de vida da população rural.

O atendimento dessas necessidades pode advir de uma reforma agrária inserida no bojo das políticas públicas, nas quais, além da redistribuição de terras, garanta-se o apoio aos pequenos agricultores. Nesse contexto incluem-se as políticas agrícolas que favoreçam o acesso ao crédito, seguro agrícola contra perdas decorrentes de fatores naturais e preços mínimos, entre outras medidas, assegurando a cada agricultor uma renda mínima que lhe possibilite progresso econômico e social.

A implantação dos assentamentos e, sobretudo sua estruturação e consolidação dependem em grande parte do contexto regional onde estão inseridos. No próximo capítulo será caracterizada a região dos assentamentos em seus aspectos naturais e socioeconômicos, além de descreverem-se os assentamentos rurais presentes no Município de Canguçu, como forma de compreendê-lo como um território de assentamentos.

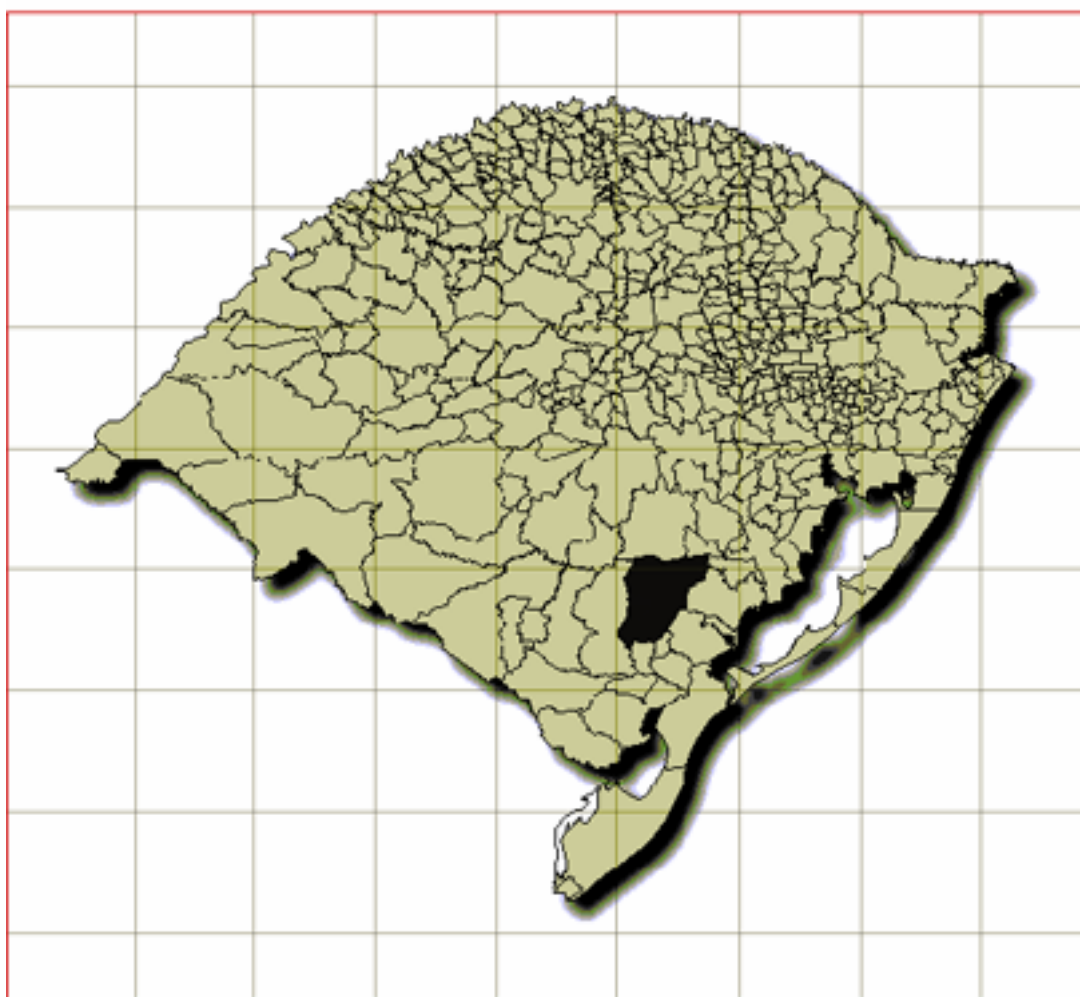
IV. TERRITÓRIO DE ASSENTAMENTOS: O MUNICÍPIO DE CANGUÇU

O estudo sobre as características do município de Canguçu e região, apresentados neste capítulo, tiveram por objetivo coletar e organizar as informações sobre o espaço natural e socioeconômico disponíveis e que pudessem subsidiar a análise dos assentamentos rurais. Portanto, configura-se aqui o universo estudado segundo as diferentes variáveis de natureza socioeconômica, política, histórica e geográfica.

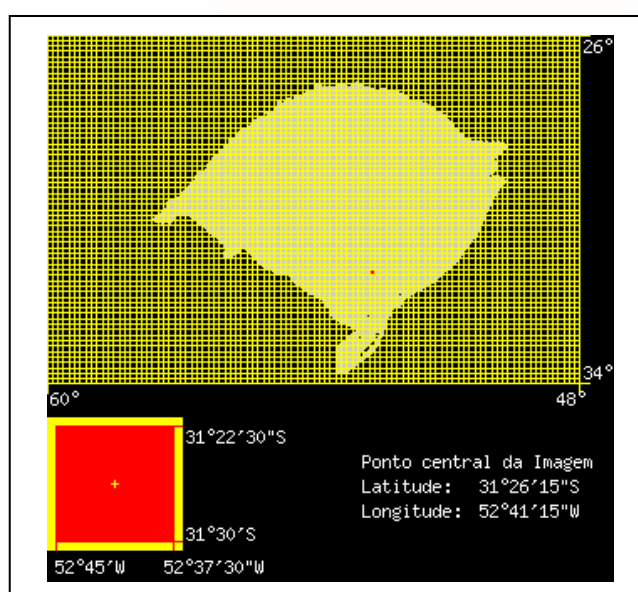
4.1 A região dos assentamentos: uma caracterização geoeconômica

O município de Canguçu localiza-se na sub-região sul do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 01), a qual se caracteriza, como de resto toda a macrorregião sul, pela estagnação econômica e pela reduzida concentração populacional. Em virtude do quadro de depressão socioeconômica dominante na região, em comparação com as regiões dinâmicas do Estado, como o Norte e o Nordeste, foi instituída a região-plano da Metade Sul (atualmente Macrorregião Sul), resultante da intervenção para alterar quadros de lentidão, estagnação ou decadência em face das novas tendências econômicas nacionais e internacionais que encontram, nesse espaço, sérias dificuldades na implantação de inovações, por forças de rugosidades sociais, econômicas e institucionais. Assim, a região foi politicamente definida através da institucionalização

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Capital: Porto Alegre



Fonte: Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul – Divisão de Cartografia

dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDS), em 1994, com o objetivo de elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional para todo o estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a formação geográfica dessa região, a SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO (1999) afirma que nesse espaço foram geografizados os capitais, cristalizados pela inércia certamente rompida em alguns lugares pelas inovações inseridas, sobretudo no sistema tradicional dominante. No contexto estadual, pela história de suas relações sociais e pela localização segregada dos pequenos estabelecimentos rurais, essa região pode estar servindo como uma área de reserva de terras para assentamentos, pois o INCRA tem procurado, nos últimos anos, comprar ou desapropriar imóveis para esse fim, o que vem provocando profundas transformações (de ordem política, social, econômica e espacial) numa área marcada pela estagnação.

Além disso, as condições naturais constituem outro fator limitante ao desenvolvimento regional. Os solos da região são de origem granítica (litólicos, cambissolos, brunizems, terras brunas e afloramentos de rochas), pedregosos e caracterizados por acentuada declividade e pequena profundidade. Em Canguçu, os solos são predominantemente arenosos e muito desgastados pelo uso inadequado, razão pela qual estão em processo de empobrecimento, resultando em baixa produtividade.

As limitações dos solos acentuam-se em virtude dos relevos íngremes, variando de forte ondulado a montanhoso. As áreas planas das várzeas limitam-se às planícies de inundação dos rios e arroios, em geral de reduzida extensão, cujos solos são mais profundos e mais férteis, possibilitando o cultivo do arroz irrigado.

No município, a vegetação nativa predominante é a do tipo campestre, formada por gramíneas, domínio da pecuária extensiva. Há também grandes áreas cobertas por matas de médio porte, sobretudo nos

topos e encostas íngremes, típicas das Serras de Sudeste. Há formações florestais ao longo dos rios, destacando-se as matas galerias e capões de mato, como também reflorestamento de espécies exóticas como o eucalipto.

A hidrografia de Canguçu é constituída pela bacia do rio Camaquã e seus afluentes: Piratini, Pantanoso, Sapato, Moinho e Bica, entre outros, que se encontram em processo de assoreamento, em virtude dos problemas de erosão e de poluição por lixo, agrotóxicos e esgotos de origem urbana e rural.

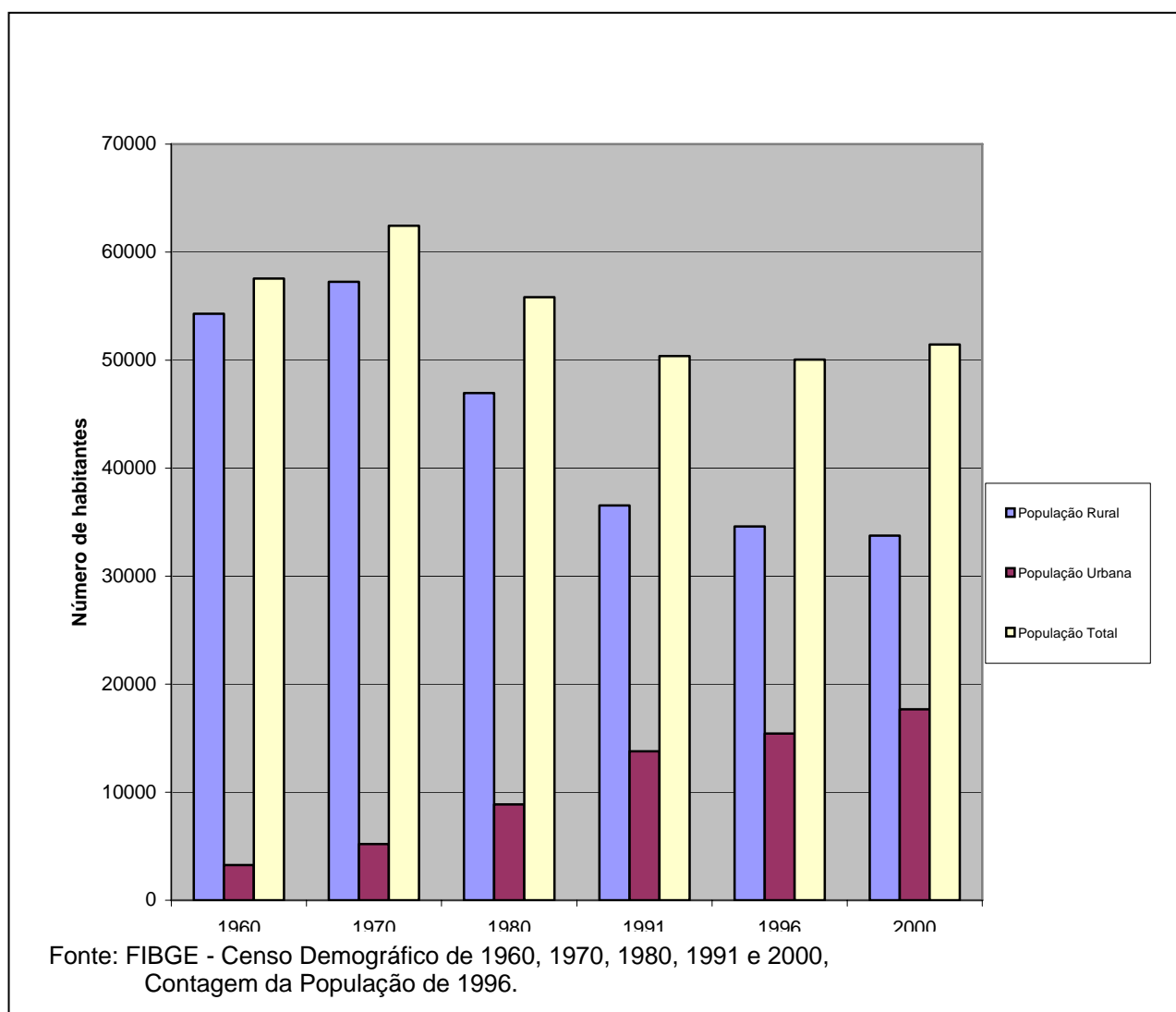
O clima da região é mesotérmico, do tipo subtropical, com temperaturas médias anuais de 16,85°C e precipitação média anual de 1.300 mm, com estiagens periódicas nos meses de dezembro e março, ocorrência de geadas e ventos fortes.

Além dos fatores naturais, fatores de ordem socioeconômica geram, e em grande medida explicam, o cenário de depressão econômica regional. Um desses fatores diz respeito à população. Com 14,6 hab/km², Canguçu é um município que tem apresentado decréscimo em sua população total, nos últimos anos. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000, a população totalizava 51.447 habitantes, apresentando uma redução de mais de 10.000 habitantes desde a década de 1970. (ver Figura 2)

Ao comparar os dados do último censo com a contagem da população do IBGE de 1996, observa-se que houve um certo aumento da população, notadamente na população urbana, uma vez que a população rural tem sofrido contínuo decréscimo, apesar do grande número de pequenas propriedades no município. Em que pese a diminuição constante da população rural, o que pode estar relacionado ao êxodo dos filhos de agricultores ou a migração de algumas famílias, ela ainda corresponde a mais de 65% da população total do município. Isso demonstra o peso das atividades agropecuárias e sua importância para a

manutenção de grande parte das famílias. Cabe salientar que o ritmo de crescimento das taxas de urbanização de Canguçu apresenta comportamento semelhante ao do Rio Grande do Sul, como se vê na Figura 3.

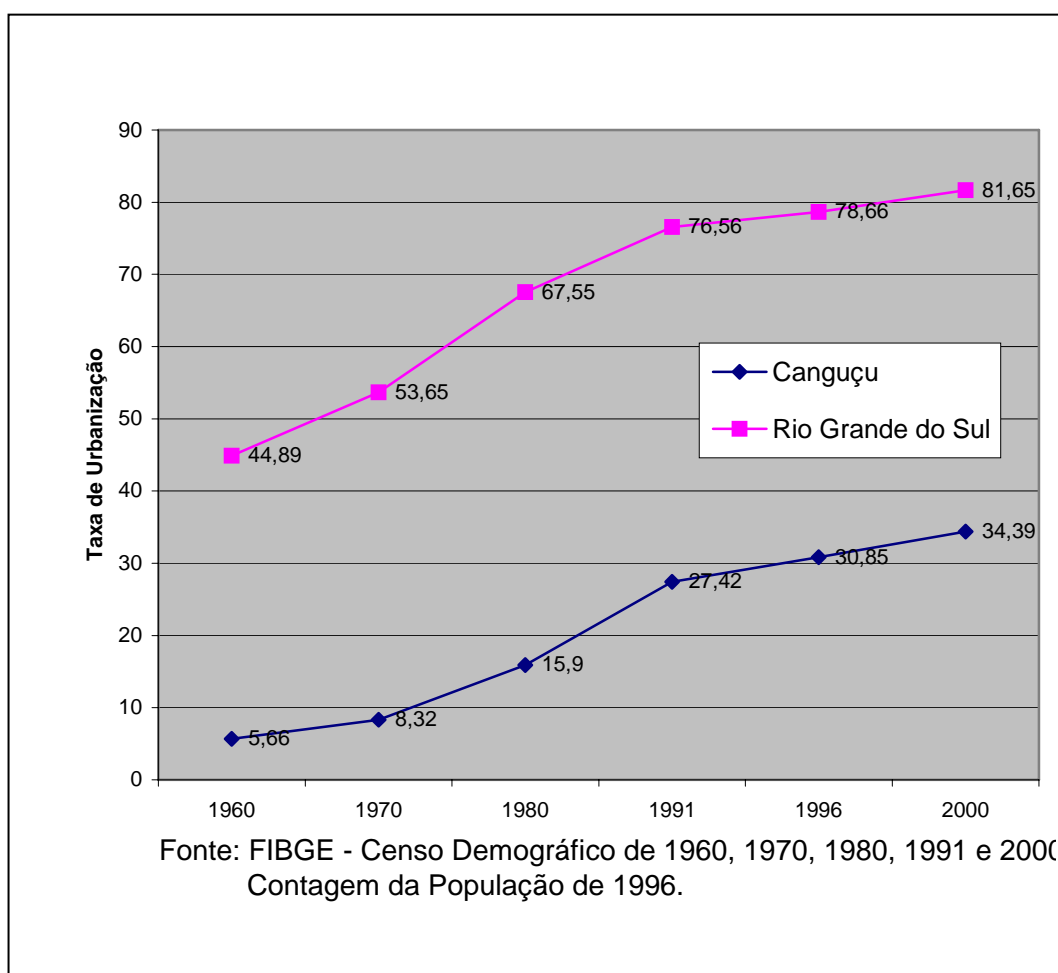
Figura 2: População rural e urbana - Canguçu - 1960 -2000



A população urbana dedica-se às atividades comerciais e de serviços que se concentram quase exclusivamente na cidade. Segundo informações do Sindicato Rural, existiam, em 2003, mais de 11.000

aposentados rurais que moram no interior, mas que recebem seus proventos nas agências bancárias e gastam seus recursos no comércio citadino, dismantelando o comércio rural que já foi bem mais desenvolvido. A cidade tornou-se o ponto de convergência, centralizando grande parte do comércio e dos serviços, inclusive os voltados para a agricultura.

Figura 3: Taxas de Urbanização - Rio Grande do Sul e Canguçu - 1960 - 2000



A cidade de Canguçu (Figura 4) possui bairros periféricos de características semi-rurais, onde se desenvolvem atividades agrícolas de subsistência e cujos moradores dedicam-se também a atividades

informais. De modo geral, essas áreas carecem de infra-estrutura básica, como rede de água, esgoto e energia elétrica. O centro da cidade concentra as melhores condições de infra-estrutura urbana, incluindo rede de água potável, energia elétrica e telefonia, linhas de transporte, escolas, postos de saúde e hospital, entre outros.



Figura 4: Vista parcial da cidade de Canguçu.

Típica pequena cidade do sul do Estado, o centro urbano concentra produtos e serviços voltados para o meio rural. Nov/2003

Autor: Cesar De David, 2003

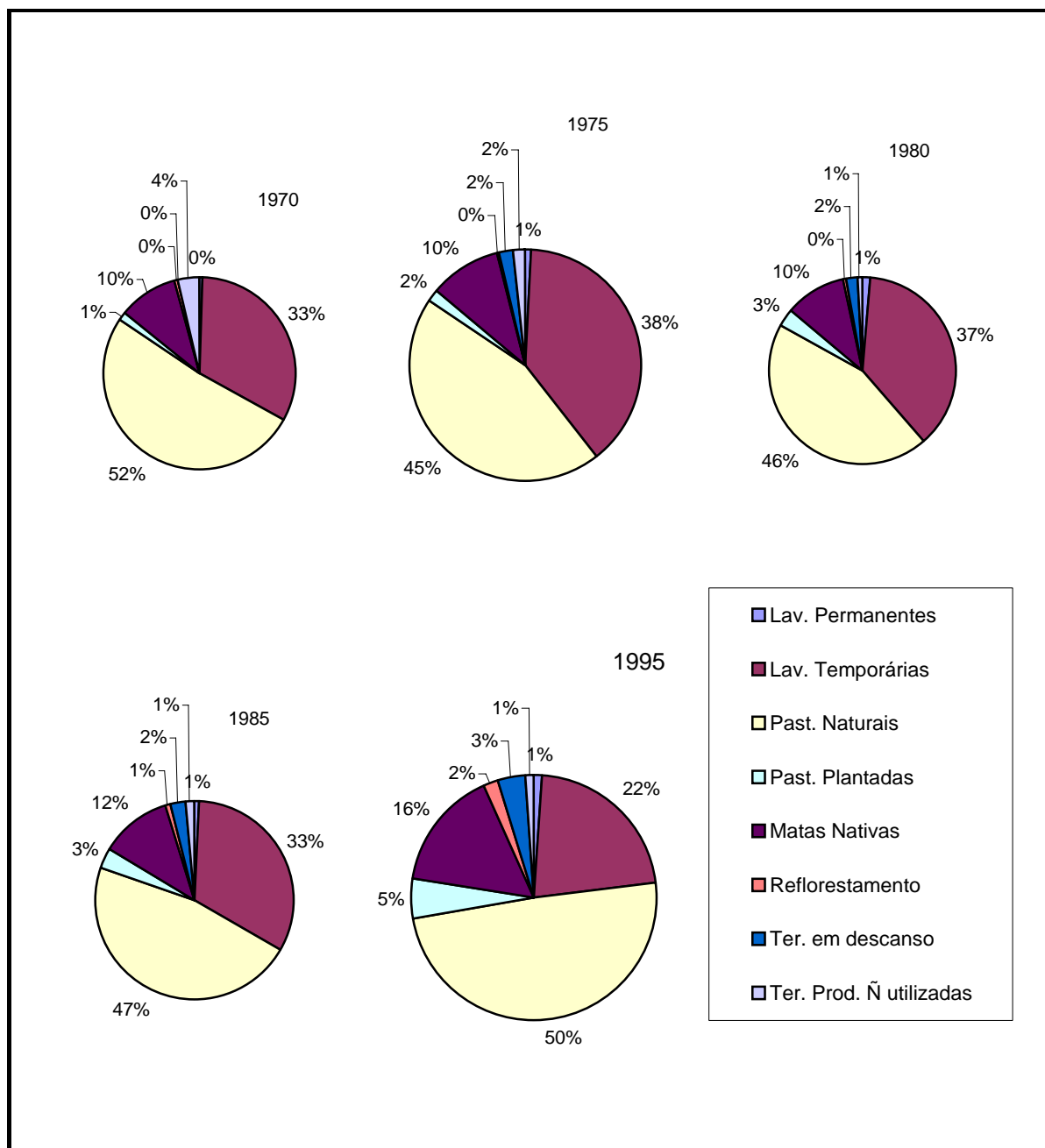
Fundamentalmente, as atividades econômicas de Canguçu estão baseadas na agricultura e na pecuária, assim como na transformação dessa produção e sua posterior comercialização. No município algumas empresas adquiriram importância regional no âmbito do setor agropecuário, sobretudo nos mercados de Pelotas e Rio Grande, pólos urbanos regionais com os quais mantém intensas relações comerciais.

De acordo com os critérios de avaliação do PIB – Produto Interno Bruto, medido pela FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, em 2003 Canguçu é apontada como quarta maior economia da zona sul do Estado, com um PIB de 259 milhões de reais, atrás de Rio Grande (2,5 bilhões), Pelotas (1,6 bilhões) e Santa Vitória do Palmar (269 milhões). Segundo a mesma fonte, o PIB cresceu 73,5% entre 1996 e 2001, enquanto a renda per capita cresceu 68,5%. Esses números comprovam que a agricultura, principal fonte da economia municipal, tem gerado renda, empregos, serviços e novas oportunidades, ressaltando o seu grande diferencial no contexto regional, que são as pequenas propriedades, o que tem contribuído para a retomada do desenvolvimento.

No que se refere às atividades agropecuárias, pode-se observar que tem havido decréscimos significativos na área utilizada com lavouras temporárias e com pastagens naturais, no período compreendido entre 1970 e 1995, como demonstra a Figura 5. Infere-se que essa redução tenha ocorrido em favor das pastagens plantadas, das matas nativas e do reflorestamento, que tiveram sua participação aumentada em relação ao uso da terra no município. (Figura 5)

A área ocupada com lavouras temporárias diminuiu em decorrência da crise que atingiu as lavouras de trigo e soja, que tiveram grande redução de área cultivada, como demonstra a tabela 1. Mesmo a área destinada ao cultivo do milho apresentou redução considerável a partir da década de 1980. Entretanto, pode-se perceber o grande incremento em área física e produção apresentado pela fumicultura. A atuação de empresas do setor no município tem levado muitos agricultores a substituírem cultivos tradicionais pelo fumo, altamente atrativo em virtude dos elevados rendimentos gerados e da segurança oportunizada pelas fumageiras.

Figura 5 : Uso da Terra – Canguçu: 1970 – 1995



Org. Cesar De David, 2004

Fonte: FIBGE – Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

As áreas de lavouras permanentes e de reflorestamento tiveram grande incremento de participação no conjunto do uso da terra do município, devido à expansão da fruticultura na região, sobretudo pêssego, uva, ameixa e outras frutas. Além disso, grandes áreas, antes destinadas a criatório extensivo estão sendo ocupadas com a silvicultura, principalmente eucalipto e acácia.

TABELA 1 – CANGUÇU: PRINCIPAIS CULTIVOS - ÁREA CULTIVADA (ha), QUANTIDADE PRODUZIDA (t) E PRODUTIVIDADE FÍSICA (pf) – 1960 – 1995.

ANOS PRO-DUTOS		1960	1970	1975	1980	1985	1995
ARROZ	t.	1.487	2.623	6.275	2.000	3.093	5.579
	ha.	756	867	2.010	561	818	1.203
	Pf.	1,97	3,03	3,12	3,56	3,78	4,64
TRIGO	t.	5.917	8.263	6.038	1.393	432	55
	ha.	15.000	13.273	9.920	2.577	807	133
	pf.	0,39	0,62	0,61	0,54	0,53	0,41
SOJA	t.	5	936	15.070	27.528	34.876	4.760
	ha.	15	1.088	12.719	23.412	27.419	4.196
	pf.	0,33	0,86	1,18	1,18	1,27	1,13
MILHO	t.	40.567	55.652	62.254	60.355	59.789	38.215
	ha.	38.231	55.081	54.326	56.153	49.396	37.455
	pf.	1,06	1,01	1,15	1,07	1,21	1,02
AIPIM	t.	86	326	154	242	427	181
	ha.	97	91	29	24	123	129
	pf.	0,89	3,58	5,31	10,08	3,47	1,40
FEIJÃO	t.	3.999	4.410	4.879	3.552	4.297	3.753
	ha.	9.358	10.221	9.509	8.858	9.762	11.200
	pf.	0,43	0,43	0,51	0,40	0,44	0,33
FUMO	t.	61	465	957	1.966	2.077	4.375
	ha.	-	-	838	1.947	1.524	3.308
	pf.	-	-	1,14	1,01	1,36	1,32

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995. (- = Dados inexistentes)

Com relação às pastagens nativas, apesar de sua participação relativa ter diminuído, não acarretou a diminuição do efetivo da pecuária, que embora variável, apresentou um crescimento considerável no decorrer do período analisado (Tabela 2). Nota-se também um melhoramento nas técnicas de criatório, pois as pastagens plantadas apresentaram crescimento no decorrer do período analisado.

A criação de gado bovino apresentou um comportamento crescente no município de 1960 até o ano de 1980; a partir de então o rebanho tem-se mantido estável. Observa-se que tem havido um melhoramento genético do plantel, sobretudo do gado leiteiro, com grande investimento na qualidade do rebanho em detrimento do aumento do número de cabeças, ou seja, da quantidade (Tabela 2).

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EFETIVOS DA PECUÁRIA EM CANGUÇU: 1960 – 1995

ANOS	BOVINOS	VARIAÇÃO	OVINOS	VARIAÇÃO	SUÍNOS	VARIAÇÃO	AVES	VARIAÇÃO
1960	142.217	1,00	62.179	1,00	62.198	1,00	329.707	1,00
1970	137.649	0,97	112.332	1,81	75.316	1,21	441.651	1,34
1975	130.262	0,92	82.212	1,32	71.901	1,16	441.560	1,33
1980	174.488	1,23	88.830	1,43	60.747	0,98	448.473	1,36
1985	160.847	1,13	70.767	1,14	64.499	1,04	482.535	1,46
1995	176.167	1,24	53.628	0,86	47.904	0,77	389.552	1,18

FONTE: FIBGE – Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Por sua vez, os rebanhos suínos e ovinos, em virtude da instabilidade do mercado para os produtos derivados, têm apresentado decréscimos significativos. A redução expressiva dos plantéis (bovinos, ovinos e suínos) decorre, também, dos elevados investimentos necessários à criação desses animais, o que motiva sua substituição por outras atividades (Tabela 2).

É neste contexto socioeconômico que os assentamentos foram implantados. Num espaço marcado pela contradição entre as grandes propriedades, voltadas para a pecuária extensiva e os grandes projetos de silvicultura, e os inúmeros estabelecimentos de agricultura familiar, em pequenas propriedades, voltados para uma produção diversificada em que se destacam a produção leiteira, grãos como o milho e o feijão, fumo e hortigranjeiros. Todavia, a organização dos assentamentos rurais não se efetivou sem conflitos, e Canguçu foi, e é até hoje, cenário e palco esses conflitos.

4.2 A territorialização da luta pela terra

A formação dos assentamentos demanda um longo processo, protagonizado pelos trabalhadores rurais que, uma vez expropriados, lutam pelo retorno à terra, numa dialética engendrada pelo desenvolvimento capitalista. É nesse movimento contínuo de expropriação e retorno que se dá a territorialização da luta pela terra cujas formas mais expressivas constituem as ocupações, os acampamentos e a formação dos assentamentos rurais.

Fernandes (1996: p. 31) adverte que:

O capital é uma relação social que é, antes de tudo, uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores, e

de outro os explorados, produz a fartura e a fome. Este é o caráter inerente da contradição do desenvolvimento capitalista. Diante dessa realidade, os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, através das lutas sociais no enfrentamento com o Estado, com os proprietários de terra e capitalistas.

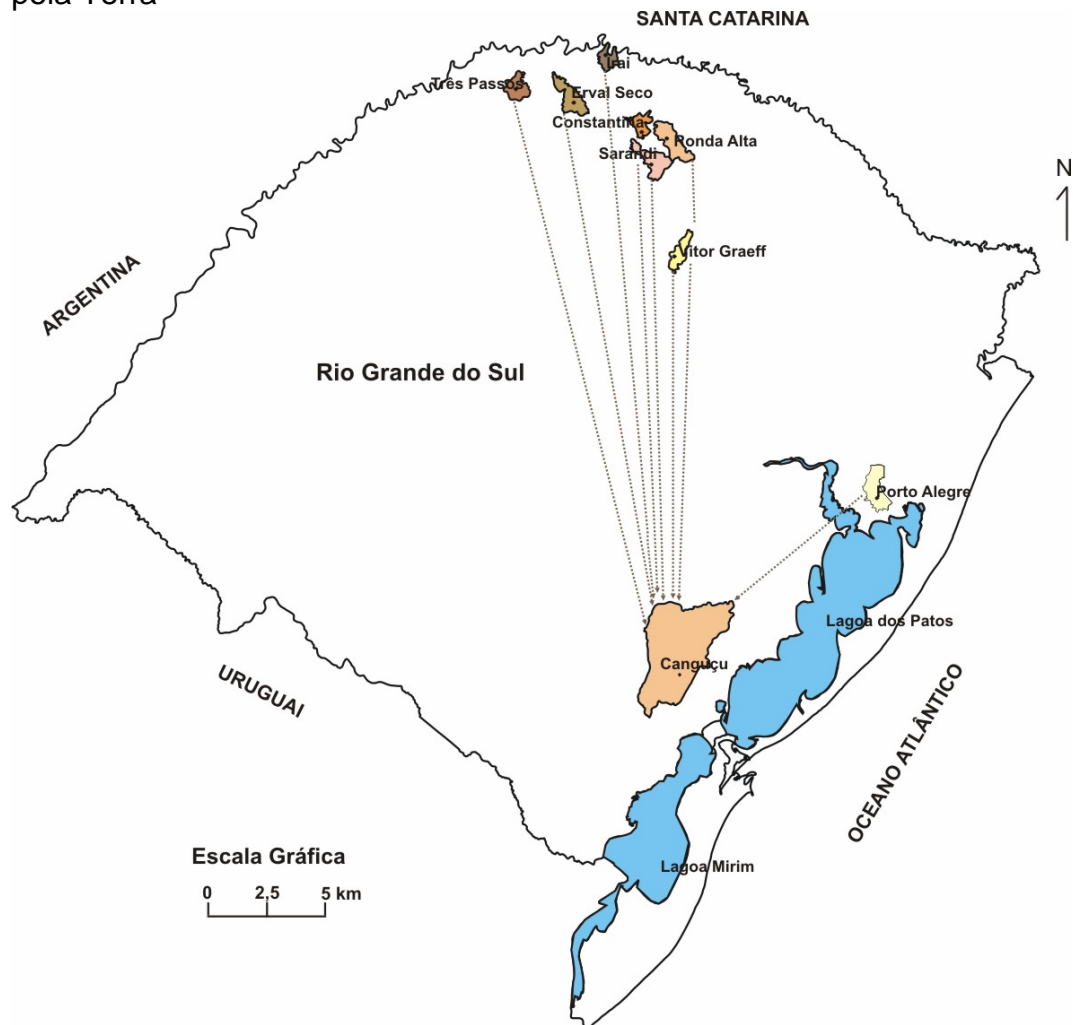
Os homens e as mulheres que hoje pertencem aos assentamentos 12 de Julho e Renascer foram agentes que enfrentaram esse processo de exclusão imposto pelo modelo de desenvolvimento capitalista para o campo e, através de sua luta e resistência, lograram alcançar o retorno à terra e à condição de agricultores familiares.

Embora ambas tenham vivenciado o mesmo processo, as histórias são diferentes. Os assentados do 12 de Julho são oriundos da região do Alto Uruguai¹⁶, sobretudo de Ronda Alta, Constantina, Três Passos e Herval Seco (Figura 6). Todos de origem rural, em sua maioria (60%) eram agricultores que cultivavam terra alheia sob o regime de meação ou parceria ou então trabalhavam nas exíguas terras de seus pais, com outros irmãos. Poucos eram aqueles que possuíam terra anteriormente; nesses casos, as propriedades eram tão pequenas ou impróprias ao cultivo que não garantiam a manutenção da família.

Os assentados relatam que, em sua maioria, eram membros de famílias numerosas, e seus pais não tinham condições de dividir as terras que possuíam com todos os filhos. A opção era trabalhar em terra alheia como assalariados, parceiros, meeiros ou agregados, migrar para as cidades ou entrar para os movimentos sociais de luta pela terra. Muitos dos que foram trabalhar em terras alheias como assalariados perderam seus empregos quando, nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu o *boom* da modernização da agricultura, sobretudo da mecanização da cultura da

¹⁶ A região do Alto Uruguai caracteriza-se pela produção de grãos como soja, trigo, milho, feijão, em menor escala o fumo e criação de bovinos de corte e leite, em pequenas e médias propriedades com uso intensivo de capital e tecnologia moderna.

Figura 6- Origem dos Assentados do 12 de Julho e a Trajetória da Luta pela Terra



Org. Cesar De David, 2004
Fonte: Pesquisa de campo - Nov/2003

soja; os que trabalhavam como parceiros e meeiros ou foram desalojados pela expansão da soja ou não mais conseguiram manter as famílias, tendo de entregar parte do que produziam para o proprietário da terra. Assim, a impossibilidade de comprar a terra para produzir, a recusa em migrar para as cidades e a esperança de conseguir algo melhor para si e seus filhos foram os principais motivos que levaram os assentados do 12 de Julho a entrar nos movimentos sociais rurais e reivindicar terra própria.

Entretanto, o caminho percorrido desde a perda da terra até a conquista do lote no assentamento foi longo. Essa trajetória no movimento de conquista da terra iniciou nas comunidades de origem com a organização das famílias através de movimentos comunitários e reuniões em escolas e igrejas para formar lideranças e preparar o ingresso nos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. Esse tempo entre as reuniões e o acampamento não foi igual entre as famílias hoje assentadas no 12 de Julho, variando a preparação de poucas semanas a um ano.

Após a organização das famílias, o passo seguinte foi o acampamento. Embora algumas famílias tivessem passado por outros acampamentos, a maior parte delas formou o acampamento da Fazenda Anonni, em Sarandi – RS, iniciado em outubro de 1985, um dos maiores e mais conhecidos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra já formados no Brasil.

Como explica Gørgen (1989:17), os acampamentos servem

como forma permanente de reivindicação do direito à terra. É uma forma de pressão e uma maneira de tornar pública para toda a sociedade a situação dos sem-terra. No acampamento fica visível a dura realidade de miséria vivida pelos sem-terra. (...) O tempo de acampamento serve também de aprendizagem de vida comunitária, de convivência, de organização em vista da reivindicação, de conhecimento da sociedade, de preparação tecnológica e organizativa para o futuro uso da terra.

Esses foram também os objetivos que nortearam a formação do Acampamento da Fazenda Anonni. Latifúndio de 9.300 hectares ocupado por aproximadamente 2.000 famílias, entre elas estavam as que hoje integram o assentamento 12 de Julho. Desse tempo muitas são as lembranças e poucas são as saudades, pois segundo seus relatos, em nenhum outro acampamento se sofreu tanto com a fome, com as doenças e com a pressão policial. Lembram da marcha que fizeram até Porto Alegre, em abril de 1986, lá permanecendo por dois meses a fim de pressionar o Estado para agilizar o processo de desapropriação da área. Na Capital ocupam a Assembléia Legislativa, permanecem cinco dias em greve de fome e ocupam a sede do INCRA; sem conseguir os resultados esperados, retornam ao acampamento.

Os assentados relembra também o cerco da Brigada Militar¹⁷ ao acampamento, em 1986, a fim de impedir os sem-terras de marcharem para áreas desapropriadas no município de Cruz Alta. Nos doze dias que durou, o confronto foi marcado pela violência, resultando em muitos feridos. (Figura 7)

Mas alguns momentos no acampamento deixaram boas lembranças na memória dos assentados do 12 de Julho, como as missas e orações, os jogos e brincadeiras coletivas, as reuniões e a organização com seus núcleos e equipes internas¹⁸. Os acampados também contribuíram com recursos para a manutenção familiar e a coletiva, eles compunham as chamadas frentes de trabalho¹⁹, realizando em grupos tarefas para as quais eram contratados, como serviços de empreitada em

¹⁷ Nome da polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Os núcleos constituem a base de organização do acampamento e são formados por grupos de famílias que discutem os problemas internos e deliberam sobre as ações e negociações. Já as equipes de trabalho atendem as necessidades do acampamento desempenhando função específica: de saúde, de alimentação, de segurança, de higiene e de educação, entre outras, de acordo com cada acampamento.

¹⁹ As frentes de trabalho constituem-se prática comum em acampamentos e visam suprir, com aporte de recursos, as necessidades de alimentação e manutenção das famílias acampadas. As principais atividades estão ligadas a construção civil e de estradas, e atividades agrícolas, como plantio e colheita.

lavouras da região, principalmente na colheita da uva e da maçã. Também era destinado a cada família um hectare de terra para plantio de produtos de subsistência, na área da fazenda ocupada.



Figura 7: Cerco da Brigada Militar à Fazenda Anonni, 1986.

A violência é uma das marcas do conflito pela terra no Brasil e esteve na origem do processo de organização dos trabalhadores sem-terra.

Autor: Olderige Zardo/ZH. Fonte: Görgem, (1989:23).

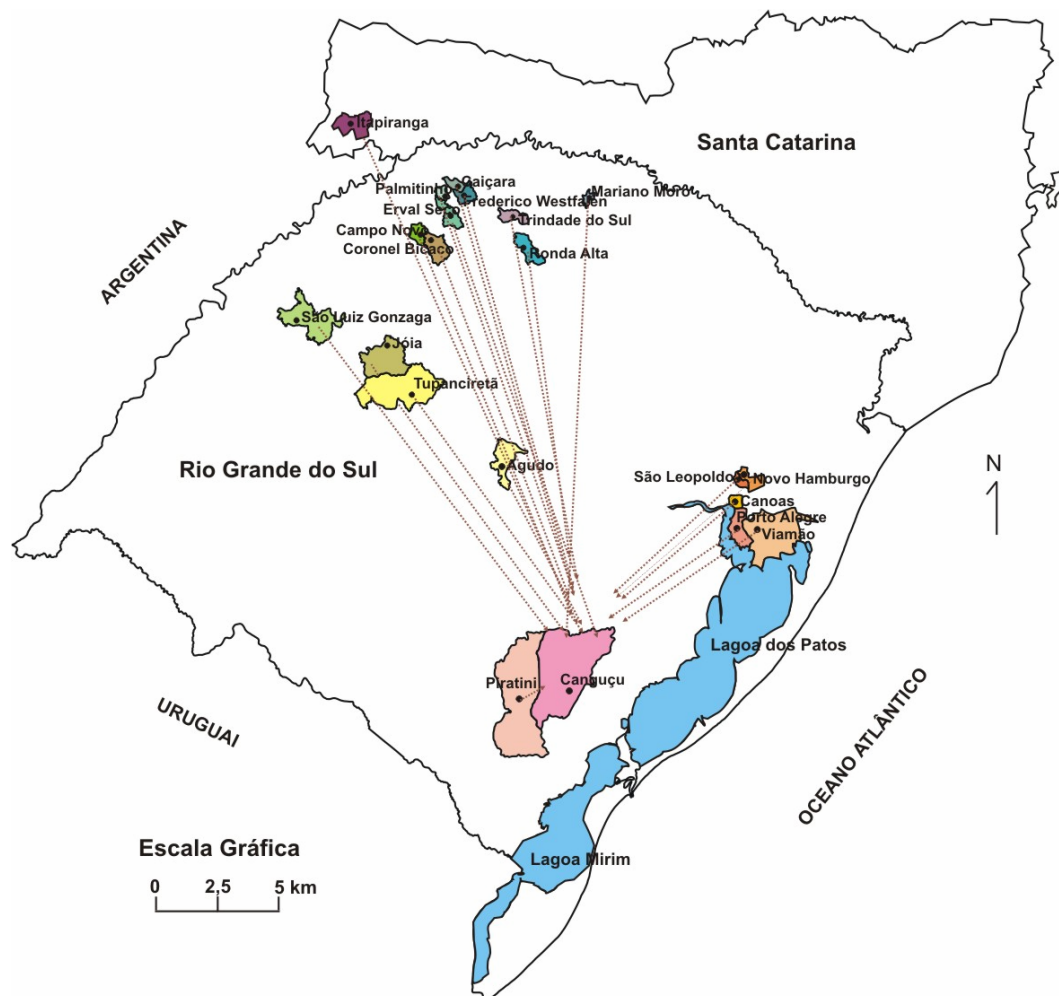
O acampamento é, sobretudo, um espaço-tempo de formação, onde a identidade Sem Terra começa a ser construída. É lembrado como um tempo de esperança e de preparação para a conquista da terra. Os assentados são unânimes em afirmar que as experiências difíceis contribuíram para fortalecer a resistência junto à terra conquistada, sobretudo nos primeiros anos de assentamento, marcados também por grandes adversidades, por vezes tão difíceis quanto as vivenciadas no acampamento.

O Renascer é um assentamento recente: sua ocupação estendeu-se de dezembro de 1999 a maio de 2000; portanto, a história de sua constituição apresenta nuances bastante distintas das do assentamento 12 de Julho. Uma dessas diferenças refere-se a origem dos assentados. Provenientes das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul (região do Alto-Uruguai, região Sul e região metropolitana), a maioria dos assentados ouvidos eram assalariados, 40% trabalhadores rurais e 25% operários urbanos, os primeiros ocupados nas lavouras de soja e os últimos empregados nas indústrias (metal-mecânica e calçadista em São Leopoldo e Novo Hamburgo), no comércio e serviços. Os demais trabalhavam como parceiros e arrendatários ou em terra emprestada pelos pais. Alguns dos agricultores assentados eram antigos empregados das fazendas desapropriadas para a formação do assentamento em Canguçu. (Figura 8)

Os antigos trabalhadores das fazendas desapropriadas nunca haviam participado do movimento de trabalhadores rurais sem terra e receberam suas parcelas por trabalharem na terra, caso contrário ficariam desempregados. Os demais entraram no movimento por vários motivos dentre os quais os mais freqüentes eram a falta de terra própria, a divisão da produção com o proprietário e as pequenas propriedades dos pais, insuficientes para todos os filhos permanecerem na lavoura com a família. São relatados outros importantes fatores que contribuíram para o ingresso na luta pela terra. Um desses refere-se à história dos pais, também assentados, constituindo já a segunda geração de trabalhadores sem terra, o que evidencia também que os primeiros assentados continuam sem condições suficientes para oportunizar a seus filhos a terra para o trabalho, e recebem como herança a trajetória de conquista da terra através dos movimentos sociais.

Já os assentados de origem urbana relatam em seus depoimentos que as razões que os motivaram a ingressar nas fileiras dos

Figura 8 - Origem dos Assentados do Renascer e a Trajetória da Luta pela Terra



Org. Cesar De David, 2004

Fonte: Pesquisa de campo - Nov/2003

movimentos sociais rurais foram as dificuldades financeiras decorrentes dos baixos salários que recebiam como operários das fábricas de calçados e também os problemas decorrentes da vida urbana, sobretudo da periferia, como as condições de moradia e de transporte. Como nada possuíam, foram convidados (pela “frente de massa”) para assistir as reuniões do MST e participar do movimento. Outros, em menor número, foram incentivados por políticos (vereadores e prefeitos) a entrar no movimento, inclusive com apoio financeiro para aderirem ao acampamento.

Cerca de 90% dos assentados do Renascer possuem uma trajetória comum na luta pela terra. Após a decisão de ingressar no movimento e participar das reuniões preparatórias, formaram-se dois acampamentos, um em Jóia e outro em Piratini (Fazenda Rubiara). Em 1998 ocorreu a marcha do MST a Porto Alegre, iniciada em 10 de março e prolongando-se até o mês de abril; lá os Sem Terra permaneceram até o dia 15 de maio, formando um único acampamento no município de Viamão que chegou a reunir mais de 2.000 famílias. O acampamento de Viamão foi dividido em dois, parte das famílias foram para o município de Tupanciretã, ocupando a Fazenda Invernada dos Bois, onde formaram o Acampamento Viamão (Figura 9). Outras famílias dirigiram-se para São Luiz Gonzaga e ocuparam a Fazenda Panorama. O Assentamento Renascer foi formado por famílias pertencentes a esses dois acampamentos, de Tupanciretã e de São Luiz Gonzaga.

Observou-se maior mobilidade na trajetória dos assentados do Renascer, em comparação com os assentados do 12 de Julho. Houve mais ações, como marchas e ocupações, percorrendo várias regiões do Estado. Entretanto, o tempo de acampamento foi bem menor, pois as ocupações de terra logo foram resolvidas com as respectivas desapropriações e a formação dos assentamentos. Foi nesse período, compreendido entre 1999 e 2002, coincidindo com o governo de Olívio

Dutra, que foi criado o maior número de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. E também houve maior assistência aos acampamentos de Sem Terra, como, por exemplo, o fornecimento de merenda escolar e a melhor estruturação das escolas itinerantes.



Figura 9: Vista panorâmica do Acampamento Viamão – Tupanciretã/RS.

Por estar próximo a cidade de Tupanciretã, o acampamento Viamão sofreu muitos problemas, entre os quais atos de vandalismo, razão de sua curta duração.

Foto: Cesar De David, 1998.

Mesmo assim, o espaço-tempo de acampamento não deixa de ser uma experiência difícil para a maioria das famílias envolvidas no movimento. O acampamento é sempre visto como uma situação limite, em que se dão os maiores confrontos entre, de um lado, os partidários da luta pela terra, sua organização e os apoiadores do movimento, como setores da Igreja e organizações não-governamentais; e de outro, as forças contrárias à Reforma Agrária, como as entidades de classe dos ruralistas, sindicatos patronais e setores conservadores da sociedade, mediatizadas pelo Estado e suas instituições. Ficaram na lembrança as difíceis condições de sobrevivência num cenário inóspito, com carências

de toda ordem, sobretudo de alimentos²⁰, remédios e roupas. Mas ficaram também as ações coletivas que estão no cerne do movimento e que fazem parte de sua pedagogia, como reuniões, assembléias, caminhadas, marchas e ocupações, na maioria das vezes seguidas do confronto com a polícia, mas também constituem o lugar das vivências comunitárias e da amizade. O acampamento é ainda referência na educação: muitos recordam-no como oportunidade para a aprendizagem, pois através das escolas itinerantes²¹ lograram acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à Educação Infantil.

A respeito do acampamento, um dos assentados relata:

É difícil esquecer, lembro da formação da família, do namoro. O que mais marca é a organização e a força que tem a organização, vinha gente de fora, aprendia a viver com as pessoas, ter responsabilidade, das equipes de alimentação, saúde, lenha, religião, higiene, segurança. Ao ficar na lona, o cara dá valor à terra conquistada ... (Sr E.)

O acampamento não é espaço-tempo do ócio, nele o trabalho está presente, seja através das equipes, seja nas frentes de trabalho. A maioria dos assentados do Renascer delas participavam. As principais frentes de trabalho ficavam em Vacaria (colheita da maçã), em Viamão (obras da Prefeitura Municipal), ou em lavouras das cercanias dos acampamentos. Assim, o acampamento se constitui numa fase de

²⁰ A alimentação provinha de cestas básicas fornecidas pelo movimento, doações ou compra, e compunha-se basicamente de feijão, arroz, macarrão e eventualmente carne e verduras, geralmente em quantidade insuficiente.

²¹ A escola itinerante nasceu a partir do momento em que os trabalhadores rurais sem-terra, vinculados aos acampamentos do MST, estavam sem condições de acesso à escola tradicional por estarem acampados em áreas rurais, longe das instituições educativas formais. Nessa escola procura-se, através da educação, dar sustentação e continuidade ao movimento, acentuando sua importância no processo de alfabetização e acesso ao conhecimento, antes destinado apenas às elites. Em sua prática pedagógica busca adensar as especificidades da realidade produzida nos acampamentos e superar, através da educação, os obstáculos colocados pela carência material e pela ausência de um projeto educacional estatal que contemple os objetivos da comunidade. O movimento tem conseguido, por meio de suas ações educacionais, reconhecimento nacional no campo da educação popular.

preparação e formação, não só do futuro agricultor assentado, mas também do militante, da liderança, do cidadão que antecede à conquista da terra e nela tem continuidade.

4.3 Conquista da terra: projeto e formação dos assentamentos

As dificuldades enfrentadas no acampamento são muito semelhantes às verificadas nos primeiros momentos de formação dos assentamentos e perduram por um período variável de tempo, de acordo com as condições encontradas nas áreas desapropriadas e da maior ou menor rapidez no atendimento das demandas iniciais dos assentados pelas instituições públicas responsáveis pela implantação dos assentamentos.

O Assentamento 12 de Julho recebeu tal denominação porque nessa data foram entregues os lotes às 22 famílias beneficiárias, no ano de 1989. Foi formado a partir de quatro glebas de terras, totalizando 690 hectares, que pertenciam a três proprietários que venderam as terras para o Estado, após terem sido ocupadas pelas famílias que vieram do acampamento da Fazenda Anonni, em Sarandi/RS. Logo após a primeira ocupação as famílias foram expulsas por ordem judicial, mas enquanto a área estava em negociação com o INCRA ocuparam a Fazenda União, no mesmo município, num total de 180 famílias, lá permanecendo por noventa dias; perderam a área, que foi vendida pelo proprietário ao Estado, dando origem a outro assentamento, o União.

Com a compra das terras do Assentamento 12 de Julho, as 22 famílias se estabeleceram no lugar, constituindo três grupos, um em cada parcela do assentamento, cuja área é descontínua. O grupo maior, formado por onze famílias, estabeleceu-se no centro do assentamento,

em um barraco de lona (Figura 10), onde por três anos trabalharam coletivamente a terra, plantando milho, feijão e soja. Como os sistemas de cultivo eram diferentes dos da região de origem dos agricultores, tiveram muito prejuízo com frustração de safras.

Segundo depoimentos, quando se instalaram no assentamento o lugar era muito diferente da região de origem, constituindo até mesmo um retrocesso para muitos agricultores, que o consideravam atrasado, muito distante e extremamente pobre, pois não havia recursos de instalação, a terra era ruim e sem água potável. A Senhora N relata: *o lugar era um deserto, não tinha água, não tinha nada, as famílias foram largadas sem recurso nenhum, passaram miséria, fome...*



Figura 10: Assentamento 12 de Julho logo após sua implantação – 1989.

Pode-se perceber as precárias condições do assentamento no início de sua implantação.

Autoria não identificada – s/d.

Os primeiros tempos no assentamento são considerados mais difíceis que o período em que ficaram acampados. As promessas eram de que cada família iria receber cinco hectares de terra preparada para o cultivo, uma casa e uma vaca de leite. Mas nada disso foi concretizado, e os assentados permaneceram um ano e meio sem recursos de instalação e investimentos. As primeiras lavouras que plantaram foram preparadas com juntas de bois emprestadas por vizinhos do assentamento, que também os empregavam como trabalhadores temporários nas lavouras de fumo. Muitos homens também trabalhavam nas frentes de trabalho, inclusive nas plantações de uva do Município de Garibaldi.

Como foram os primeiros assentados no município de Canguçu, sofreram também com o preconceito dos vizinhos e dos habitantes da cidade. Muitos relatam que sofreram constrangimentos e que eram tratados como marginais. Com o tempo foram superando esse problema, através de um longo processo que envolveu convivência com as comunidades vizinhas com as quais estabeleceram relações pessoais e de trabalho.

Somam-se a essas dificuldades os poucos recursos trazidos pelos agricultores para o assentamento. A maioria deles levou consigo apenas roupas e alguns objetos de uso pessoal, pois a maior parte dos recursos de que dispunham foram perdidos e consumidos no longo período em que ficaram acampados. Apenas oito famílias relatam que levaram alguns móveis para casa, como fogão, cama e armários; muitos não possuíam pratos nem talheres para as refeições e nada levaram para o assentamento.

Algumas famílias levaram animais: quatro famílias levaram bois; sete possuíam vacas; quatro, porcos; três, galinhas. Também houve famílias que levaram para o assentamento seus instrumentos de trabalho, como ferramentas (pás, enxadas), trilhadeiras, arado e carroças. Três famílias levaram suas casas de madeira que depois transformaram em

galpões; duas levaram tábuas e outras três apenas a lona preta do barraco.

O abandono a que foram submetidos, sem escola, energia elétrica nem transporte, com carências de toda ordem, como as relatadas acima, foi determinante para que duas famílias deixassem o assentamento e outras enfrentassem problemas de saúde e de relacionamento.

Os assentados do Renascer, apesar de este ser mais recente, também enfrentaram muitas dificuldades em sua instalação. As impressões iniciais a respeito do lugar a que chegaram são contraditórias. Alguns destacam sua beleza: amplas várzeas cobertas com lavouras de arroz, extensos campos com bois e cavalos e as bem estruturadas sedes. Nas três fazendas desapropriadas criavam-se gado de corte, em sistema de confinamento, ovinos e eqüinos; fazia-se silagem e cultivavam-se lavouras de arroz através do sistema de arrendamento²². Consideraram a terra boa e com condições que possibilitariam a produção de grãos, sobretudo do arroz, devido a abundância de recursos hídricos para irrigação, como barragens e açudes.

Alguns assentados, por outro lado, afirmam que ao chegar pela primeira vez ao local impressionaram-se com os campos nativos e desertos, paisagem muito distinta da região norte do Estado, de onde provinham. Quando chegaram, as deficiências de infra-estrutura eram ainda maiores: não havia energia elétrica, as estradas eram escassas e ruins, havia carência de remédios, roupas, produtos de higiene. Apesar de os assentados receberem do governo do Estado uma cesta básica até a primeira colheita, não houve recursos para infra-estrutura e investimentos no primeiro ano do assentamento. Quando o dinheiro chegou, muitos assentados já haviam contraído dívidas no comércio local. Sem recursos

²² No Rio Grande do Sul as lavouras de arroz cultivadas em terras arrendadas de propriedades pecuaristas são denominadas granjas e os agricultores arrendatários de granjeiros.

e distantes da cidade e muito longe de suas bases, os assentados sentiram-se isolados. Só começaram a plantar a terra no segundo ano do assentamento, após receberem o financiamento. Antes disso emprestavam a terra para os vizinhos cultivarem e trabalhavam como diaristas ou nas frentes de trabalho. Por esses motivos muitos consideraram esse período pior que o vivido nos acampamentos. Por isso, sete famílias, que não se adaptaram à região, desistiram de seus lotes e voltaram para as cidades de origem, no norte do Estado.

As dificuldades iniciais de instalação decorrem também da situação de pobreza extrema em que viviam os beneficiários. Muitos chegaram ao assentamento levando consigo apenas as roupas do corpo, poucos portavam alguns objetos pessoais e um grupo ainda mais reduzido trouxe alguns móveis, como fogões e colchões, chapas de fogão, panelas e pratos. Vieram para o acampamento três parelhas de cavalos, uma junta de bois, algumas vacas, porcos e galinhas, alguns instrumentos de trabalho, como pás, enxadas e foices, uma charrete, um arado, um galpão e um automóvel.

As benfeitorias que encontraram também eram escassas, resumiam-se às três casas e alguns galpões para armazenagem construídos pelos antigos proprietários das fazendas desapropriadas e atualmente encontram-se ocupados pelos assentados que os utilizam como moradia. Há também outras benfeitorias remanescentes, como mangueiras, balanças, banheiros e poteiros utilizados para o manejo do gado de corte.

Após a desapropriação das terras e sorteio dos lotes, a ocupação do assentamento Renascer iniciou-se a partir das sedes das antigas fazendas. A ocupação das casas e benfeitorias já existentes na área desapropriada foi feita para garantir a posse definitiva da terra. Também foram ocupados primeiramente outros pontos estratégicos, situados nas entradas da propriedade e ao longo das principais vias de

acesso. Após a demarcação dos lotes individuais, foram definidas, também por sorteio, as famílias beneficiárias, as quais imediatamente deles tomaram posse.

Atualmente, o assentamento encontra-se organizado em 14 grupos de crédito/produção, cada um deles com seus coordenadores e representantes legais. Há também uma direção que faz parte da coordenação municipal, segundo a organização do MST.

Apesar das dificuldades iniciais, a grande maioria dos agricultores do assentamento Renascer conseguiu, com apoio mútuo, estruturar seus lotes e prepará-los para cultivo e criação, adquirir os instrumentos para o trabalho e os recursos necessários para a manutenção da família.

4.4 Caracterização geral dos assentamentos rurais de Canguçu

Além do 12 de Julho e do Renascer, Canguçu conta ainda com outros quatorze projetos de assentamentos rurais (Figura 11), um número bastante expressivo no contexto estadual. Os assentamentos distribuem-se irregularmente pelo município (Figura 12) e cada um deles guarda sua individualidade, marcada pela sua própria história, condições naturais e socioeconômicas, mas também há pontos em comum que os unificam, como os sistemas de produção, os níveis tecnológicos e muitos dos problemas que enfrentam para produzir e permanecer na terra conquistada.

Os assentamentos Nova Conquista e Nova Sociedade, juntamente com o 12 de Julho, são os mais antigos de Canguçu, implantados no ano de 1989. A trajetória dos assentados é semelhante,

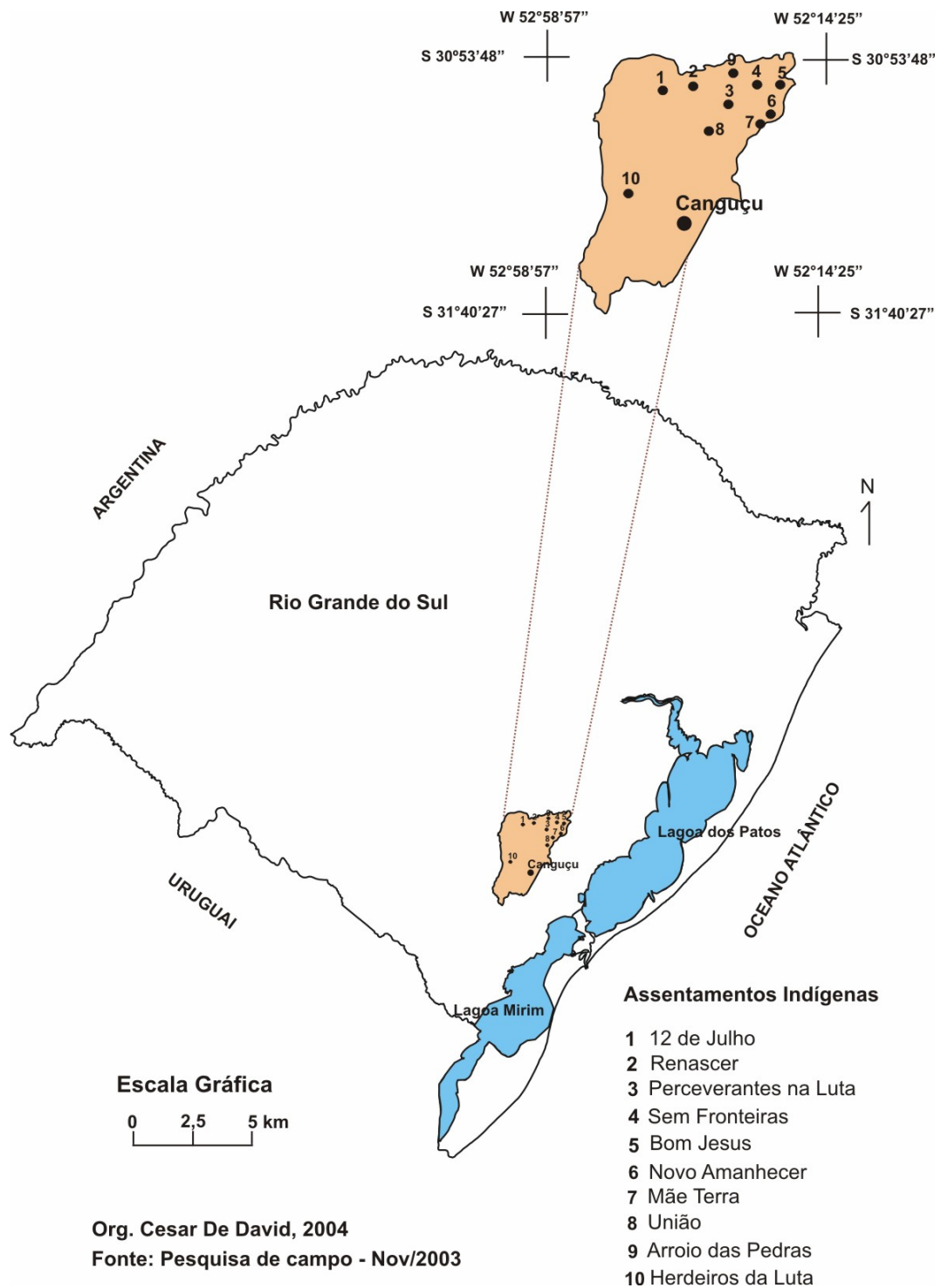
são provenientes da região norte do Estado, dos municípios de Redentora, Criciumal, Tenente Portela, Constantina, Três Passos e Rodeio Bonito e integraram os mesmos acampamentos; eram em sua maioria filhos de pequenos agricultores ou parceiros, sem terras suficientes para manter a família.

Figura 11: Assentamentos rurais de Canguçu - 2004

Nome do assentamento	Ano de implantação	Área total	Nº de famílias	Área média dos lotes
12 de Julho	1989	700	22	30
Nova Conquista	1989	386	15	20,6
Nova Sociedade	1989	176	oito	22
Nova Esperança	1989	234	09	26
Colônia São Pedro	1991	147	sete	21
Salso	1997	517	19	21,5
Arroio das Pedras	1998	1250	49	20
União	1999	1800	64	27
Renascer	1999	2500	90	20
Boa Fé	1999	101	04	25
Sem Fronteira	2001	2607	23	20
Bom Jesus	2001	200	11	18
Novo Amanhecer	2000	640	18	21
Mãe Terra	2001	303	12	25
Perseverantes na Luta	2001	500	20	25
Herdeiros da Luta	2001	1560	57	23

Fonte: Entrevistas com as lideranças dos assentamentos rurais
Montagem: Cesar De David (2004)

FIGURA 12 - Localização dos Assentamentos Rurais no Município de Canguçu - RS



Estes foram para Canguçu após a compra das áreas para o assentamento das famílias, após o sorteio dos beneficiários. Antes disso, constituíram os primeiros acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra do Rio Grande do Sul, um dos quais foi o acampamento formado pela ocupação da Fazenda São Nicolau e da Fazenda Santa Elmira, célebre pela repressão e pela violência de que foi alvo. Após um ano e oito meses de acampamento e doze ordens de despejo, lograram o acesso à terra, distante de suas regiões de origem.

Uma das áreas de destino, com extensão de 386 hectares, foi parcelada em lotes individuais de aproximadamente 20,6 hectares cada um, beneficiando 15 famílias, dando origem ao assentamento Nova Conquista. Outras oito famílias ocuparam uma área de 176 hectares que foi dividida em lotes de 22 hectares, formando o assentamento Nova Sociedade.

O Assentamento Colônia São Pedro é formado por famílias originárias do acampamento Salto do Jacuí, organizado logo após a ocupação da Fazenda Anonni. Despejadas, as famílias ocuparam a Fazenda da Barra, em São Miguel do Oeste e, logo após, a Fazenda Santa Elmira²³, que foi dividida em dois grupos: um deslocou-se para Capela de Santana e outro para Tapes. O grupo que ocupou a Fazenda Capela, em Capela de Santana, foi despejado por duas vezes. Como não conseguiram manter-se no local, ocuparam a Estação Experimental de Capela de Santana.

Desse último acampamento vieram para ocupar uma pequena área de terra comprada pelo Governo do Estado, que, após a repercussão negativa da desocupação violenta da Fazenda Santa Elmira, passou a adotar a política de formar assentamentos com poucas famílias, em áreas reduzidas e de difícil acesso, como estratégia para enfraquecer

²³ Para maiores detalhes da ocupação da Fazenda Santa Elmira ver: Goergên, Frei Sérgio. O Massacre da Fazenda Santa Elmira. São Paulo: Vozes, 1989.

os movimentos sociais, que organizavam grandes ocupações e acampamentos com milhares de famílias.

O Assentamento do Salso originou-se a partir de um acampamento formado em 1995, no Banhado do Colégio, em Camaquã, área situada em um dos primeiros assentamentos do Rio Grande do Sul, criado no Governo de Leonel Brizola. Daí os acampados foram para Santo Antônio das Missões, onde 19 famílias ocuparam uma área de 517 hectares comprada pelo INCRA. Do mesmo acampamento em Santo Antônio das Missões saíram 20 famílias que atualmente pertencem ao Assentamento Arroio das Pedras, após passarem pela ocupação da Fazenda Primavera (Figura 13), em São Luiz Gonzaga. Daí foram levados pelo INCRA que já havia comprado 1.250 hectares de terra, área que compõe o assentamento.

O assentamento União é formado por famílias que tiveram uma trajetória no movimento de luta pela terra muito semelhante às das famílias do assentamento Renascer: também são provenientes dos acampamentos de Jóia, que foram reunidos em um grande acampamento no município de Viamão, onde permaneceram oito meses. De Viamão foram para Canguçu e se estabeleceram na Fazenda Boa Fé, comprada pelo INCRA.

Os assentamentos Novo Amanhecer, Perseverantes na Luta, Sem Fronteiras e Mãe Terra ocupam áreas antes pertencentes a uma única propriedade comprada pelo INCRA, a agropastoril Kell. Os assentados são provenientes da região Sul do Estado (Piratini, Canguçu, Hulha Negra, Pantano Grande) ou da Grande Porto Alegre, onde trabalhavam no comércio ou como operários nas indústrias da região. Alguns dos beneficiários são filhos de assentados que também integraram o movimento e formaram assentamentos na região, em Hulha Negra e Piratini.



Figura 13: Ocupação da Fazenda Primavera – 1998.

Santo Antônio das Missões (RS), um dos maiores acampamentos já realizados no Rio Grande do Sul.

Autor: Cesar De David, 1998

O assentamento Herdeiros da Luta, formado em março de 2001, tem uma história mais recente, iniciada no Acampamento Terra Nova, em Palmeira das Missões. Esse acampamento durou cinco meses e dele saíram as famílias que ocuparam por 15 dias a Fazenda Rebelatto, em Santa Bárbara do Sul. Posteriormente, esse grupo formou um acampamento em Tupanciretã, igualmente denominado Terra Nova (Figura 14). No acampamento de Tupanciretã foram sorteadas as 78 famílias que ocuparam a área da Fazenda Remanso, comprada pelo INCRA. Porém, como havia áreas inundáveis e mata nativa o assentamento foi reduzido para 64 lotes, sendo posteriormente reestruturado para as atuais 57 famílias que compõem o assentamento, uma vez que sete famílias foram afastadas por terem derrubado áreas de

reflorestamento de propriedade coletiva. O assentamento Herdeiros da Luta é o único que trabalha em sistema de exploração coletiva das terras, constituído por um grupo de nove famílias que moram em agrovila e desempenham todas as atividades conjuntamente, os demais assentados possuem lotes individuais.



Figura 14: Acampamento Terra Nova – 1999 – Tupanciretã (RS).
Deste acampamento vieram famílias assentadas na Fazenda Remanso.
Autor: Cesar De David, 1999

Nos assentamentos de Canguçu, a maioria das casas é de alvenaria e todas estão em condições razoáveis de habitação, embora muitas ainda estejam em fase de acabamento. Nos assentamentos mais antigos, como Nova Conquista e Nova Sociedade, as famílias assentadas não receberam recursos para instalação, foi a Igreja Episcopal quem auxiliou com parte dos recursos para construir as moradias em que

residem. Na Colônia São Pedro e no Salso algumas casas são de alvenaria e outras de madeira, muitas das quais já estão em situação precária pelo desgaste do material causado pelo tempo. Nos demais assentamentos, contemplados com recursos para instalação (em torno de R\$ 1.425,00), as casas são boas, padronizadas, em geral com cinco cômodos e área construída em torno de 49 a 53 m².

Nos assentamentos Nova Conquista, Nova Sociedade e Colônia São Pedro todas as famílias possuem energia elétrica, o que não acontece com os demais onde apenas as famílias instaladas próximas às sedes das fazendas desapropriadas contam com tal benefício. Em geral a rede existe, mas a energia ainda não foi ligada porque a capacidade de geração é insuficiente. A construção de uma subestação de energia no município é uma reivindicação antiga dos assentados de Canguçu.

Além da falta de energia elétrica, problema comum na maioria dos assentamentos, sobretudo nos que foram organizados mais recentemente, não há estradas suficientes que permitam o acesso a todos os lotes. As estradas, freqüentemente, encontram-se em precárias condições de conservação, o que dificulta ou até inviabiliza o escoamento da produção – como é o caso do leite – encarecendo os produtos, uma vez que os assentamentos estão situados a grande distância dos centros urbanos consumidores.

Também são comuns, sobretudo no verão, os problemas relativos a falta de água potável. Não há poços artesianos nos assentamentos, na grande maioria dos casos a água potável provém de cacimbas abertas pelos assentados. Além disso, raramente é canalizada até as residências, às quais chega através de queda natural ou por bombas de sucção onde há energia elétrica disponível.

Nos assentamentos também não há escolas nem postos de saúde. O acesso ao ensino fundamental ocorre nas escolas municipais situadas nas sedes de distrito próximas aos assentamentos através de

transporte escolar oferecido pela prefeitura municipal. Todavia, como as escolas e os pontos de ônibus são distantes, freqüentemente os alunos precisam percorrer a pé grandes trajetos, com grande esforço físico. O acesso ao ensino médio só é possível na cidade; em função da distância, os alunos são obrigados a interromper os estudos ou sair do meio rural. Os serviços de saúde também só estão disponíveis no centro urbano de Canguçu, o que obriga os assentados a longas viagens até a cidade; esporadicamente unidades móveis de saúde percorrem o interior do município, em intervalos de tempo que variam de 8 a 15 dias, prestando atendimento médico e odontológico básico.

No assentamento Nova Conquista os principais produtos comerciais cultivados são o milho, em áreas que variam de quatro a seis hectares, em média, por família, e o feijão, produzido em 1 a 2 hectares por família. Estão iniciando a produção de sementes crioulas, agroecológicas de cebola, abóbora e girassol, para a empresa Bionatura, de Pelotas, que comercializa a produção. A fumicultura também está presente no assentamento: três produtores iniciaram a produção de fumo, em área de quatro hectares cada um, através da empresa Dimon do Brasil S.A.

A fumicultura também é a principal atividade econômica do assentamento Nova Sociedade, onde todas as famílias estão envolvidas com esse cultivo e, por essa razão, estão diminuindo os espaços destinados à produção comercial do milho e do feijão. Todavia, é consenso a manutenção da produção para autoconsumo e a produção do leite para comercialização, que se faz através da CONSULATI S.A., a qual mantém uma linha de recebimento do produto no assentamento.

No assentamento Colônia São Pedro as atividades agrícolas voltadas ao mercado centram-se no cultivo do milho (3 a 6 hectares por família), do feijão (em média 1 hectare por família) e na criação de gado

leiteiro (cada família possui de 4 a 6 vacas). Um assentado está iniciando a produção do fumo.

No assentamento Salso, os principais produtos cultivados são o milho, o feijão e o fumo. Cada família destina, em média 3 e 4 hectares para o milho e o feijão, respectivamente. Três famílias estão produzindo fumo em 4 hectares cada uma, para as empresas Dimon e Universal. A produção de leite atende apenas o consumo familiar, mas há projetos de desenvolver o comércio, o que poderá se concretizar com a aquisição de animais de raça e resfriadores.

No assentamento Arroio das Pedras (Figura 15) os cultivos comerciais restringem-se ao milho (3 hectares por família) e feijão (1 a 2 hectares). Todas as famílias possuem uma ou duas vacas produzindo leite para autoconsumo, e em torno de 4 famílias plantam arroz de sequeiro em $\frac{1}{2}$ hectare cada uma. Nesse assentamento apenas um agricultor dedica-se à fumicultura.



Figura 15: Vista parcial do assentamento Arroio das Pedras – Canguçu (RS).

O Arroio das Pedras apresenta graves problemas de organização interna, carências de infra-estrutura e dificuldades de produção.

Autor: Cesar De David, 2004

No assentamento União, o principal produto cultivado é o milho, ocupando em média uma área de 8 hectares por estabelecimento. O feijão também é importante produto comercial e de consumo, cada agricultor destinando em média 2 hectares para sua produção. O leite não é produzido para o mercado por falta de energia elétrica nos estabelecimentos. Existe em torno de 50 vacas leiteiras no assentamento, porém a intenção dos produtores é transportar o leite até a sede do assentamento onde há resfriador para então poder comercializá-lo, oportunizando a geração de uma renda mensal. Há no assentamento, também, 4 produtores com estufa para o beneficiamento do fumo que produzem.

Os assentamentos Bom Jesus, Sem Fronteiras, Perseverantes na Luta e Novo Amanhecer também têm o milho e o feijão como principais produtos agrícolas voltados ao mercado, cada família destinando até 3 hectares para essa atividade. A produção do leite para o comércio está restrita a duas famílias do assentamento Perseverantes da Luta e 4 famílias do Sem Fronteiras; as demais, mesmo produzindo além do necessário para o consumo, não podem comercializar o leite, pois os resfriadores são inviabilizados pela falta de energia elétrica. Por sua vez, a fumicultura está sendo introduzida nesses assentamentos; dois produtores já iniciaram a produção: um do assentamento Novo Amanhecer e outro do Perseverantes na Luta.

Além dos produtos comerciais, a grande maioria das famílias assentadas produz para autoconsumo: leite, ovos, banha, carne de aves e suínos, aipim, batata-doce, batata inglesa, amendoim, abóbora, frutas e hortaliças em geral, o que garante uma mesa sempre farta e uma alimentação diversificada.

A maior diversidade produtiva entre os assentamentos encontra-se no Herdeiros da Luta. Além da produção de milho, comum entre as famílias (5 hectares cada uma) e de feijão (um hectare em

média), produz-se ali a fruticultura. Em torno de 75 hectares são utilizados pelos pomares de pêsego, dos quais 55 ocupados pelos pomares mais antigos, o restante é ocupado por pomares novos (Figura 16). A fruticultura era um projeto de exploração coletiva antes de o assentamento ser implantado. Assim, no primeiro ano, 58 famílias trabalharam a terra coletivamente, mas já no segundo ano elas dividiram o pomar antigo entre 32 famílias, totalizando 1,7 hectare para cada uma. Do pomar novo, coube 0,6 hectare a cada família.



Figura 16: Assentamento Herdeiros da Luta – Canguçu (RS).
No primeiro plano, pomar novo de pessegueiros; ao fundo, um mais antigo (out/2004)
Autor: Cesar De David, 2004

Os assentados enfrentaram problemas na transformação dos pomares do sistema convencional para o sistema agroecológico. No processo, perderam cerca de 60% da produção devido à doença (podridão parda) motivada pela ocorrência de chuvas excessivas. Esse fato resultou em desistências da atividade em grupos, em favor do sistema de produção individual.

Apenas um grupo permanece coletivo, sendo integrado por 9 famílias. Em 2004 os agricultores individuais iniciaram a plantação de 23 pessegueiros cada um, com mudas fornecidas pela EMBRAPA.

O grupo coletivo continua produzindo frutas, além do pêssego, cultivado no sistema agroecológico em cerca de 20 hectares, em 2003 plantaram meio hectare de videiras e 0,4 de ameixas. Só o Pêssego rendeu 12 toneladas, e estimam-se ao redor de 40 toneladas sua safra em 2004.

No assentamento Herdeiros da Luta também há produção de leite. 40 famílias produzem 3.000 litros para o comércio, sendo a entrega realizada a cada dois dias. Cada família possui em média 4 vacas. O grupo coletivo possui 43 vacas leiteiras, responsáveis pela produção de 150 litros de leite por dia. Como não há energia elétrica a ordenha é manual e o recolhimento é diário, devido a grande produção.

A produção agrícola nos assentamentos de Canguçu utiliza instrumentos e implementos de trabalho rudimentares. A mecanização da lavoura é muito baixa, e o trabalho na terra freqüentemente é feito com o arado de tração animal, geralmente junta de bois ou parelhas de cavalos. A ordenha das vacas é manual, mesmo quando o leite se destina à comercialização. As ordenhadeiras mecânicas são raramente utilizadas ou porque a produção é baixa e não justifica o elevado investimento, ou porque não há disponibilidade de energia elétrica, razão pela qual os resfriadores de leite também são escassos.

O trabalho nas propriedades individuais é realizado pelo agricultor e sua família, com destaque para a participação da mulher, a quem cabe grande parte das atividades, como o cuidado da horta e do pomar, o trato dos animais e a ordenha, além dos serviços domésticos. No grupo coletivo do assentamento Herdeiros da Luta o trabalho é computado pelas horas/atividades desenvolvidas, e cada trabalhador recebe sua cota em conformidade com o total de horas trabalhadas em relação à produção total.

Além do trabalho no próprio estabelecimento, é muito freqüente os filhos dos assentados ou outros membros da família, em geral jovens de ambos os sexos, prestarem serviço fora dos assentamentos, como diaristas nas lavouras de fumo e nos pomares, nos períodos de maior demanda de força de trabalho, como no plantio e na colheita, e na poda e no raleio do pêssego.

As atividades não-agrícolas nos assentamentos rurais de Canguçu ainda são incipientes; no assentamento Nova Conquista um grupo de mulheres está desenvolvendo atividades não-agrícolas para a complementação da renda familiar. Com apoio técnico da Pastoral de Pequenos Agricultores da Igreja Episcopal de Canguçu o grupo já iniciou a fabricação de produtos de limpeza e o artesanato de pintura em tecido. No assentamento Arroio das Pedras uma família dedica-se ao artesanato em lã crua, produzindo ponchos, cobertores, mantas e acolchoados que são comercializados diretamente com clientes da cidade de Canguçu.

Em alguns assentamentos, como Bom Jesus, União e Colônia São Pedro, e nas famílias dos demais assentamentos que não dispõem de energia elétrica, é comum a fabricação do queijo e derivados do leite, para autoconsumo e comercialização. Muitas vezes o produto é vendido para outros agricultores do próprio assentamento, mas na maioria das vezes a comercialização é feita na cidade de Canguçu, diretamente ao

consumidor ou nos mercados da periferia, uma vez que não há feiras do produtor no município.

Devido à expressiva produção de pêssego orgânico no assentamento Herdeiros da Luta, em 2002 foram produzidos artesanalmente aproximadamente 700 kg de pessegada e 600 kg de geléia de pêssego, além de *schmier*²⁴, suco concentrado e pêssego cristalizado. Venderam aproximadamente 25% da produção, o restante foi perdido por falta de mercado, pois os produtos não eram certificados.

A comercialização dos produtos é um dos principais problemas de ordem econômica enfrentados pelos assentados. O mercado é restrito e a produção é comercializada com intermediários e atravessadores que se apropriam da maior parte dos lucros gerados pela atividade agrícola. Disso decorre também que a maior parte dos assentados não auferem uma renda fixa mensal, comprometendo sua estabilidade financeira, o pagamento das dívidas e o planejamento dos investimentos. As famílias que conseguem saldar em dia seus compromissos financeiros são aquelas que estão envolvidas com a produção do leite, as demais se encontram em situação precária, pois dependem exclusivamente dos resultados das colheitas, nem sempre seguras.

A inadimplência dos assentamentos Arroio das Pedras, União e Herdeiros da Luta, decorrente do aval solidário, impede que muitas famílias tomem novos financiamentos, pois estão comprometidas com as dívidas dos créditos de custeio (PRONAF A) que não foram pagas pelos que tomaram os recursos e se evadiram dos lotes. Os demais assentamentos ainda não enfrentam problemas de tal natureza, uma vez que ainda não venceram os prazos de pagamento, previstos para 2005.

A desistência dos assentados varia muito entre os assentamentos e está relacionada com múltiplos fatores, que vão desde a origem comum das famílias, com semelhante histórico de luta pela terra

²⁴ Espécie de doce de polpa de frutas, semelhante a geléia.

até o nível de organização e estruturação do assentamento. Nova Conquista e Nova Sociedade, por exemplo, são alguns dos assentamentos mais antigos, cujos assentados tiveram maior dificuldade para conseguir o lote onde estão: passaram mais tempo acampados, sofreram maior repressão e enfrentaram maiores problemas nos primeiros anos de assentamento. Em decorrência disso, resistiram, não havendo entre eles nenhuma desistência. No assentamento Colônia São Pedro houve uma desistência, no Salso duas e no União seis, todas relacionadas a não-adaptação das famílias ao local, muito diferente da região de origem. No assentamento Arroio das Pedras é mais expressivo o número de desistências: desde a implantação do assentamento já ocorreram 17 casos de famílias que abandonaram os lotes, no Sem Fronteiras 9 e no Herdeiros da Luta, 17 desistências e 7 afastamentos. Os motivos vão desde a má aplicação dos recursos que receberam e não-adaptação às condições do local até a falta de experiência com a atividade agrícola, já que muitos eram de origem urbana. A procedência dos assentados é o motivo principal da maior parte das desistências ocorridas nos assentamentos implantados recentemente. Muitos são provenientes de áreas urbanas onde exercem atividades como empregados no comércio ou na indústria e não conseguem adaptar-se a uma situação nova em que são responsáveis por gerir uma série de atividades próprias do cotidiano agrícola.

O isolamento dos assentamentos e até mesmo dos lotes interiores, localizados em áreas de difícil acesso, sem estradas e sem energia elétrica, são fatores que estão na raiz não só da desistência dos assentados, mas também da insatisfação daqueles que permanecem no campo a despeito de tais dificuldades. São muitas as demandas ainda não atendidas pelo setor público como maior acesso à saúde e à educação, além das já mencionadas, porém esta é também a luta dos assentados que continuam permanentemente reivindicando seus direitos. Apesar disso, as famílias assentadas estão satisfeitas por terem lutado

pela terra e terem conseguido, pelo seu próprio esforço, um lote de terra que antes não possuíam e que lhes garante o sustento e melhores condições de vida e de trabalho.

É o trabalho dos assentados que será analisado no capítulo seguinte, através dos sistemas de produção da agricultura familiar desenvolvidos nos assentamentos rurais. Essa discussão será precedida de um resgate teórico dos conceitos de campesinato e de agricultura familiar, importante para a compreensão do papel assumido pelo trabalho e pela família nesse contexto.

V. ESPAÇOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: O 12 DE JULHO E O RENASCER

Nos últimos anos, tem havido um intenso debate a respeito do papel desempenhado pela agricultura familiar na economia brasileira. Os assentamentos rurais também se tornaram foco de discussão, colocando em relevo a possibilidade de reconversão socioeconômica dos trabalhadores rurais sem terra em pequenos agricultores.

A agricultura familiar abrange um conjunto de práticas agrícolas diferenciadas, tanto no que se refere a mão-de-obra ocupada, como nos diversos sistemas produtivos desenvolvidos. Essa diversidade de características do segmento familiar pode ser observada também no plano econômico, social e cultural. Todavia, há um elemento de ligação comum na diversidade que é o caráter familiar da organização produtiva.

Partindo do pressuposto de que a agricultura familiar é heterogênea, torna-se necessário conhecer a natureza organizativa da forma de produção agrícola familiar. Assim, primeiramente procurou-se resgatar as abordagens teóricas a respeito da agricultura camponesa.

5.1 Campesinato: o *Modelo Original*

Estudioso da agricultura camponesa russa, no início do século XX Alexander Chayanov elaborou uma proposta teórica explicativa sobre o funcionamento interno das unidades de produção camponesas. A originalidade da unidade de produção familiar reside no fato de que o proprietário dos meios de produção é também o responsável pelo trabalho. Ou seja, quem trabalha e põe em funcionamento o processo de produção é o agricultor e sua família, detentores da propriedade (CHAYANOV, 1974).

O autor caracteriza o modelo camponês com base nos seguintes princípios: a) há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo, definidas internamente na composição da família; b) o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável; c) a produção tem por objetivo produzir valores de uso e não de troca.

Tais características do modelo agrícola camponês enfatizam três aspectos: primeiro – a família ou o grupo doméstico, cuja manutenção constitui o objetivo final da produção; segundo – o processo de trabalho que, mesmo ocorrendo contratação eventual de assalariados, guarda um caráter eminentemente familiar; e, por fim, a terra, sob a forma de propriedade ou de posse, condição fundamental da reprodução familiar camponesa.

Ao comentar sobre a sociedade camponesa, Mendras (1978) aponta alguns traços que a definem:

- 1- a autonomia relativa das coletividades camponesas perante a sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades;

- 2- a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
- 3- um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
- 4- uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
- 5- a função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Ainda conforme o autor, é o fato de pertencer a uma sociedade que identifica o camponês, pois ele se define coletivamente, pelo contexto onde vive e trabalha. O camponês não se afirma individualmente; pelo contrário: ele só existe enquanto membro de uma coletividade.

Para Mendras a economia camponesa fundamenta-se no princípio de que seus membros trabalham a terra para nutrir-se. Mas afirma que o camponês também produz para um mercado envolvente, embora essa exigência seja apenas um acessório para a compreensão da lógica do cálculo econômico do camponês.

A família camponesa vive de uma terra que lhe é própria, o que não significa que tenha a propriedade jurídica, no sentido do Direito Romano, podendo dispor do direito de explorá-la, seja por meio de redistribuição, seja por concessão do proprietário fundiário.

Para o camponês, a terra não tem significado de capital, já que ela não engendra lucro. A terra é um patrimônio da família ou da coletividade e, se pertence a outro, a renda que remunera o proprietário é analisada como parte de um tributo e não como a remuneração de um capital.

O trabalho não é remunerado como tal, pois o grupo doméstico pode ser comparado a uma comunidade para a qual cada membro contribui com sua força e da qual cada um espera sua subsistência, sem

que haja contabilização nem mesmo correspondência de uns com relação a outros. Nessa perspectiva, a família camponesa é uma unidade indissociável, com braços que trabalham e bocas que devem ser alimentadas.

A respeito do modo de vida da sociedade camponesa tradicional, Wanderley assim se expressou:

O personagem principal desse mundo rural é o camponês, cuja atividade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída. Outros personagens, como os artesãos e toda a gama de “mediadores”, convivem com os camponeses, assegurando, através de certa divisão social do trabalho, a reprodução da autonomia relativa da coletividade local. Uns e outros têm como referência identitária a própria comunidade rural. Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural, e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural (2000, p. 91).

Mas a sociedade rural não é estática, ela sofre os efeitos das transformações urbano-industriais. A produção agrícola se moderniza e aprofunda-se o seu caráter mercantil, surgindo um novo agente social. Ao comentar as conseqüências desse processo, Wanderley (2000) salienta que as sociedades rurais perderam a autonomia relativa que detinham e se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade *englobante*. Assim, as transformações de ordem econômica afetaram profundamente a forma de produzir do campesinato tradicional expresso sob diversas formas: a modernização do processo de produção agrícola e a integração de tal setor aos mecanismos dos mercados, em diferentes escalas.

Essas transformações afetaram tanto a estrutura de produção quanto a própria vida social local. A partir de então, as sociedades

camponesas cedem espaços aos agricultores *puros*²⁵, transformados em protagonistas do meio rural.

5.2 De camponês a agricultor: a permanência da família

Com a abertura do mundo rural ao modo de vida moderno, o camponês transformou-se em produtor de mercadorias. Entretanto, nem todas as características originais do segmento foram alteradas; parte delas permaneceu no novo produtor agrícola, ou seja, a exploração continua a ser familiar, mas os fatores que regem o seu funcionamento apresentam conteúdos novos.

Dada a diversidade de situações e contextos socioeconômicos e políticos em que se desenvolve, a exploração familiar continua sendo uma noção ampla que permite muitas interpretações. Lamarche tenta assim aproximar as diferentes concepções:

A exploração familiar (...) corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (1993, p. 15)

Essa definição destaca a inter-relação dos fatores terra, trabalho e família, elementos também presentes na concepção de Carneiro (1999). Entendendo por agricultura familiar *uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados*, a autora enfatiza que essa é uma noção muito genérica que engloba grupos sociais heterogêneos e princípios divergentes. A expansão de formas capitalistas de produção na agricultura, segundo a autora, não extingue

²⁵ Wanderlei (2000) chama de agricultores puros aqueles que se dedicam única e exclusivamente à agricultura comercial.

as unidades de produção familiares nem as transformam em uma única forma de produção, pelo contrário, faz surgir uma série de trajetórias a partir da adaptação contraditória às novas condições de produção. Essa dinâmica conduz à *formulação de novas estratégias para formas de produção já estabelecidas ou nova combinação dos mecanismos já existentes visando à manutenção seja da exploração agrícola, do patrimônio familiar, seja da reprodução do grupo doméstico*. (1999, p. 330)

Ao comentar sobre a heterogeneidade da formação social baseada na exploração familiar, Lamarche (1993) sustenta que a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que têm em comum a associação entre família e produção. Tais grupos se diferenciam uns dos outros pela sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. O autor considera que as explorações agrícolas familiares não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo. Desse modo, a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém, ela mesma, toda a diversidade.

Analisando as lógicas familiares e os múltiplos graus de dependência externa, Lamarche (1998) definiu diferentes modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos familiares, que serão resumidamente apresentados a seguir.

O modelo empresa caracteriza-se por relações de produção pouco ou nada familiares e fortemente dependentes²⁶. Nesse modelo, embora a terra permaneça como propriedade familiar, o arrendamento freqüentemente ocupa um vasto espaço. Além disso, ela é considerada um bem como outro qualquer, podendo ser comprada ou vendida em função da necessidade; com isso, esvazia-se a noção de apego e pertencimento à terra. Convém salientar que, nesse modelo, o trabalho

²⁶ Lamarche (1998) considera três parâmetros fundamentais para avaliar o grau de autonomia/dependência da organização da produção agrícola: a dependência tecnológica, a dependência financeira e a dependência do mercado.

familiar fica restrito ao responsável pelo estabelecimento, complementado com o uso de força de trabalho assalariado. O produtor depende grandemente do mercado e da tecnologia.

O modelo empresa familiar mantém as características empresariais do modelo anterior, sobretudo quanto à dependência externa, mas difere pela importância da família, mormente no que diz respeito à organização do trabalho estruturado em torno da mão-de-obra familiar. Além disso, é da família que deriva a noção de patrimônio e de futuro da unidade de produção.

O modelo agricultura camponesa e de subsistência caracteriza-se pela predominância das lógicas familiares e pela fraca dependência externa. Em geral a exploração segue métodos tradicionais, produz pouco e está voltada para satisfazer as necessidades familiares.

O modelo agricultura familiar moderna reafirma a participação da família, sobretudo quanto a patrimônio e reprodução social, mas ressalta a diminuição de seu papel nas relações de produção. Nesse modelo, a família busca superar a dependência externa, principalmente no que diz respeito a tecnologia.

Comentando a classificação tipológica da agricultura familiar proposta por Lamarche, Carmo destaca:

A maior parte das explorações familiares se situa entre esses extremos, em diferentes graus de autonomia em relação ao mercado e em diferentes níveis de atuação, trazendo uma grande diversidade na composição desse segmento. A coexistência de unidades produtivas, com diferentes dinâmicas internas, inibe uma explicação geral para o funcionamento da produção familiar. É preciso, pois, categorizar essas unidades através de critérios preestabelecidos. Entre os principais critérios socioeconômicos de funcionamento estão os sistemas de produção que podem ser enfocados principalmente em relação à variável tecnológica, como a necessidade de modernização, os sistemas fundiários que propiciam o acesso à terra e os sistemas de organização sociofamiliar que se configuram na contradição subordinação versus autonomia (1998: p. 230).

Ao analisar a situação do produtor familiar na atualidade, ora visto como subordinado completamente ao capital, alijado de qualquer autonomia, ora visto como expressão do pequeno capital, Wanderley defende a seguinte posição:

A questão do caráter familiar da unidade de produção continua a se colocar na atualidade, na medida em que continuam a existir nas sociedades modernas unidades de produção cuja força de trabalho fundamental é fornecida pela família proprietária. E isso mesmo quando a produção familiar se moderniza e se integra ao processo global de acumulação do capital na sociedade. Em segundo lugar, o reconhecimento de um processo mais amplo e determinante de subordinação da produção agrícola ao “movimento do capital” não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno da unidade de produção familiar, cujo eixo é dado pelo seu caráter familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha. (...) é possível afirmar que ao longo desse período em que a agricultura sofreu um profundo processo de transformação, a produção familiar permaneceu como um setor importante da agricultura, inclusive em países de capitalismo avançado (1998: p. 42).

Dessa análise resulta que, alicerçada em outras bases, a agricultura familiar moderna permanece sob o capitalismo, assumindo uma complexidade e uma dinâmica ímpares na contemporaneidade, mas mantendo em sua essência a unidade familiar como responsável pela organização da produção.

5.3 Produção familiar no Brasil: uma breve caracterização

No Brasil, assim como em outros países, a ausência de critérios específicos e universais para identificar e classificar os

agricultores familiares, inclusive entre agências oficiais de coleta e análise de dados, torna difícil elaborar um panorama geral daquele segmento, em função da diversidade de lógicas produtivas no espaço agrário nacional.

Diferentes classificações foram realizadas, levando em conta distintos critérios que, por sua vez, refletem diferentes posturas políticas e concepções ideológicas. Além disso, as análises do comportamento da agricultura familiar são dificultadas em função de uma conjugação de fatores: as diferentes concepções, abordagens e interpretações sobre o conceito de agricultura familiar existente entre instituições, associações, pesquisadores e técnicos; a deficiência na coleta, metodologia, classificação e apresentação dos dados censitários disponíveis; a indefinição de critérios e variáveis julgados significativos para a construção de tipologias, classificações e interpretações; e, por fim, a diversidade de características da agricultura brasileira, no que se refere a meio ambiente, disponibilidade e aptidão das terras, nível tecnológico e acesso a infra-estrutura, sistemas de produção e grau de integração ao mercado.

O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000) classificou como familiares os estabelecimentos rurais cujos trabalhos fossem dirigidos pelo produtor e o trabalho familiar predominasse em relação ao trabalho contratado. Além disso, definiu-se uma área máxima regional usando como base os módulos fiscais municipais, segundo tabela do INCRA.

O referido projeto aponta a existência de 4.139.369 estabelecimentos familiares no Brasil, classificados em quatro categorias: a) agricultores capitalizados, b) agricultores em processo de capitalização, c) agricultores em descapitalização e d) agricultores descapitalizados. A participação de cada classe no conjunto da agricultura familiar pode ser observada na tabela 3.

Tabela 3: BRASIL – Agricultores Familiares - Estabelecimentos, área, valor bruto da produção e financiamento total (FT) dos tipos A, B, C e D.

FAMILIAR	Estab.	% Estab.	Área	% Área	VBP	% VBP	FT	% FT
TIPOS	total	s/ total	total (ha)	s/ total	(mil R\$)	s/ total	(mil R\$)	s/ total
A	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2	433.295	11,7
B	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1	228.965	6,2
C	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6	68.911	1,9
D	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1	206.656	5,6
TOTAL	4.139.369	85,1	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000)

Além da representatividade, esses dados refletem a grande heterogeneidade da agricultura familiar brasileira. Nota-se que, apesar de constituírem o menor número de estabelecimentos, os agricultores mais capitalizados são os que apresentam os maiores valores de produção e os que recebem o maior montante de financiamento. Já os estabelecimentos do tipo D, constituídos pelos agricultores mais pobres, perfazem quase a metade dos estabelecimentos familiares (46,28%), mas apresentam baixos valores produzidos. Os agricultores dos tipos C e D representam, em sua maioria, a pobreza do meio rural brasileiro. O Projeto FAO/INCRA (2000) registrou: “são muitos, dispõem de pouca terra, normalmente de péssima qualidade, não possuem capital e não têm acesso ao crédito rural e à assistência técnica”. Soma-se a isso o fato de dependerem de rendas externas para garantir a sobrevivência, como aposentadorias, pensões, venda de mão-de-obra na agricultura ou mesmo de atividades não-agrícolas.

Outro fato marcante que se depreende da análise da tabela é que, apesar de representar 85% dos estabelecimentos rurais do país, o segmento familiar recebe apenas um quarto do financiamento total da

agricultura e, mesmo ocupando pequena parte da área total dos estabelecimentos agrícolas, é responsável por mais de um terço do valor bruto da produção agropecuária brasileira.

Ao comparar a agricultura familiar com o segmento patronal no Brasil, o Projeto de Cooperação FAO/INCRA (1994) chegou às seguintes conclusões:

- a) as lavouras são três vezes mais importantes no segmento familiar e nas lavouras permanentes essa relação chega a cinco vezes;
- b) a criação de pequenos animais é maior no segmento familiar, embora a pecuária bovina também apresente certo peso;
- c) a modernização tecnológica do segmento patronal é superior, mas não chega a ser significativa no uso de defensivos vegetais, fertilizantes, corretivos, conservação de solo e irrigação;
- d) o segmento familiar supera o patronal na oferta de produtos como: carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja;
- e) os rendimentos da agricultura familiar são superiores ou idênticos aos da patronal em mais da metade das atividades.

Guanzioli et al. (2001) destacam outros aspectos da agricultura familiar brasileira, que demonstram o seu peso no setor agrário nacional. Os autores constataram que, do conjunto de agricultores familiares, 75% são proprietários da terra, enquanto os demais 25% são arrendatários, parceiros e ocupantes. Entretanto, grande parte dos proprietários possui lotes com menos de cinco hectares e 87% dos estabelecimentos familiares têm menos de 50 hectares. Os

estabelecimentos com área maior do que 100 hectares representam apenas 5,9% dos estabelecimentos familiares, mas ocupam 44,7% de toda a área da agricultura familiar.

Os autores destacam ainda que os estabelecimentos familiares são geradores de muitos empregos no campo, pois dos 17,3 milhões de pessoas ocupadas no setor agropecuário, mais de 13 milhões estão empregadas na agricultura familiar. As explorações familiares ocupam intensivamente a mão-de-obra de seus membros; apenas 4% da força de trabalho é contratada; o restante é da própria família. (GUANZIROLI et al., 2001)

E complementam os mesmos autores:

A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural. Entretanto, uma parte das pessoas ocupadas na agricultura familiar não consegue obter uma renda mínima unicamente por meio de seus estabelecimentos. Para sobreviver, muitos agricultores familiares dependem de rendas externas ao estabelecimento agrícola, como aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos (familiares ou patronais) ou atuando em atividades não-agrícolas (2001, p. 91).

Apesar da sua importância socioeconômica, no Brasil a agricultura familiar não tem sido objeto de políticas públicas efetivas. O produtor familiar está subordinado às determinações do mercado que o fragilizam e, não raro, expulsam-no da terra.

Em tal contexto, muitos agricultores sem terra encontram nos movimentos sociais uma forma de organização capaz de possibilitar seu retorno ao campo, através da luta coletiva pela terra, pelo trabalho e pela produção autônoma da vida. Esse objetivo pode, em parte, ser alcançado com a formação dos assentamentos rurais.

5.4 Produção familiar nos assentamentos rurais

Em geral, os assentamentos rurais iniciam a partir de longo processo de luta pela terra, envolvendo grupos de homens e mulheres organizados com o objetivo de conquistar o direito de produzir sua vida.

Dois fatores são fundamentais para que os assentados possam alcançar seus objetivos: a qualidade do solo e o tamanho do lote. Muitas vezes, o reduzido tamanho do lote não é a razão principal dos problemas enfrentados no assentamento. Sua distribuição desigual e sua heterogeneidade é que causam conflitos e disputas internas.

Analisando a situação de vários assentamentos rurais quanto à fertilidade do solo no Estado de São Paulo, Bergamasco & Carmo afirmam que *a produtividade dessas explorações está basicamente ligada à fertilidade do solo que, de modo geral, foi caracterizada de regular a ruim, ou seja, é composto de terras pobres, ácidas e desgastadas pelo uso inadequado.* (1991: p. 61)

Entre as causas das evasões em assentamentos rurais, Bruno & Medeiros (s/d) mencionam as precárias condições de infra-estrutura, a falta ou precariedade das estradas, a carência de recursos hídricos, a falta de incentivo à produção, à comercialização e a ausência de assistência técnica, a diferenciação social dos assentados e as dificuldades de adaptação, entre outras²⁷.

Além desses fatores, outro debate recorrente a respeito do sucesso ou insucesso dos assentamentos rurais refere-se ao trabalho. Existem inúmeras formas de organização do trabalho, destacando-se, em linhas gerais: as explorações individuais, as explorações coletivas e as formas mistas. Entre os estudiosos do tema, é possível elencar críticas e

²⁷ Para aprofundar a análise sobre as razões que explicam o sucesso ou insucesso dos assentamentos rurais consultar Bittencourt et al. (1999).

posições favoráveis a cada uma. Entretanto, a mais freqüente é a defesa das formas coletivas ou associativistas.

O MST incentiva as famílias assentadas a adotarem formas coletivas de produção agrícola para superar os problemas econômicos comuns. Em tal sentido, propõe:

... iniciar com a discussão sobre as cercas internas dos lotes, eliminando-as, unificando a pastagem. Podemos evoluir para discussão conjunta de aquisição de máquinas e implementos agrícolas de forma associativa. Até mesmo chegar ao grau de investimentos conjuntos na produção, como por exemplo, a aquisição de equipamentos de irrigação para lavouras (café, frutas etc.), definição de uma área comum para serem instalados os equipamentos, tendo o plantio e os tratos culturais efetivados por família, cada qual cuidando de sua “rua” ou “linha”. Quem sabe chegar ao coletivo pleno em um ramo de atividade, caminhando ao longo do tempo para a coletivização total das atividades econômicas no núcleo (2001: p. 88).

A cooperação pode ampliar as possibilidades de produção e comercialização dos bens produzidos nos assentamentos, tanto agrícolas como de pequenas agroindústrias caseiras. Mas em vez de produzir uma sociedade igualitária como propõe o movimento, essa forma de promoção da cooperação pode reafirmar o caráter capitalista na agricultura. A esse respeito Grade pondera:

O vir-a-ser nos assentamentos, dado pelo MST, através da cooperação, como uma nova forma de produção da vida humana, que deveria engendrar novos homens, reproduz a lógica do capital. Os homens valorizam o que produzem para obter melhores rendimentos, mais eficiência, menores custos etc. O aprendizado adquirido nos acampamentos se dilui e as relações produzidas entre os homens se manifestam na forma de capital. O processo cooperativo e a vida em cooperativas norteia a vida dos homens e não o seu contrário. A possibilidade de outra forma de produção da existência humana, construída nos acampamentos, vem a ser destruída nos assentamentos, pelo uso capitalista da cooperação, pela tentativa de recriar o ser mercantil, no estabelecimento de mercados alternativos e na criação de empresas capitalistas (1999, p. 292).

Em que pese a controvérsia, é significativo o número de pesquisas sobre a viabilidade socioeconômica de assentamentos rurais que resultam na defesa, se não de formas totalmente coletivas, ao menos de formas combinadas de associações e cooperativas.²⁸

Numa posição mediadora, Kleba assim se manifesta:

... reduzir a questão ao dualismo coletivismo versus individualismo pressupõe ignorar a vasta gama de combinações já experimentadas, ou ainda possíveis, entre busca de equidade e margens de escolhas individuais. Uma definição relativizada das formas ideais de CA²⁹ legitima, necessariamente, um leque pluralista de opções. Assim, as CPAs³⁰, que já vêm apresentando um bom desempenho em termos econômicos e organizativos, e desde que capazes de mediar seus focos de tensão, poderão evoluir com sucesso. Da mesma forma, o poderão as formas mistas de cooperação – como as cooperativas de serviços, que parecem mais permeáveis à maior parte dos assentados, pelo fato de combinarem ideais de autonomia – correspondentes a suas trajetórias e valores – a interesses definidos coletivamente (1994, p. 137).

A mão-de-obra familiar é a base para desenvolver as atividades produtivas nos assentamentos rurais, tanto nos lotes individuais quanto nas áreas coletivas, agrícolas ou agroindustriais. As famílias participam ativamente da produção, mas sua atuação varia em função do nível tecnológico alcançado e dos sistemas produtivos desenvolvidos.

Nos assentamentos 12 de Julho e Renascer, no município de Canguçu, as formas de exploração da terra são individuais, realizadas através da força de trabalho familiar, não há cooperativas no interior dos assentamentos que organizem a produção e favoreçam a comercialização dos produtos e muitas dificuldades enfrentadas pelos assentados decorrem deste fator. Mesmo assim, a maioria dos agricultores assentados tem conseguido manter-se na terra e produzir para o

²⁸ Ver a esse respeito: Esterci et al. (1992); Cardoso (1994); Bavaresco (1999);

²⁹ Cooperação Agrícola

³⁰ Cooperativas de Produção Agropecuárias

consumo familiar gerando excedente para a comercialização, de uma forma muito semelhante ao que Chayanov (1974) classificou de modelo agrícola camponês e Lamarche (1998) caracterizou como agricultura camponesa e de subsistência.

5.5 Assentamentos 12 de Julho e Renascer: estratégias de reprodução familiar

5.5.1 A diversificação agrícola

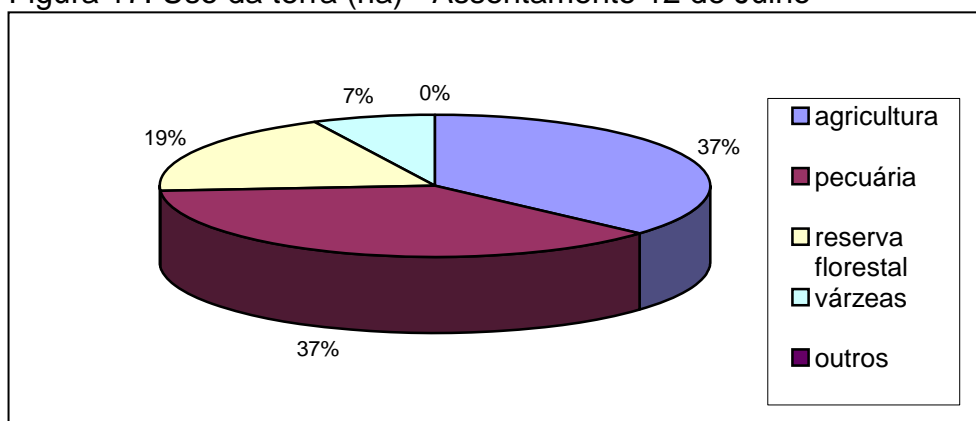
Os sistemas de produção³¹ agrícola desenvolvidos nos assentamentos rurais de Canguçu apresentam uma heterogeneidade de características. As atividades são diversificadas e sua finalidade principal é prover a subsistência. Há também uma produção comercial, que associada aos excedentes da produção de subsistência destina-se ao mercado local.

As atividades agropecuárias ocupam áreas reduzidas. De acordo com declarações dos assentados, a área agrícola explorada do assentamento 12 de Julho é de 380 hectares divididos entre 20 produtores. Destes, 189 hectares são utilizados para a agricultura e 191 para a pecuária. Assim, cada assentado dispõe, em média, de 9,47 hectares de lavouras e de 11,94 hectares de pastos naturais para a pecuária. Já no assentamento Renascer os lotes medem em média 18 hectares, entretanto a área média efetivamente ocupada com lavouras é de 10,2 hectares e com pastagens é de 6,5 hectares, totalizando entre os

³¹ Sistema de produção compreende as formas de utilização do solo e os processos empregados pelo homem para assegurar o sucesso dessa utilização (relação plantas, animais, métodos e técnicas, trabalho etc.).

20 assentados entrevistados uma área agrícola de 308 hectares. (Figuras 17 e 18)

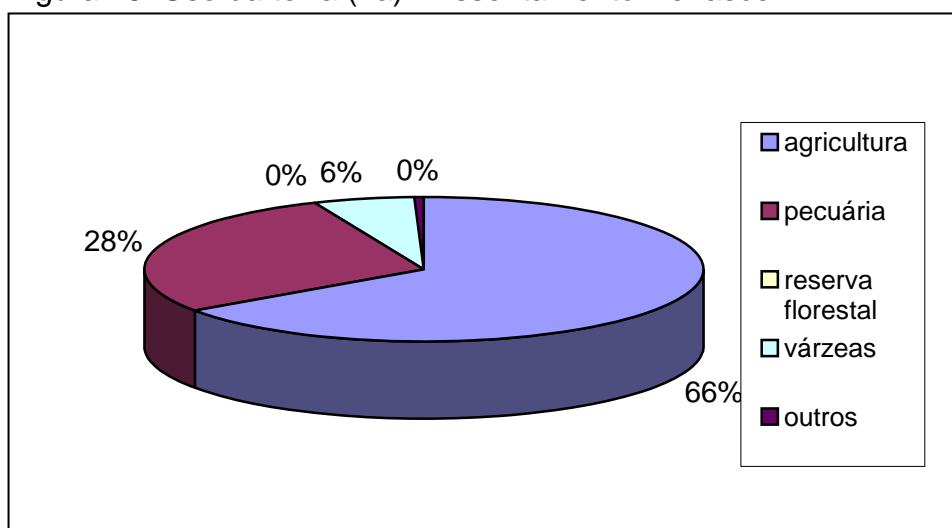
Figura 17: Uso da terra (ha) - Assentamento 12 de Julho



Org. Cesar De David, 2004

Fonte: Pesquisa de campo - Novembro/2003

Figura 18: Uso da terra (ha) - Assentamento Renascer



Org. Cesar De David, 2004

Fonte: Pesquisa de campo - Novembro/2003

Os cultivos comerciais são distintos nos dois assentamentos. No 12 de Julho a principal atividade econômica é o leite; a pecuária leiteira e a de corte partilham espaço com os cultivos de milho, fumo, feijão e soja. No assentamento Renascer destacam-se milho, feijão, fumo, arroz e soja, cultivados segundo o modelo tecnológico.

A criação de animais como suínos e aves também constitui uma importante fonte de renda e de alimento, ainda que produzidos em modestas proporções. A pecuária leiteira assume especial relevo na vida dos assentados, pois além de garantir-lhes o consumo de leite e seus derivados, um grande número deles tem-na como a principal atividade econômica, sobretudo no assentamento 12 de Julho, onde gera uma significativa renda monetária para grande parte dos assentados.

De acordo com a manifestação dos assentados, a produtividade do gado leiteiro ainda é baixa, em torno de 5,52 litros/dia por animal, mesmo assim ainda é um pouco superior à média estadual, de 4 litros/dia. O rebanho leiteiro totaliza 167 vacas que, além do leite para o consumo interno, produzem aproximadamente 800 a 900 litros de leite/dia, que são recolhidos a cada dois dias e transportados até a usina de resfriamento da COOPAL (Cooperativa dos Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul) para ser comercializado. (Figura 19)

A produtividade leiteira decorre em grande parte da qualidade das pastagens, uma vez que a alimentação do rebanho é provida pelo pastoreio natural, em poteiros próximos aos estábulos e estrebarias, junto às sedes dos estabelecimentos. A suplementação alimentar do gado de leite é constituída de pastagens cultivadas com espécies que oferecem um aporte considerável no volume de massa verde e qualidade nutricional, como azevém, aveia e milheto, além de espécies forrageiras perenes como o capim mombaça e o trevo forrageiro, diminuindo os custos de produção e elevando a qualidade e o volume do leite produzido. O gado leiteiro também é alimentado com milho, cultivado especialmente para o consumo da criação. Frequentemente, o gado se alimenta com os

restos dos cultivos do milho e do feijão, após a colheita, são as denominadas *restevas*, que constituem importante suplementação alimentar.



Figura 19: Criação de gado leiteiro – Assentamento 12 de Julho.
O melhoramento genético já está presente nos assentamentos rurais.

Autor: Cesar De David (2003)

Outra forma pela qual os assentados estão buscando aumentar a produção e a produtividade leiteira é melhorando a qualidade genética do plantel. As raças mais comuns são a Jersey, a Holandesa e a Gir Leiteiro que, além de apresentarem bom desempenho na produção de leite, adaptam-se bem as condições naturais da região. Por se tratar de atividade que oportuniza uma fonte de renda fixa, apesar de seu baixo valor de produção, o gado leiteiro tem recebido atenção especial, os assentados têm buscado elevar o nível de produtividade.

No assentamento Renascer há, aproximadamente, 270 vacas leiteiras, ou seja, cada assentado possui, em média, 3 vacas que produzem 10 litros de leite por dia, por produtor. A falta de energia elétrica impossibilita a produção do leite para comercialização, razão pela qual a pecuária leiteira adquire pouca expressividade e a produção destina-se ao consumo interno do estabelecimento. Por ser atividade de subsistência, as técnicas de criação permanecem as tradicionais, ou seja, o criatório é extensivo, as pastagens são naturais e há pouco investimento no melhoramento genético e na saúde animal. Mas a preocupação com o melhoramento das pastagens e com o trato dos animais está presente nos produtores que tencionam torná-la comercial, após a implantação da rede elétrica.

O milho é um dos cultivos mais tradicionais do Rio Grande do Sul, estando presente na maioria dos estabelecimentos agrícolas do estado e também de Canguçu, senão de forma comercial, ao menos voltado ao consumo interno da propriedade. Segundo o IBGE (1999), em Canguçu a área total cultivada corresponde a 50.000 hectares, com uma produção de 54.000 toneladas.

Nos assentamentos rurais o milho também é uma das principais culturas. No assentamento 12 Julho todos os produtores entrevistados declararam cultivá-lo para o consumo interno da propriedade, sobretudo para a alimentação dos animais. O excedente produzido é vendido para intermediários. A área total cultivada perfaz 77

hectares e ocupa de 2,5 a 14 hectares por lote área média de 3,8 hectares.

O milho também é cultivado em quase todas os estabelecimentos do assentamento Renascer, onde adquire uma importância comercial mais expressiva, pois é o principal produto econômico. Dos entrevistados, 18 declararam desenvolver a atividade, totalizando uma área de 182 hectares, ou seja, perfazendo uma média de 10,1 hectares por lote. No ano de 2002, a produção total do assentamento foi de 12.000 sacos.

A semente do milho é adquirida através do sistema troca-troca, no sindicato rural, na União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC ou mais raramente no comércio especializado local. Seu cultivo ocorre na primavera, de setembro a outubro (milho do cedo); a colheita ocorre nos meses de maio a junho. Para não correr os riscos de estiagem, alguns produtores realizam o plantio entre os meses de dezembro e janeiro (milho do tarde), sendo a colheita realizada nos meses de julho a agosto.

O milho é de suma importância para o assentado, pois é um dos mais importantes produtos comerciais, além de contribuir para a alimentação da família e dos animais, razão pela qual são grandes os cuidados dispensados, desde a compra da semente e a preparação da terra para o plantio, até a colheita e a comercialização da produção. Os tratos culturais são realizados manualmente ou com o auxílio da tração animal; o trator, quando utilizado, é somente para lavrar a terra e prepará-la para o plantio. Outro aspecto do cultivo do milho é seu consorciamento com o feijão. Frequentemente os dois cultivos ocupam a mesma área: após o nascimento do feijão, o milho é plantado entre as fileiras, em geral, manualmente.

Alimento comum na mesa dos assentados, o feijão está presente também na lavoura. É um dos produtos mais cultivados, cumprindo uma dupla função: suprir as necessidades familiares e

transformar-se em renda monetária. No assentamento 12 de Julho, 19 produtores declararam plantar feijão, destinando uma área total de 28 hectares (o feijão ocupa 0,5 a 3 hectares de cada parcela), ou seja, uma área média de 1,47 hectare por lote. No assentamento Renascer a situação é semelhante: cultivado por 19 assentados, o feijão ocupa pequenas parcelas da propriedade, em média 2,7 hectares, totalizando uma área de 51 hectares, normalmente consorciado com outras culturas. (Figura 20)



Figura 20: Lavoura de feijão – Assentamento Renascer – Nov.2003.

O feijão e o milho estão presentes em todos os assentamentos de Canguçu.
Autor: Cesar De David (2003).

Apesar de ocupar espaços reduzidos, a produção de feijão é significativa para o abastecimento do consumo interno dos estabelecimentos agrícolas e para a geração de renda através da comercialização do excedente, em ambos os assentamentos. No 12 de Julho a produção em 2003 foi de 302 sacos e no Renascer foi de 338.

Neste último assentamento, a importância do feijão para a economia familiar é ainda maior, pois compõe, com o milho, grande parte da renda monetária gerada pelas atividades agrícolas. No 12 de Julho, por sua vez, a importância do feijão na geração de renda é menor pois a liderança econômica é do leite e do milho. Todavia, nos estabelecimentos que não produzem o leite para abastecer o mercado, a comercialização da produção excedente do feijão e do milho predominam na geração da renda familiar.

O feijão é uma cultura típica de subsistência: as técnicas empregadas são tradicionais. As sementes são geralmente adquiridas no mercado local, ou então aproveitada de parte da produção da safra anterior. O cultivo do feijão ocorre nos meses de setembro a outubro, e a colheita, nos meses de janeiro e fevereiro. O trato da lavoura é feito manualmente ou com o uso da tração animal, com destaque para a limpeza da lavoura, com a capina das ervas daninhas; raramente são utilizados adubos e fertilizantes ou agrotóxico para o controle de pragas.

O feijão é também uma das principais culturas do município de Canguçu. Segundo o IBGE, em 1999 a área cultivada foi de 7.200 hectares, enquanto a produção total do grão foi de 6.360 toneladas. É produzido exclusivamente nas pequenas propriedades, e apesar da reduzida produtividade decorrente das limitações dos solos e das técnicas de cultivo, cobre o consumo interno e, na maior parte dos casos, sobra parte do produto para ser trocado por sementes ou vendido para intermediários que o colocam no mercado local.

O Município de Canguçu é também um dos maiores produtores de fumo em folha do Rio Grande do Sul. No ano de 1999, a lavoura ocupou 3.800 hectares, produzindo 6.840 toneladas (1.800 kg/ha). Esse cultivo é praticado em pequenas unidades de produção familiar, ocupando uma área de no máximo 4 a 5 hectares em cada estabelecimento, a fim de que o produtor possa dedicar-se intensivamente à produção. (IBGE, 1999)

O cultivo do fumo caracteriza-se pelo uso intensivo de tecnologia e insumos químicos. Devido aos altos custos de produção, sua prática se realiza através da integração com as indústrias fumageiras, que financiam a produção, inclusive responsabilizando-se pela assistência técnica, devendo o agricultor seguir rigorosamente as determinações da indústria, por compromisso contratual, da mesma forma que se compromete a comercializar sua produção com a empresa à qual está vinculado. (Figura 21)

Se por um lado o agricultor mantém uma relação de subordinação com a empresa, a relação contratual lhe confere uma segurança inexistente em outras atividades. A possibilidade de uma renda certa e relativamente elevada, ao menos nos primeiros anos, torna essa atividade muito atraente para o agricultor familiar.



Figura 21: Lavoura de fumo, ao fundo a estufa – Assentamento Renascer. Nov/2003.

A fumicultura é uma atividade em franca expansão nos assentamentos rurais de Canguçu.

Autor: Cesar De David (2003)

As características da atividade fumageira fazem com que o MST se posicione contrariamente à produção do fumo nos assentamentos rurais. Apesar disso, percebe-se que tal prática está entrando vertiginosamente nos assentamentos: muitos assentados voltam-se para essa atividade, e muitos outros já declararam sua intenção de fazê-lo, motivados pela possibilidade de auferir renda garantida pela empresa contratante.

Nos dois assentamentos investigados, o cultivo do fumo está presente. No assentamento 12 de Julho 4 assentados cultivam individualmente um total de 11,5 hectares (2,9 hectares em média), cuja produção atingiu, em 2003, 14.250 quilogramas de fumo em folha. No assentamento Renascer, dos 20 assentados entrevistados, 5 começaram a plantar em 2003, sendo explorada uma área de 20 hectares, o que corresponde a uma parcela individual de 4 hectares. Em ambos, a produção do fumo é realizada em sistema integrado com a DIMON do Brasil S.A. (Figura 22)



Figura 22: Estufa de fumo em construção – Assentamento Renascer. Nov/2003.

Elemento cada vez mais freqüente na paisagem, comprova a expansão da fumicultura entre os agricultores familiares assentados.

Autor: Cesar De David (2003)

As características dessa atividade vêm provocando a emergência de conflitos entre os assentados. A estabilidade adquirida pelos agricultores que há mais tempo se dedicam à fumicultura tem exercido forte influência sobre os demais, sobretudo naqueles sem uma atividade capaz de gerar renda fixa mensal, como é o caso do leite. Além disso, os assentados com histórico de vínculo empregatício são mais sujeitos à atração exercida pela fumicultura, enquanto os agricultores que sempre gozaram de autonomia oferecem mais resistência.

A soja é outra cultura tipicamente produzida segundo o padrão tecnológico moderno, o que demanda altos custos de produção em virtude dos investimentos com tecnologia e insumos, tais como: sementes de qualidade, adubos químicos e agrotóxicos. Em todo o município de Canguçu a área plantada com soja, em 1999, foi de 8.000 hectares, alcançando uma produção de 9.600 toneladas (1.200 kg/ha).

Apesar da pequena expressão, a soja está presente nos assentamentos investigados. No 12 de Julho 2 assentados cultivam a leguminosa em 4 hectares. A produção total em 2003 foi de 260 sacos. No assentamento Renascer, foi plantado nesse mesmo ano 50 hectares; 2 assentados entrevistados cultivaram pela primeira vez 16 hectares com esse produto. A grande valorização do produto no mercado explica a atração exercida pela soja sobre os agricultores.

Entretanto, seu plantio em pequenos estabelecimentos agrícolas, com limitações de áreas e de recursos financeiros, pode gerar graves conseqüências, uma vez que o padrão moderno de produção impede que os pequenos agricultores alcancem um rendimento tal que permita arcar com os elevados custos, como o aluguel das máquinas e os insumos químicos, por exemplo. A reprodução desse sistema produtivo nos assentamentos rurais pode levar essas famílias à expropriação da terra por seguirem o mesmo modelo de produção que fez com que milhares de pequenos produtores perdessem suas terras, inclusive muitos dos atuais assentados do município.

O cultivo do arroz, a exemplo da soja, também requer altos investimentos com tecnologia moderna, segundo o padrão convencional de produção. Por esse motivo, associado às limitações impostas pela topografia acidentada do município de Canguçu, as áreas destinadas a esse cultivo são reduzidas. Em 1999, segundo o IBGE, apenas 1.210 hectares foram cultivados, com produção total de 6.625 toneladas (5.475 kg/ha).

Esses mesmos fatores explicam por que não há lavouras de arroz no assentamento 12 de Julho. No Renascer, 7 famílias estão plantando pela primeira vez, ocupando uma área de aproximadamente 140 hectares, a fim de aproveitar as várzeas disponíveis próximas às barragens. E é uma das únicas atividades coletivas presentes no assentamento, fato que se deve menos a questões de princípios ideológicos e mais por conveniência econômica, para dividir os elevados custos de investimentos iniciais.

Presentes em todos os estabelecimentos entrevistados, os produtos da horticultura servem à subsistência alimentar das famílias assentadas. Todos cultivam hortas com produtos variados. Quanto melhor e maior a horta do estabelecimento, mais farta e variada é a mesa da família. Além de fonte de alimento para a família, os produtos da horta servem também de complemento alimentar para os animais de pequeno porte, como aves e suínos.

Nos assentamentos estudados há dois tipos de hortas: as hortas familiares e as hortas comerciais. A produção das hortas familiares (verduras, legumes, frutas) atendem estritamente o consumo do estabelecimento. Em geral, sua superfície é reduzida, de 0,2 a 0,5 hectare. As hortas comerciais, além de atenderem as necessidades familiares, geram excedente voltado ao mercado. Frequentemente possuem uma superfície maior, que chega a atingir 2 hectares, dedicando-se a uma grande variedade de produtos que são destinados a comercialização. Há casos em que há um produto principal (mandioca,

amendoim, feijão, melancia) cuja produção desenvolve-se de forma distinta, com mais atenção e cuidado por parte do agricultor. Entretanto, na maioria das vezes, os estabelecimentos dedicam-se a uma grande variedade de produtos, como por exemplo: mandioca, batata-doce, melão, melancia, feijão, pepino, tomate, cebola, alho, pimentão, morango, couve-flor, repolho, couve, cenoura, chuchu, abóbora, moranga, ervilha, beterraba, além de diversos tipos de verduras, ervas medicinais, temperos e condimentos. (Figura 23)



Figura 23: Horta familiar – Assentamento 12 de Julho. Nov./2003.
Quanto maior a variedade de produtos cultivados na horta, melhor e mais farta é a alimentação da família.
Autor: Cesar De David (2003)

A produção, na maioria dos casos levada a cabo pela força de trabalho das mulheres, é desenvolvida de forma orgânica, aproveitando-se o adubo produzido no próprio estabelecimento, como esterco dos animais da criação, restos de cultivos (restolhos, cascas etc.) e compostos orgânicos. A utilização de produtos químicos como adubos e venenos para o controle de pragas é extremamente rara, o que contribui para uma produção de alimentos saudáveis, de alta qualidade, preocupação expressa pela maioria dos assentados entrevistados.

Os produtos excedentes da horticultura são vendidos para intermediários que os comercializam nos centros urbanos. Constatou-se que a venda direta ao consumidor só ocorre no caso da melancia, às margens da rodovia mais próxima ao assentamento. Há, também, um mercado interno aos assentamentos, pois é freqüente a venda (e a troca) de determinados produtos com os vizinhos que não os produzem.

Não raro, a venda de hortaliças representa importante ingresso de receita, cujos recursos destinam-se a comprar o que não é produzido no estabelecimento, além de sementes, equipamentos e bens de consumo.

Como atividade subsidiária à pecuária leiteira, há nos estabelecimentos agrícolas uma produção de gado bovino de cria e engorda, destinado a carne para a subsistência familiar, a venda de reses quando há necessidade de receita e, também, de animais de tração.

No assentamento 12 de Julho, 9 agricultores dedicam-se também à pecuária de corte. Possuem ao todo 86 cabeças de gado, incluindo terneiros, novilhos, bois e vacas. O rebanho individual varia de 2 a 20 reses por família assentada. No assentamento Renascer, dos assentados ouvidos, 16 criam gado para corte, possuindo um total de 125 cabeças (7,8 cabeças/produtor), os rebanhos variando de 2 a 31 animais.

É expressiva a criação de gado bovino no município de Canguçu, realizada de forma tradicional, segundo técnicas extensivas: ali

o efetivo do rebanho bovino totalizava 175.230 cabeças, no ano de 1999, segundo o IBGE (1999).

Ao gado de cria são destinadas as áreas impróprias ao cultivo, geralmente encostas íngremes e banhados, onde as pastagens naturais, nem sempre de boa qualidade, constituem a alimentação exclusiva do rebanho. A utilização de suplemento alimentar é rara e esporádica, a não ser nos casos das restevas de plantações. Todavia, os assentados declararam utilizar o sal mineral e vacinas para a prevenção e tratamento de moléstias.

Na comercialização do gado são disponibilizadas uma ou duas cabeças por vez; em geral, quando o assentado não tem de onde retirar recurso, o gado representa sempre uma reserva para casos de necessidade. Os animais são vendidos para intermediários ou para vizinhos, não só assentados, mas também lindeiros aos assentamentos, muitos dos quais são exclusivamente pecuaristas.

Além da agricultura e da criação de gado bovino, a maioria dos assentamentos produz porcos, galinhas e outros animais, em geral nas proximidades das casas, colaborando para a diversificação das atividades e fornecendo alimentos e recursos para as explorações agrícolas.

Os porcos são criados por 16 assentados do 12 de Julho, totalizando um rebanho de 95 cabeças. Cada assentado possui de 2 a 10 animais, com uma média de 6 por estabelecimento. No assentamento Renascer, 16 dos assentados entrevistados criam suínos, totalizando 78 animais (média de 4,8 cabeças/produtos). Os rebanhos variam de 1 a 15 animais. O efetivo do rebanho suíno no município de Canguçu, no ano de 1999, era de 46.270 cabeças.

Nos assentamentos, os porcos são criados exclusivamente para atender o consumo interno dos estabelecimentos, constituindo importante fonte de carne e podendo produzir ainda lingüiças, salames, banhas e outros produtos. Sua produção é de reduzido ônus, uma vez que a alimentação é produzida e está disponível no próprio

estabelecimento, como o milho, mandioca, batata-doce, melancia, restos de colheitas e de alimentos, não dando despesa ao agricultor e aproveitando os recursos disponíveis no local.

As aves são comuns nos assentamentos, mas nem todos criam. São 11 produtores no assentamento 12 de Julho e 14 no Renascer, totalizando 775 e 735 cabeças, respectivamente. A produção visa suprir o consumo familiar de carne e ovos; quando comercializadas, as aves atendem exclusivamente o “mercado interno” do assentamento.

De diversas espécies, predominam as galinhas de raça autóctone (denominada galinha crioula ou caipira) que são criadas soltas nos quintais das casas, ou em regime semiconfinado, alimentando-se de ervas nativas e dos recursos produzidos no próprio estabelecimento, razão pela qual o custo de produção também é bastante baixo. Por serem resistentes a doenças e por não exigirem muitos investimentos, as galinhas e outras aves domésticas proporcionam maior oferta de carne e ovos de qualidade, para suprir o consumo familiar e a venda do excedente. Quando comercializadas, galinhas e ovos são vendidos diretamente ao consumidor ou aos vizinhos do próprio assentamento, esporadicamente.

Outra atividade desenvolvida pelos assentados é a apicultura. No assentamento 12 de Julho, existem 51 colméias criadas por 11 assentados (4,6 caixas/produtor). No ano de 2003, a produção de mel foi de 350 quilos. No assentamento Renascer há um total de 300 colméias, havendo a perspectiva de que esse número aumente, pois há projetos de implantar comercialmente a apicultura. Atualmente, a produção de mel vem atendendo sobretudo ao consumo familiar e em menor escala a venda para intermediários, embora já existam planos de organização da atividade.

5.5.2 A tecnologia de produção

Os resultados produtivos alcançados pelos sistemas agrícolas descritos anteriormente decorrem de fatores de suma importância, que constituem a infra-estrutura produtiva dos assentamentos, sobretudo o nível tecnológico empregado em cada um dos estabelecimentos agrícolas.

Há uma padronização mais ou menos comum nos assentamentos no que se refere aos equipamentos agrícolas utilizados para o serviço na agropecuária. Todos dispõem e utilizam instrumentos rudimentares, como enxadas, foices, pás, rastelos, entre outras. E a grande maioria também dispõe de arados e outros equipamentos de tração animal.

No assentamento 12 de Julho todos utilizam força animal para desenvolver suas atividades agrárias: 18 assentados possuem uma junta de bois, 2 possuem parelha de cavalos e um possui ambas. No assentamento Renascer 19 assentados utilizam tração animal: destes, 13 possuem junta de bois e 11 possuem parelha de cavalos.

A força animal é utilizada em todas as atividades, para arar a terra, gradear, plantar e capinar, sobretudo nos cultivos de subsistência. Por sua vez, nos cultivos comerciais, como arroz e soja, principalmente nas terras virgens, são utilizados equipamentos de tração mecânica como tratores e demais implementos agrícolas.

No assentamento 12 de Julho existe apenas um trator, equipado com arado e grade e plantadeira, que pertence a um coletivo de 9 assentados. O assentamento Renascer possui 7 tratores: 5 pertencem a grupos coletivos e 2 são de propriedade individual. Os proprietários de tratores prestam serviços aos demais assentados que necessitam, em troca de pagamento em dinheiro por hora de trabalho ou por parte da produção. Não foram observados casos de empréstimos de máquinas e

instrumentos de trabalho. Além desses equipamentos existe também uma ordenhadeira mecânica, de propriedade individual, e uma camionete de propriedade coletiva, utilizada para transportar insumos e a produção comercializada.

Quanto às técnicas agrícolas utilizadas pelos assentados, observou-se que na sua maioria estão limitadas a formas tradicionais, como a rotação de terras e de cultivos, capinas e outros tratamentos manuais, aração e preparo da terra com animais de tiro. As técnicas de produção segundo os princípios da agricultura ecológica são raras e constituem experiências isoladas. Por sua vez, as técnicas incluídas no escopo da agricultura tecnológica, como o uso de adubos químicos e agrotóxicos, são mais utilizadas na produção voltada ao mercado.

A preocupação com o meio ambiente, por exemplo, ainda é muito incipiente, limita-se apenas a adoção de técnicas mais comuns como rotação de culturas e curvas de nível, utilizadas em 85% e 55% dos estabelecimentos do Assentamento 12 de Julho, respectivamente. No Renascer, essas técnicas são utilizadas em 75% e 40% dos estabelecimentos, respectivamente.

No assentamento 12 de Julho não se utilizam irrigação nem adubação verde. Somente um assentado declarou utilizar adubo orgânico e 9 declararam fazer o plantio direto ou cultivo mínimo, que não agride tanto o solo. No Renascer o quadro não é muito diferente, existe apenas um caso de irrigação e dois de plantio direto. E ninguém declarou utilizar adubos orgânicos em cultivos comerciais.

Dessa forma, constatou-se que prevalecem em larga escala formas conjugadas, tradicionais e modernas, de produção agrícola nos assentamentos de Canguçu. No assentamento 12 de Julho, os adubos químicos são utilizados em 95% dos estabelecimentos e os agrotóxicos em 90%. No assentamento Renascer os adubos químicos correspondem a 85% e os agrotóxicos a 60% dos estabelecimentos visitados.

Cabe sublinhar que os insumos químicos são utilizados nos cultivos comerciais. Nos produtos de subsistência não se utilizam agrotóxicos para o combate a pragas e ervas daninhas, os assentados usam técnicas naturais, como a capina para o controle das ervas invasoras. Percebeu-se a preocupação de muitos assentados com a produção de alimentos saudáveis para o consumo familiar.

A utilização da tração animal está associada, em muitos estabelecimentos agrícolas dos assentamentos de Canguçu, com a utilização de insumos químicos como adubos e agrotóxicos. Para entender essa situação, convém esclarecer que se tratam de pequenas explorações que, aliadas às condições naturais, muitas vezes impedem a mecanização. A tração mecânica em tais casos tornaria os lotes inviáveis economicamente, razão pela qual as juntas de bois dão sustentação às pequenas explorações agrícolas. Por sua vez, a substituição dos insumos químicos por técnicas de produção alternativas, além de contribuir com a preservação do meio ambiente, poderia diminuir os custos de produção sem prejuízos à produtividade, aumentando, conseqüentemente, os rendimentos do pequeno agricultor assentado.

5.5.3 Força de trabalho

Como se viu no capítulo anterior, os assentamentos rurais objeto de estudo, apesar de algumas experiências isoladas de trabalho coletivo levadas a cabo principalmente no processo inicial de implantação, desenvolvem uma forma de exploração individual familiar.

A mão-de-obra empregada nos estabelecimentos agrícolas estudados é predominantemente familiar, ou seja, na maioria das explorações é o titular com o auxílio da família que lida com a lavoura e

com os animais. Foi observado no assentamento Renascer apenas um caso, mas sabe-se que não é o único, em que a mão-de-obra era exclusiva do assentado titular, que era solteiro e sem filhos.

No assentamento 12 de Julho, em 19 estabelecimentos o titular trabalha acompanhado de um ou mais familiares. Em apenas um, devido à idade avançada e por problemas de saúde, o titular do lote não mais trabalha nas atividades agrícolas, ficando a seu cargo somente as lidas domésticas. Nos demais casos, os titulares são acompanhados do cônjuge e de um ou mais filhos. Nesse assentamento, a mão-de-obra familiar perfaz um total de 38 trabalhadores. O assentamento Renascer totaliza 58 trabalhadores familiares.

A função dos membros da família no estabelecimento agrícola de um assentamento rural é bastante diversificada. Em geral, todos trabalham nas atividades agrícolas como plantio, limpeza e colheita das lavouras, ordenha e trato dos animais, inclusive mulheres e crianças. Na maioria das vezes recaem sobre as mulheres e filhas os afazeres domésticos, o preparo dos alimentos e o cuidado das crianças. Também ficam sob a responsabilidade feminina algumas tarefas produtivas, como o trato dos animais domésticos, o pomar e as verduras da horta. Na produção de leite para a subsistência, a ordenha é freqüentemente realizada pelas mulheres; já na produção comercial, as tarefas são compartilhadas entre homens e mulheres. Mesmo labutando lado a lado nas atividades, o pai e os filhos homens maiores desenvolvem as atividades mais pesadas da lavoura, como a preparação da terra e o plantio e, em geral, somente o homem fica responsável pelos agrotóxicos e medicamentos para o rebanho.

Quanto à mão-de-obra assalariada, no assentamento 12 de Julho, 8 assentados declararam contratar trabalhadores temporários, em geral 1 ou 2 por estabelecimento, perfazendo um total de 15 pessoas. No assentamento Renascer, 10 assentados contratam assalariados, no total de 18 trabalhadores temporários e 4 permanentes.

Os assalariados desenvolvem sobretudo as atividades relacionadas às lavouras. O plantio e a colheita do milho e do feijão, a capina e a quebra do milho e a colheita do fumo são as tarefas mais executadas pelos trabalhadores assalariados, que são, na sua grande maioria, também assentados ou seus filhos, que realizam essas atividades para complementar a renda familiar. Eles são pagos por jornada de trabalho, mas o mais comum é o pagamento através de uma percentagem do que é produzido. Os assalariados permanentes são ocupados nos estabelecimentos onde se realizam atividades diversificadas e anuais, como a criação de gado, enquanto os assalariados temporários são ocupados nos períodos de maior demanda das lavouras sazonais nas propriedades onde o agricultor assentado não dispõe de familiares para auxiliá-lo nas atividades agrícolas.

Entre os assentados é muito freqüente a troca de serviço. Quando em algum estabelecimento há um acúmulo de serviço ou quando um dos membros da família encontra-se impossibilitado, os vizinhos se solidarizam e ajudam na execução das tarefas agrícolas (ou não-agrícolas) a fim de evitar prejuízos. Tal solicitude é retribuída também em trabalho.

5.5.4 As práticas não-agrícolas e seu significado

O espaço rural deixou de ser sinônimo de agrícola: muitas atividades antes tipicamente urbanas, como a indústria e os serviços, passaram a ser exploradas no rural, geralmente complementando as atividades agrícolas. Além disso, o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos de população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado com base no calendário agrícola e na

expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Como demonstrou Graziano da Silva (1999), há um conjunto de atividades não-agrícolas que estão respondendo cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural.

Nesse quadro, destaca-se a pluriatividade³², que não é um fenômeno novo e nem específico do meio rural. Segundo Carneiro (1999b, p. 326), a pluriatividade é uma noção

... que designa um processo social plural, o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não-agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Esta percepção da pluriatividade como um processo social nos capacita a perceber a coexistência de processos sociais distintos, e até mesmo contraditórios, definidos pelo campo de possibilidade de realização dos projetos familiares.

As famílias rurais que executam mais de uma atividade econômica passaram a ser conhecidas como pluriativas. A pluriatividade corresponde à estratégia de sobrevivência usada historicamente pela produção familiar. Ela engloba um diversificado conjunto de atividades que se combinam em ampla gama de variações, mas não pode ser dissociada das condições econômicas, sociais e culturais das famílias rurais envolvidas, nem do projeto particular de cada uma. Não obstante seu elevado grau de heterogeneidade, a meta principal dos produtores contemporâneos é complementar a renda familiar.

A história tem mostrado que nas últimas décadas e mais propriamente pós-1980, ocorreu acentuada redução da renda agrícola no Brasil, em virtude da redução dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Silva e Del Grossi (2002, p. 03) enfatizam que

³² A pluriatividade é uma noção polêmica e abrangente. Segundo Carneiro (1999^b), o termo *pluriativo* não define uma nova categoria social no espaço rural. Existem diferentes formas de se associar ou combinar atividades não-agrícolas nas unidades de produção familiar.

como consequência dessa queda de renda agrícola, observa-se uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais. E esse fenômeno é tão forte e rápido que nossos dados apontam que em 1998 o total das rendas não-agrícolas já ultrapassou o montante das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural...

A pluriatividade traz consigo profundas alterações nas relações do agricultor com a terra, no modo de vida e nas relações sociais rurais. Analisando a temática, Tedesco (1999) salienta que o medo de perder o emprego e os poucos ganhos auferidos com as atividades pluriativas fazem com que o agricultor mantenha as práticas agrícolas e não abandone o rural. De qualquer forma, a família

... reestrutura-se às inúmeras situações de mudança, insere-se numa esfera de economia popular e de solidariedade através de microempresas de caráter familiar, sob o manto da informalidade; organiza-se em termos de iniciativas que dão lugar a organizações no campo da produção, comércio e serviços que compartilham referenciais de solidariedade interna e cooperação vicinal e comunitária. (p. 181)

A pluriatividade constitui hoje uma possibilidade de permanência no campo para os produtores familiares. Thomaz Júnior (2000) enfatiza que ela se consolida como a salvação da propriedade da terra rural de famílias tradicionalmente vinculadas à produção agropecuária, pois assim os trabalhadores de tempo parcial conseguem compensar os baixos rendimentos agrícolas com outras ocupações, evitando ou prorrogando o empobrecimento. Assim, muitas famílias têm encontrado na pluriatividade um complemento de renda ou uma alternativa de sobrevivência que torna possível sua permanência no meio rural.

Nos assentamentos rurais de Canguçu, as atividades rurais não estão limitadas à agricultura. No interior dos estabelecimentos familiares há uma série de atividades produtivas que contribuem para a economia doméstica gerando renda e trabalho. Além dos cuidados da lavoura e dos animais, são desenvolvidas atividades de beneficiamento e transformação das matérias-primas agrícolas produzidas pela unidade familiar.

As atividades não-agrícolas assumem maior ou menor importância de acordo com a conjuntura da produção agrícola. Seu desempenho tem sido muito variável no decorrer do tempo, mas, em geral, o papel da produção não-agrícola é de complementaridade à produção agrícola comercial.

No assentamento 12 de Julho, a agroindústria artesanal já teve uma importância econômica muito superior à atual. Logo após a implantação do assentamento, quando ainda não dispunham de energia elétrica, os assentados produziam diariamente de 25 a 30 quilos de queijo. A produção era então recolhida por intermediários que a comercializavam nos mercados de Pelotas e Rio Grande. Desde o ano 2000, após a implantação da rede elétrica, deixaram de produzir queijo para abastecer o mercado, ficando a produção restrita ao consumo familiar e comercializando algum excedente com a vizinhança, no próprio assentamento. A explicação para isso é que o leite passou a ser comercializado *in natura* com a COOPAL, oportunizando aos produtores uma renda fixa mensal, o que acarretou a desarticulação da produção comercial do queijo, de maior instabilidade devido a falta de mercado para o produto.

No assentamento 12 de Julho, dos 20 assentados entrevistados, 14 declararam produzir queijo artesanalmente, enquanto no assentamento Renascer foram apenas seis. Entretanto, neste último, como ainda não há rede de energia elétrica para o resfriamento do leite e, conseqüentemente, o seu comércio, a produção comercial do queijo é

mais expressiva, atendendo ao mercado interno e externo ao assentamento.

No assentamento 12 de Julho, até o ano 2002 havia um grupo de seis mulheres que faziam em média 400 kg de pães e 600 pacotes de biscoitos para a Cooperativa Sul-Ecológica de Pelotas, que os vendia ao Estado para distribuí-los às escolas públicas da região como merenda. Com a mudança do governo do Estado, a produção de pães foi abandonada, pois o que assumiu parou de comprá-la. Restaram no assentamento os três fornos industriais adquiridos pelo grupo de mulheres. Da produção de pães só existe a indústria caseira, pois em ambos os assentamentos 19 assentados afirmaram que fazem em casa o pão consumido pela família. Alimento indispensável na mesa do assentado, o pão representa para ele um dos símbolos de que valeu a luta pela terra.

O aproveitamento das frutas produzidas nos assentamentos, entre as quais pêras, goiabas, figos, abóboras e melancias, possibilita a fabricação doméstica de doces, como geléias e compotas para o consumo familiar. No assentamento 12 de Julho, 12 assentados dedicam-se a essa prática, enquanto no Renascer são 19. A produção de doces e geléias é uma forma de aproveitar também o açúcar que os próprios assentados produzem.

No assentamento 12 de Julho, a cana-de-açúcar rende, além da produção doméstica, 300 quilos de açúcar mascavo e melado produzidos por um grupo de sete assentados, que os comercializa com a Cooperativa Sul-Ecológica de Pelotas.

Os assentados que se dedicam à criação de suínos podem produzir em casa alguns derivados, como salames, lingüiças e outros embutidos para consumo familiar. No assentamento 12 de Julho, sete criadores declararam que fazem desta uma prática comum. No assentamento Renascer, foram apenas três dos 20 entrevistados. A fabricação caseira de embutidos de porco, além de oportunizar uma

alimentação mais diversificada, constitui uma forma eficiente de conservação da carne onde os meios para isso são muitos restritos.

Cabe sublinhar que, nos assentamentos investigados, as atividades não-agrícolas desenvolvidas atualmente visam eminentemente ao consumo familiar. Apenas em alguns estabelecimentos essas práticas contribuem para agregar valor aos produtos agrícolas, mas sempre de forma suplementar. No assentamento 12 de Julho, por sua vez, a desarticulação da produção comercial do queijo é emblemática. Se a atividade tivesse sido alvo de uma organização tal que neutralizasse a ação dos atravessadores, racionalizando-se a produção – através da padronização, por exemplo – possibilitando maior regularidade na distribuição do produto no mercado local e regional, a renda auferida pelo produtor seria bem maior. Entretanto, a garantia de uma renda fixa mensal adquirida através da comercialização *in natura* do leite com a cooperativa e a economia de trabalho são fatores preponderantes, que superam os de aumento de renda.

Outra forma de complementação de renda das famílias assentadas vem da prestação de serviço a terceiros, prática muito incipiente nos assentamentos de Canguçu. No assentamento 12 de Julho, em 8 famílias há algum membro que trabalha fora do assentamento, enquanto no Renascer há apenas quatro. São trabalhos de diaristas, ocupados nas atividades de preparo do solo, plantio, colheita e demais cuidados das lavouras de arroz e fumo, tanto de vizinhos do próprio assentamento quanto de vizinhos externos. Algumas famílias possuem filhos maiores, que trabalham em outras cidades, em geral em atividades industriais, mas que não contribuem para o orçamento familiar.

Há também casos em que filhos vão morar em casas de famílias, na sede do município, onde prestam serviços domésticos, o que lhes possibilita continuar os estudos.

Em que pese a diversidade de formas de organização, os assentamentos rurais reproduzem os sistemas de produção semelhantes

aos da agricultura familiar não-assentada. Tais sistemas conjugam explorações tradicionais para a subsistência familiar e explorações modernas para suprimento do mercado. São muito próximos do modelo de agricultura camponesa proposto por Chayanov (1974), e, nesse sentido, enfrentam os mesmos problemas de subordinação que os demais agricultores familiares não-assentados. Apesar da grande diversidade de situações, os assentamentos rurais assemelham-se às sociedades camponesas definidas por Mendras (1978), guardando muitas de suas características.

Além disso, apesar de seu caráter complementar, as atividades não-agrícolas têm contribuído para a diversificação da produção no interior dos assentamentos rurais, oportunizando melhor aproveitamento dos recursos produzidos e intensificando o trabalho e a ocupação dos membros da família; e têm propiciado agregação de valor aos produtos e geração de renda suplementar, que reforça o orçamento familiar.

Ao analisar os aspectos produtivos dos assentamentos rurais de Canguçu e de suas dimensões econômicas, cumpre também apreender as condições das forças sociais que colaboram para o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos. Apesar de suas restrições, a reforma agrária tem proporcionado, através dos assentamentos, a germinação de diferentes formas de agricultura familiar que, por sua vez, tem gerado um quadro de dinamização no campo capaz de aumentar não apenas a produção agrícola, mas de promover o desenvolvimento rural.

Ressignificados como agricultores familiares, a (re)introdução dos assentados na vida rural permite uma série de obtenções que extrapolam os limites do desempenho econômico dos assentamentos e se ampliam numa gama de outras conquistas que dinamizam a economia e a sociedade local e regional, conforme trata o capítulo seguinte.

VI. LIMITES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO RURAL NOS ASSENTAMENTOS DE CANGUÇU

O espaço rural de Canguçu apresenta um total de 16 assentamentos rurais cuja população residente soma aproximadamente 1.300 pessoas. Para que fosse possível apreender essa realidade extremamente complexa e dinâmica, optou-se por traçar um perfil geral das famílias dos assentamentos 12 de Julho e Renascer, obtido através de entrevistas realizadas com 20 assentados de cada um dos assentamentos, abordando aspectos relativos à família, no que diz respeito ao nível de escolaridade, condições de moradia, acesso à saúde, atividades de lazer, religiosidade, politização e renda familiar.

6.1 Assentamento rural: o espaço da família

Vivem no assentamento 12 de Julho 75 pessoas, das quais 44 homens e 31 mulheres. As vinte famílias do assentamento são em geral constituídas pelo casal, que tem em média dois filhos. Há apenas um caso de separação. No assentamento Renascer se encontram 90 famílias, totalizando cerca de 320 pessoas. Destas, foram ouvidos 20 assentados, cujas famílias totalizam 77 pessoas. Nesse assentamento há casos de homens solteiros que detêm a titulação de lotes e os exploram

sozinhos. Nos lotes explorados pelas famílias as atividades agrícolas são mais diversificadas do que naqueles explorados pelos solteiros.

No que se refere a idade dos assentados, percebe-se que os beneficiários são, em geral, relativamente jovens, na faixa dos 30 a 40 anos, nos dois assentamentos investigados. Ao que parece, as famílias não muito numerosas e relativamente jovens constituem um quadro positivo. Há uma conjugação de forças que garante o trabalho aos seus membros, uma vez que no assentamento todos, incluindo crianças e idosos, desempenham atividades laborais, compatíveis com sua faixa etária.

Se a idade dos titulares dos lotes constitui um aspecto positivo para o desenvolvimento das atividades produtivas, o mesmo não se pode dizer do nível de escolaridade. Entre os assentados do 12 de Julho e do Renascer não há beneficiário que tenha ultrapassado o ensino fundamental, muitos estudaram somente até as primeiras séries da educação básica e há entre eles alguns analfabetos. Este é sem dúvida um fator limitante ao desenvolvimento das forças produtivas. A baixa escolaridade obsta o desenvolvimento integral da pessoa humana, dificultando a vida social e de relações do assentado e de sua família. Reconhecendo esse aspecto, a maioria dos assentados incentiva seus filhos a estudar. O nível de escolaridade dos filhos é superior ao dos pais e só não é ainda maior pelas dificuldades de acesso à escola, sobretudo no ensino médio. (Figuras 24 e 25)

Todas as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentam a escola. Há escolas de ensino fundamental nos dois assentamentos. No 12 de Julho a escola estadual de mesmo nome atende crianças de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e conta atualmente com 1 professora e 8 alunos. Na Colônia Palma, a cerca de 13 km de distância do assentamento, há uma escola de ensino fundamental completo (Escola José Veridiano Ferreira da Silva) que atende as crianças de 5ª a 8ª série.

Já os alunos que cursam o ensino médio são obrigados a percorrer uma distância de 40 km até a Escola Estadual Carlos Meskó. A longa distância e as dificuldades do transporte escolar impedem alguns jovens de concluir o ensino básico. O mesmo ocorre no assentamento Renascer, onde há uma escola estadual de ensino fundamental completo (Escola Oziel Alves Pereira). Para a conclusão do ensino médio, os alunos são obrigados a ir até a cidade de Canguçu, distante 70 km.

Figura 24 - Assentamento 12 de Julho - Grau de Escolaridade - 2003

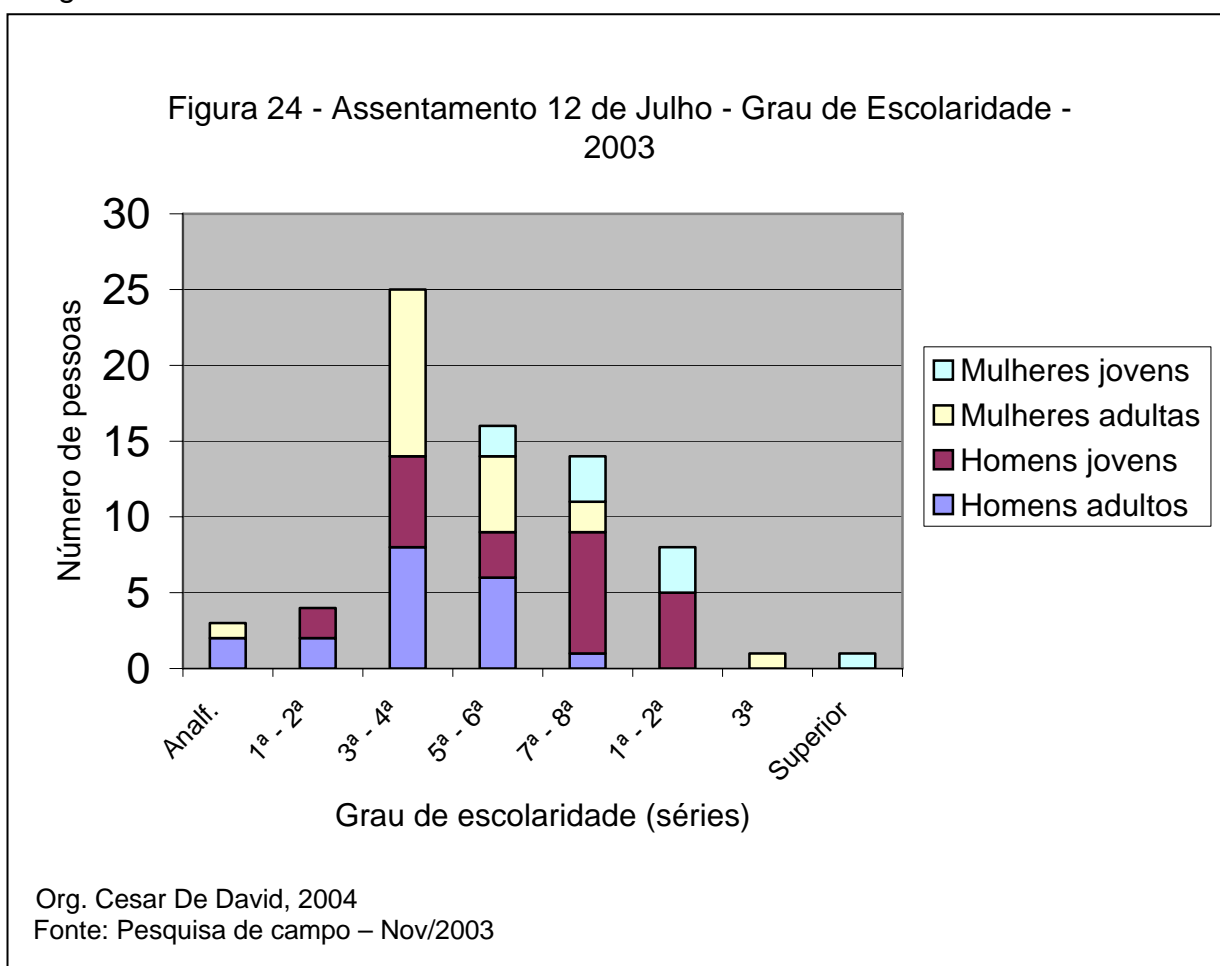
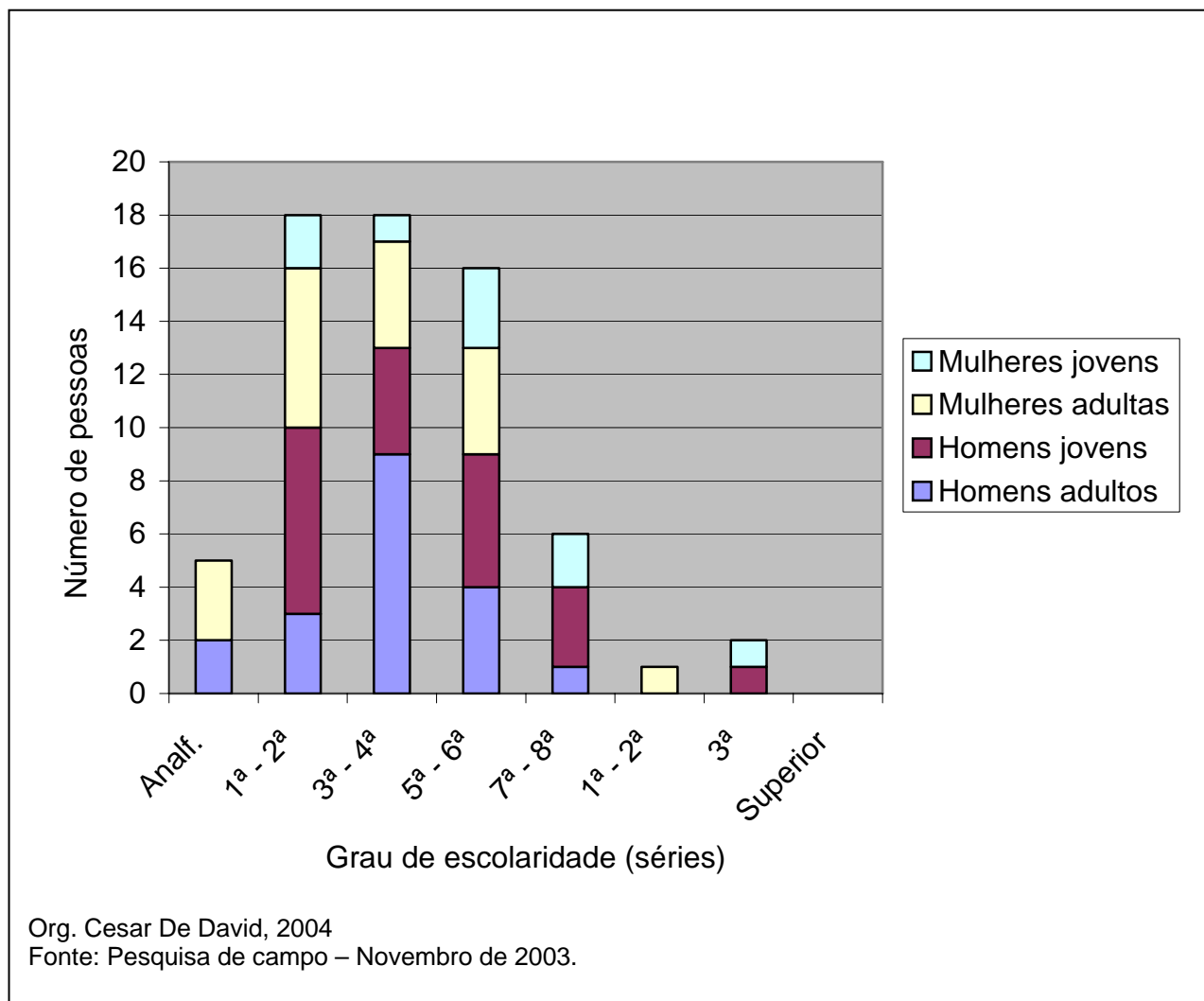


Figura 25 - Assentamento Renascer - Grau de Escolaridade – 2003



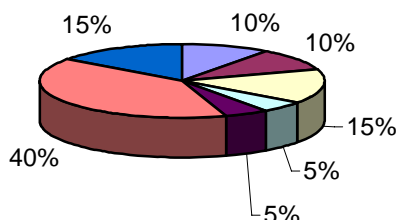
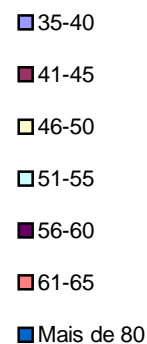
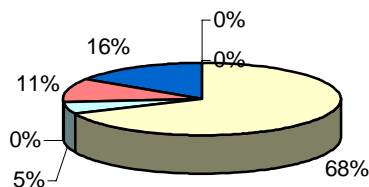
A escola presente nos assentamentos pode ser o espaço/tempo de promoção da educação e capacitação permanente para a comunidade assentada, pois é parte integrante do desenvolvimento rural através da formação integral, da troca de saberes e da geração de conhecimentos orientados para a prática da cidadania. Couto Rosa defende a promoção da capacitação da população rural, pois

O processo educativo, compreendendo atividades que permeiam todos os processos que envolvem a vida do agricultor e sua família, constituem as bases para a construção da consciência coletiva e de estabelecimento de objetivos comuns na localidade, além da identificação das necessidades de treinamento e capacitação que promovam a revisão do papel das instituições locais, o exercício concreto de parcerias e apropriação dos resultados pela própria comunidade, com caráter multiplicador. (1999, p. 8)

A preocupação com a escolarização dos filhos, conforme se pode constatar, aponta para uma melhoria significativa na educação dos assentados e, conseqüentemente, na sua qualidade de vida. Inclusive há filhos de assentados que estudam no centro urbano de Canguçu, onde trabalham em profissões variadas, o que lhes permite manter-se na escola.

Outro indicador das condições de vida dos assentados de Canguçu é a habitação. De modo geral, os assentados no Renascer possuem casas padronizadas, em melhores condições físicas do que as do assentamento 12 de Julho, apesar de este último ser mais antigo. Tal fato pode ser atribuído aos recursos financeiros fornecidos pelo poder público para a construção de casas por ocasião da organização do assentamento Renascer. Quando da implantação do assentamento 12 de Julho, em 1989, não havia recursos para tal fim, razão pela qual suas casas apresentam diversidade de características, pois foram construídas com os recursos próprios de cada família, e algumas ainda nem foram concluídas.

No conjunto dos assentamentos as moradias apresentam condições razoáveis e dimensões variáveis. No 12 de Julho 20% das casas são pequenas com área inferior a 45 m²; 25% medem 45 a 60 m²; o restante (55%) mede mais de 60 m². No Renascer há uma padronização: a maior parte das habitações (70%) mede entre 46 e 60 m², e o restante mede mais de 60 m². (Figura 26)

Figura 26 – Dimensões das moradias (m²) – 2003**Assentamento 12 de Julho - 2003****Assentamento Renascer**

Org. Cesar De David, 2004

Fonte: Pesquisa de campo – Nov/2003

Como anteriormente referido, no assentamento 12 de Julho as construções apresentam-se mais diversificadas. Os materiais utilizados são variados: 25% utilizam madeira, 65% alvenaria e 10% são mistas. No Renascer todas as casas são de alvenaria e, de modo geral, encontram-se em bom estado de conservação. Segundo relato dos próprios assentados, algumas casas não estão completamente concluídas e muitas delas ainda estão sem reboco. (Figura 27)

A área física das habitações está relacionada ao número de cômodos, que por sua vez é proporcional ao tamanho das famílias. As mais numerosas em geral possuem casas mais amplas, com maior número de cômodos. No assentamento 12 de Julho, 65% das casas possuem de 4 a 6 cômodos e 35% possuem mais de 7. No assentamento Renascer, 80% das casas têm de 4 a 6 e apenas 20% apresentam mais de 7 cômodos.



As casas possuem cozinha, em geral a peça mais ampla, pois também desempenha o papel de sala de visitas. Como é costume no Rio Grande do Sul, principalmente entre os descendentes de imigrantes italianos, a cozinha é o espaço social por excelência. Nela os moradores se reúnem não apenas para preparar e consumir os alimentos, mas para conversar, tomar chimarrão e receber as visitas; geralmente esse espaço é prolongado por uma área coberta ou alpendre, que também cumpre essa função. Os outros cômodos são constituídos pelo banheiro e os quartos de dormir, cujo número varia com a constituição da família, em geral o quarto do casal e um ou mais para os filhos. É comum em algumas casas haver uma peça, de tamanho muito variado, utilizada para armazenagem de alimentos (para o consumo humano ou animal) e depósito de instrumentos de trabalho, sementes e grãos de estoque.

As condições de moradia também podem ser evidenciadas através das instalações sanitárias. No assentamento 12 de Julho, apenas

uma não possui banheiro, e no assentamento Renascer duas. Somente nesses casos o destino dos dejetos é a *céu aberto*, todos os demais possuem fossas sépticas.

Como se viu no capítulo anterior, há outras construções que compõem, em conjunto com a casa, a paisagem rural dos assentamentos. Entre os elementos anexos destacam-se os galpões e os paióis, as estufas para o fumo, as estrebarias e mangueiras (curral) para o gado leiteiro, chiqueiros e galinheiros, entre outros.

Um dos problemas que mais comprometem o nível de conforto dos moradores, sobretudo no assentamento Renascer, é a falta de energia elétrica em suas moradias. No 12 de Julho apenas uma família que mora mais afastada da linha de transmissão não a possui. Os demais há seis anos conquistaram esse benefício após muita pressão política, o que acabou beneficiando inclusive os vizinhos ao assentamento, que também ansiavam pelo benefício. Os moradores do Renascer, por sua vez, lutam desde a implantação do assentamento pela instalação da rede de energia elétrica, cujo projeto está para ser executado. Apenas os moradores próximos às antigas sedes das fazendas que deram origem ao assentamento gozam dessa benfeitoria, os demais utilizam gás, querosene ou velas para a iluminação de suas casas.

A falta de energia elétrica, associada às limitadas condições financeiras dos assentados, inviabiliza a aquisição de eletrodomésticos. No assentamento Renascer o único aparelho presente em todas as casas é o rádio a pilha; apenas 25% das casas visitadas possuem televisão e 30% possuem refrigerador. Mesmo o fogão a gás não é uma unanimidade, está presente em 75% das residências. Apenas 5% possuem freezer ou máquina de lavar roupas, 15% possuem antena parabólica e 25%, aparelhos de telefonia celular.

No assentamento 12 de Julho a energia elétrica aliada ao melhor padrão econômico dos assentados, possibilita o uso de aparelhos

e utensílios domésticos. Constatou-se que 90% das casas possuem fogão a gás e televisores; 75% têm refrigeradores e liquidificadores; 65% possuem freezer, 60%, antenas parabólicas e 45% possuem aparelhos de telefonia celular.

Convém salientar que a disponibilidade desses equipamentos não é mera questão de conforto: através deles, sobretudo de televisores, parabólicas e telefones celulares, os assentados sentem-se conectados ao mundo. Através dos fluxos gerados pelos equipamentos técnicos, o assentamento (lugar), liga-se ao mundo (global) e por essas vias circulam informações que impelem as pessoas a determinadas aspirações, que extrapolam os limites da luta pela terra e mesmo da reforma agrária. Por sua vez, é por essas mesmas vias que os assentados tomam ciência dos projetos e ações dos movimentos sociais, o que lhes possibilita participar de atos e manifestações públicas. (Figura 28)



Figura 28 – Antena parabólica no Assentamento Renascer – Nov/2003.
A antena parabólica é outro objeto que também está cada vez mais freqüente na paisagem dos assentamentos rurais, através dela os assentados conectam-se ao mundo.

Autor: Cesar De David, 2003

A água é outro recurso importante que está disponível aos assentados. Todos declararam facilidade de acesso à água que, embora não receba tratamento físico-químico, apresenta boas condições de potabilidade. No assentamento 12 de Julho a água provém de fontes (ou cacimbas) que chegam até as residências através de tubulações construídas para esse fim. No assentamento Renascer 75% das casas também têm acesso à água dessa mesma forma, enquanto 25% dos assentados possuem poços em seus estabelecimentos.

Se o acesso à água é facilitado, o mesmo não ocorre com os serviços de saúde: nos dois assentamentos é bastante precário, e as reclamações são unânimes. A assistência médica só é possível na cidade de Canguçu, pois não há postos de saúde no interior do município, nem mesmo nas sedes dos distritos, para atender os assentados. Por essa razão os serviços médicos somente são procurados em caso de doença, não há saúde preventiva. Quando há necessidade ou mesmo urgência, os assentados procuram os postos de saúde ou o sindicato rural para atendimento médico/odontológico.

Mais de 30% dos entrevistados declararam existir casos de doença na família. As mais citadas foram as cardiopatias, como hipertensão arterial; doenças do trato respiratório, como bronquite e asma, além de outras, como reumatismo, diabetes e problemas de coluna. Há caso de doença congênita incurável no assentamento 12 de Julho, que demanda um grande esforço da família para conseguir tratamento médico. Segundo declarações do Sr. A., a falta de apoio e auxílio, inclusive dos demais assentados e mesmo do MST, gera uma sensação de abandono na família que, sem recursos suficientes, tem recebido contribuições de outros familiares para permanecer no meio rural.

Outra doença crônica, presente nos assentamentos investigados, sobretudo no assentamento 12 de Julho, onde foram

presenciados três casos, é o alcoolismo. A embriaguez inviabilizou a pesquisa de campo em dois lotes do assentamento. O alcoolismo é um sério problema, pois está ameaçando a expulsão dos assentados de seus lotes. Entre os assentados o alcoolismo não é visto como doença e sim como um desvio de caráter, por isso os doentes não recebem nenhum tipo de tratamento. E pode tornar-se motivo de nova exclusão social.

Outro alvo de insatisfação dos assentados é a carência de atividades de lazer. Essa é uma questão em que as diferenças de gênero se evidenciam, pois se percebe que as atividades de lazer, quando disponíveis, são eminentemente masculinas. No assentamento 12 de Julho, por exemplo, os homens se reúnem aos domingos no centro comunitário do assentamento para beber, jogar cartas e disputar carreiras de cavalos na *cancha reta* construída junto ao centro. É lá também que são realizados os jogos de futebol, lembrados por mais de 40% dos entrevistados. As outras atividades de lazer mais comentadas foram as festas comunitárias, realizadas por ocasião dos aniversários e os churrascos em família aos domingos. É interessante lembrar que as manifestações sociais em que os assentados participam também foram mencionadas como atividades de lazer pois é quando eles tem a oportunidade de viajar e rever antigos companheiros. As atividades de lazer das mulheres restringem-se às visitas aos vizinhos, muitas vezes na companhia dos maridos e filhos. As missas oficiadas esporadicamente nos assentamentos também são tomadas como momentos de lazer das famílias. As escassas atividades de lazer e confraternização nos assentamentos rurais devem ser objeto de maior atenção por parte das lideranças, com vistas a aumentar o grau de satisfação dos assentados e, conseqüentemente, a qualidade de vida nos assentamentos rurais.

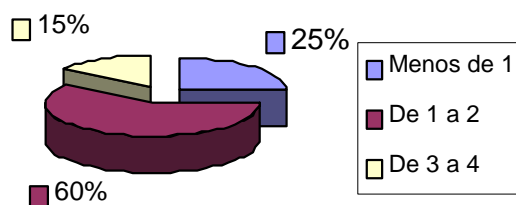
A religiosidade é fato marcante entre os assentados de Canguçu; a grande maioria declarou praticar alguma religião. Todos os assentados do 12 de Julho são membros da Igreja Católica e freqüentam

com regularidade os serviços religiosos oferecidos no próprio assentamento, no centro comunitário. No assentamento Renascer, 90% dos entrevistados praticam algum tipo de religião: a maioria, 66,6%, são católicos e 27% são evangélicos. Os ritos religiosos são oferecidos no centro comunitário do assentamento ou nas próprias casas dos devotos. Na fase de implantação dos assentamentos houve um forte apoio da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Era através desta última que muitos assentados do município, sobretudo os primeiros, recebiam assistência técnica para o desenvolvimento de projetos. Mesmo assim, pode-se perceber que não houve pressão religiosa, nem conflitos, uma vez que nos assentamentos rurais estão presentes outros credos religiosos, apesar do predomínio do catolicismo.

O nível de politização dos assentados é um dado muito interessante e até mesmo surpreendente, pois revela uma clara distinção entre os dois assentamentos investigados no trabalho de campo. No assentamento 12 de Julho, 75% dos assentados declararam participar de partidos políticos. Essa expressiva politização pode ser explicada quando se considera que os assentados participaram da fase de organização dos movimentos sociais de luta pela terra, nos anos 80, e da própria formação dos partidos de esquerda, principalmente do Partido dos Trabalhadores, ao qual todos declararam pertencer. Os 25% que declararam não pertencer a partidos políticos, apesar de um passado de militância, estão descrentes com os rumos tomados pelos governos estadual e federal. Já entre os assentados do Renascer, por terem permanecido menos tempo nos acampamentos e nos movimentos sociais, a formação política comum no MST foi menos expressiva, pois apenas 45% dos entrevistados declararam pertencer a algum partido político, todos do Partido dos Trabalhadores. Os demais afirmaram que a política não está entre suas preocupações, o que é bastante significativo, em se tratando de membros de movimentos sociais.

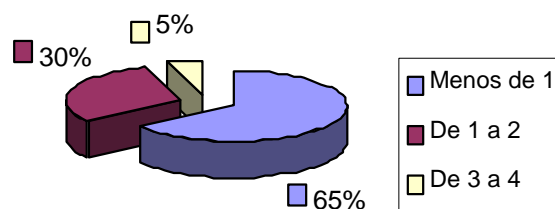
Outro indicador importante das características socioeconômicas é a renda monetária (média) das famílias assentadas. Os dados obtidos no trabalho de campo permitem considerar que a renda monetária, em salários mínimos³³, ainda é extremamente baixa. No assentamento 12 de Julho, a estruturação das atividades produtivas oportuniza um melhor nível de renda: 60% das famílias assentadas percebem uma renda média mensal de 1 a 2 salários mínimos, 25% possuem renda inferior a 1 salário e apenas 15%, de 3 a 4 salários mínimos. No assentamento Renascer o quadro é bem pior, pois mais da metade dos assentados (65%) auferem uma renda média mensal inferior a um salário; 30% entre 1 e 2 salários e somente 5% mais do que 3 salários mínimos. (Figuras 29 e 30)

Figura 29 – Assentamento 12 de Julho – Renda Média Mensal da Família (Salários Mínimos) - 2003



Org. Cesar De David, 2004
Fonte: Pesquisa de campo – Nov/2003.

Figura 30 – Assentamento Renascer – Renda Média Mensal da Família (Salários Mínimos) - 2003



Esses dados permitem considerar que os assentados ainda não saíram da situação crítica em que se encontravam antes do assentamento, pois a renda média por família ainda é baixa, nos limites de um quadro de pobreza. Entretanto, um ponto que parece importante é a superioridade dessa renda auferida no assentamento em relação à que

³³ O valor do Salário Mínimo Nacional (SMN) na época do trabalho de campo (2003) era de R\$ 240,00.

teriam se estivessem morando na cidade. No assentamento as despesas fixas mensais são muito reduzidas, somente luz e gás, para os que dispõem desses serviços, obviamente, pois muitos não tem energia elétrica ou fogão a gás, como já foi mencionado. Ao passo que na cidade, além dessas despesas, haveriam gastos com alimentação, aluguel, transporte etc. Além disso, as famílias produzem a grande maioria dos alimentos que consomem e não pagam aluguel. Mesmo assim, os investimentos necessários em infra-estrutura e em atividades produtivas oportunizará o aumento de renda monetária às famílias a fim de aumentar os investimentos e melhorar a qualidade de vida dos assentados.

Com relação a rendas extras, ou seja, aquelas que não advêm das atividades produtivas desenvolvidas no interior dos estabelecimentos rurais, são pouco expressivas no conjunto dos assentamentos, mas para as famílias que dispõem dessas vantagens elas representam um importante ingresso de receita que, além dos investimentos na produção, oportuniza uma substancial melhora nas condições de vida. Entre as fontes de renda extra destacam-se, principalmente, as aposentadorias. Dos entrevistados no Assentamento 12 de Julho, 10% são aposentados, no Assentamento Renascer são 15%. Outras fontes são as bolsas-escola, pensões e salários.

Em que pesem as dificuldades financeiras e as carências nos serviços sociais disponíveis, as condições socioeconômicas dos assentados indicam que eles estão num nível provavelmente muito melhor do que antes de terem conquistado a terra em que hoje vivem. Se as condições de vida estão distantes das ideais para uma família, as demandas e reivindicações por políticas públicas que atendam aos direitos individuais e coletivos dos assentados poderão alterar esse quadro, aumentando seu grau de satisfação e promovendo, inclusive, o desenvolvimento rural.

6.2 Políticas públicas: financiamentos e assistência técnica

Os assentados de Canguçu receberam os recursos iniciais de financiamento liberados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os projetos de financiamento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária³⁴ (PROCERA) que vigoraram até 1999. Em virtude da condição de assentados, os agricultores não podiam solicitar financiamento bancário e nem participar de projetos que financiavam os agricultores familiares não-assentados, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996.

Com a extinção do PROCERA em 1998, os recursos de financiamento para os agricultores assentados passaram a constituir a política do PRONAF³⁵, com a abertura de uma linha especial para atender aos beneficiários da Reforma Agrária. Nos assentamentos rurais de Canguçu, o repasse dos recursos oficiais de custeio, investimento e crédito moradia são realizados através da CREHNOR – Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Canguçu LTDA, formada pelos agricultores assentados da região integrantes do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

No assentamento 12 de Julho, cerca de 50% dos assentados declararam que tomaram financiamentos no último ano (2002), cujos recursos foram investidos na produção agrícola (45%), na pecuária leiteira (27,5%) e na melhoria da infraestrutura da propriedade (27,5%), como

³⁴ O PROCERA foi criado em 1985, pelo Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado e, assim, permitir a sua emancipação, ou seja, independência da tutela do Governo, com titulação definitiva. (REZENDE, 1999). O programa foi extinto em 1998.

³⁵ Além do custeio da produção agrícola, o crédito do PRONAF visa à estruturação da propriedade, como correção de solo, obtenção de implementos agrícolas, melhoria na pecuária leiteira, açudagem, apicultura, piscicultura e fruticultura, entre outros.

compras de máquinas e equipamentos e construção de açudes; 25% dos assentados também utilizaram recursos do Programa RS Rural³⁶, que financia pequenos projetos da agricultura familiar.

No assentamento Renascer, os assentados encontram-se mais dependentes dos financiamentos oficiais, 80% deles tomaram financiamento no ano anterior à realização da pesquisa de campo. Destes, 55% através do PRONAF, investindo os recursos na produção agrícola (72%) ou na melhoria da propriedade (28%). O montante das dívidas decorrentes da implantação do assentamento soma é de aproximadamente R\$ 15.000,00 reais, cujas parcelas começarão a ser pagas no ano de 2004.

A questão das dívidas dos assentamentos rurais e a falta de recursos para produzir gera um cenário de profunda incerteza quanto às perspectivas de futuro dos assentados. Há uma expectativa a cada início de ano agrícola a respeito da chegada de recursos para o custeio da produção, e em geral esses recursos ou demoram a chegar ou são insuficientes. Além disso, as sucessivas crises financeiras decorrentes da aplicação dos créditos recebidos acarretam conseqüências já vividas pelos assentados quando foram expropriados de suas terras. A esse respeito Wizniewsky sublinha:

Após acumular dívidas, em períodos anteriores, pela aplicação de modelos equivocados de produção, em que pagavam juros muito altos, é observável hoje como os camponeses assentados buscam alternativas diferentes de capitalização, fórmulas não dependentes dos bancos nem de projetos de financiamento, nos quais se paga um preço muito alto... (2001, p. 478)

Contudo, as dificuldades persistem, pois os agricultores familiares assentados são descapitalizados, produzem para autoconsumo

³⁶ O RS Rural financia projetos que priorizem a geração de renda e infra-estrutura familiar no Rio Grande do Sul. Os recursos são destinados aos agricultores familiares, assentados, comunidades indígenas e pescadores artesanais, através da formulação de carta de intenções com as demandas da comunidade.

e a produção de excedente não gera renda suficiente. Esse fato contraria as políticas oficiais de crédito, que são orientadas exclusivamente para a produção mercantil, em detrimento da produção de subsistência. Em grande medida, a política de financiamento continua atrelada a produtos ou à aquisição de máquinas e equipamentos, o que é inadequado às exigências da produção familiar, em virtude de seu reduzido grau de capitalização e de suas estratégias de reprodução baseadas em sistemas policultores. Buainain defende que

o desenho das políticas de financiamento deve contemplar as especificidades dos agricultores familiares, respeitando sua estratégia de produção e de redução de riscos através de sistemas não monocultores, e contribuindo para o fortalecimento destes sistemas e não para forçar uma modernização que nem sempre é verdadeira, sustentável e benéfica para os produtores e suas famílias. (1997, p. 67)

Uma política agrícola diferenciada, com instrumentos de financiamento, acesso aos mercados e à tecnologia, investimentos sociais e de organização dos produtores deve ser promovida pelos órgãos que prestam assistência técnica aos assentamentos do município, através da geração e da difusão de informações relevantes para a agricultura familiar.

O assentamento 12 de Julho, implantado em 1989, recebia assistência técnica através do Projeto Lumiar³⁷ e da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), mantido pela Igreja Luterana, com sede em São Lourenço do Sul, também foi responsável pela assistência técnica aos assentados. A

³⁷ Criado em 1997 pelo governo federal, tinha por objetivo promover a integração dos assentamentos de reforma agrária ao mercado, através de projetos que atendiam a demanda existente, a capacidade operacional e a disponibilidade de recursos financeiros. Foi extinto em junho de 2000.

presença dessas instituições e o papel que desempenharam na fase inicial de estruturação do programa de assentamento foi decisiva para sua implantação e desenvolvimento.

Até o ano 2002, a EMATER, através de seus técnicos, assumiu os serviços de assistência técnica aos assentados de Canguçu. Até aquela data a empresa vinha implementando políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar através de projetos geradores de renda e trabalho para as famílias assentadas como era o caso da pecuária leiteira, horticultura, fruticultura, piscicultura e agricultura ecológica, entre outros. A partir de 2002, a atuação da EMATER nos assentamentos de Canguçu perdeu importância pois a empresa retomou os objetivos que possuía antes de 1999, quais sejam: os de promotora da modernização agrícola aos médios e grandes produtores rurais através da transferência de tecnologia. Com nova orientação política, a EMATER passou a dividir com outros órgãos a assistência técnica aos assentamentos rurais de Canguçu.

Atualmente a assistência técnica aos agricultores dos assentamentos 12 de Julho e Renascer é prestada pela COOPTEC – Cooperativa de Assistência Técnica, mantida pelo MST. Como a mudança foi feita recentemente, muitos dos agricultores assentados não estavam cientes do fato, pois ainda não foram contatados pelo órgão. A expectativa dos assentados está direcionada a uma assistência técnica que valorize os saberes locais a fim de implementar, diversificar e desenvolver atividades que, utilizando os recursos disponíveis, gerem alimentos, produção e renda, promovendo o emprego da força de trabalho, a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, a manutenção das famílias assentadas no campo.

6.3 Relações externas: o associativismo e o mercado

Para alcançar seus objetivos, os agricultores têm-se organizado em cooperativas e associações que visam promover e defender o pequeno agricultor familiar. O município de Canguçu tem-se caracterizado historicamente pela força do associativismo rural. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é um dos maiores da América Latina, reunindo em seus quadros 11.164 associados.

Apesar da importância histórica do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Canguçu, que no passado era um forte instrumento de pressão e muito lutou pela implantação dos benefícios da previdência social no campo, sobretudo pela aposentadoria do trabalhador e da trabalhadora rural, sua atuação no seio dos assentados limita-se quase exclusivamente à assistência médico-odontológica e ao fornecimento de sementes através do sistema de trocas. Mesmo assim, 70% dos assentados do 12 de Julho e 45% do Renascer são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, utilizando-se dos serviços por ele prestados. Segundo a opinião de alguns assentados, o sindicato não luta mais pelo associado; embora congregando um número expressivo de agricultores, está muito ligado a concepções antigas de paternalismo e assistencialismo.

Tal não é o caso do MST, na visão dos assentados. A integração a um movimento social continua sendo fundamental para a consolidação e ampliação dos direitos conquistados, segundo a grande maioria dos entrevistados. Para 95% dos assentados ouvidos na pesquisa de campo, a participação no movimento constitui uma obrigação, variando apenas as formas de atuação. Para muitos deles, participar de reuniões dos grupos internos aos assentamentos já é suficiente; entretanto, cerca da metade dos assentados declararam exercer uma participação mais

ativa no movimento, tomando parte em suas ações, defesas e lutas, a maioria das quais externas ao assentamento. Muitos assentados participam de marchas, ocupações e protestos no município ou mesmo na região; alguns deles, inclusive, constituem lideranças locais e regionais, com atuação em diversos setores do movimento.

Outra forma de participação ativa dos assentados é através de associações comunitárias. Os membros dessas associações, embora em número reduzido, foram unânimes em afirmar sua importância na organização comunitária, unindo esforços para a concretização de demandas comuns. Em ambos os assentamentos investigados, 15% dos entrevistados declararam pertencer a algum tipo de associação comunitária, mas acredita-se que esse número seja bem maior, pois muitas associações para compra e manutenção de máquinas e equipamentos para a lavoura e grupos de produção coletiva não são encarados como tais. Entre as associações comunitárias mais lembradas estão a UNAIC³⁸ – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – da qual faz parte a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Renascer. É através dessa associação que muitos assentados compram insumos para a produção, sobretudo sementes.

Embora não existam cooperativas formadas no interior dos assentamentos de Canguçu, o cooperativismo é uma prática que está muito presente entre os assentados. No assentamento 12 de Julho, 85% dos agricultores são cooperativados, enquanto no assentamento Renascer esse número cai para 30%. Essa grande diferença deve-se ao fato de que são ainda poucos os agricultores que possuem uma produção agrícola estruturada, em função de seu pouco tempo de assentamento.

As cooperativas mais atuantes são a COOPAL – Cooperativa dos Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul, a

³⁸ A entidade reúne mais de uma dezena de associações comunitárias de pequenos agricultores com o objetivo de desenvolver programas conjuntos de produção, comercialização e assistência técnica às famílias beneficiadas.

CREHNOR – Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Canguçu Ltda, a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares³⁹ e a Cooperativa dos Assentados da Zona Sul – COPERSUL, com sede no assentamento Floresta, no município de Piratini. As principais vantagens de pertencer aos quadros de uma associação ou cooperativa são os projetos comuns de produção, as facilidades de acesso aos insumos, a comercialização da produção e a organização e defesa do pequeno agricultor. A união dos agricultores familiares assentados tem sido uma das formas de conseguir a cooperação para o desenvolvimento coletivo. Prática incipiente, que tende a crescer nos assentamentos rurais de Canguçu.

Um dos setores em que o papel das cooperativas pode ser ampliado é o da comercialização da produção. No assentamento 12 de Julho toda a produção é comercializada no próprio assentamento e, à exceção do leite que é vendido à COOPAL e do fumo à Dimon, os principais compradores são intermediários, conhecidos também como atravessadores, que compram a produção dos assentados e revendem no comércio da sede do município. Além da COOPAL, duas outras cooperativas comercializam o excedente da produção de subsistência, sobretudo o feijão: a UNAIC e a Sul-Ecológica; esta última compra também milho crioulo para a produção de sementes.

No assentamento Renascer a situação é semelhante, quase a totalidade (70%) da produção é comercializada com intermediários. Uma pequena parte, sobretudo de milho e feijão, é comercializada diretamente com varejistas que atuam nas proximidades do assentamento ou com vizinhos, em geral pecuaristas que compram o gado de corte a ser descartado do rebanho. Apenas 5% dos entrevistados declararam comercializar sua produção através de cooperativas.

³⁹ Cooperativa que reúne pequenos agricultores familiares que se dedicam a agroecologia, com sede no município de Pelotas.

Afim de sanar esses problemas, torna-se necessário promover nos assentamentos rurais uma política de comercialização que possibilite o acesso dos produtores aos mercados locais de produtos e insumos, articulando-os entre si a fim de reverter as desvantagens geradas pelo pequeno volume de produção comercializada individualmente.

Das poucas alternativas de comercialização da produção gerada nos assentamentos rurais decorre uma série de problemas de difícil solução, entre as quais a pequena margem de negociação do produtor, muitas vezes obrigado a vender sua produção a preços baixos por falta de comprador. Por esse motivo, na maioria das vezes os agricultores se sujeitam às exigências dos compradores, como a venda sem nota fiscal e os excessivos descontos de umidade e impureza dos produtos, que reduzem as margens de lucro.

A sujeição às imposições dos compradores é ainda mais evidente na comercialização do fumo. Como só há uma empresa que financia a produção e a assistência técnica, ela é quem fixa o preço, classifica o produto e define o grau de pureza e umidade do fumo produzido.

Outra dificuldade enfrentada na comercialização dos produtos refere-se à distância do mercado consumidor. É praticamente inviável aos agricultores familiares, individualmente, vender os alimentos produzidos diretamente aos consumidores, em feiras do produtor, por exemplo, pois o mercado urbano dista aproximadamente 70 km do assentamento. Somam-se a isso: as condições das estradas, o alto custo do frete e a falta de transporte próprio. A união dos assentados em cooperativas de comercialização ou mesmo a intensificação das cooperativas de pequenos agricultores nos assentamentos contribuiria para reverter esse quadro. A falta de políticas públicas para a comercialização da produção encontra-se no bojo de uma série de demandas comuns aos assentamentos rurais da região.

6.4 As demandas públicas que persistem

Todos os assentados ouvidos na pesquisa de campo estão satisfeitos por terem lutado pela terra e todos eles expressaram o desejo de nela permanecer, com suas famílias, produzindo suas vidas. Apesar do contentamento com o trabalho desenvolvido em seus estabelecimentos e com a melhoria das condições de vida que obtiveram, os assentados são unânimes em afirmar que poderiam estar em melhores condições se fossem atendidas, pelo menos em parte, algumas demandas para a solução dos problemas comuns que os afetam.

Entre os problemas mais freqüentes estão a falta ou insuficiência de crédito ou financiamento para o desenvolvimento das atividades produtivas. A falta de recursos financeiros impede os assentados de fazerem investimentos para aumentar a produção agrícola e/ou diversificar as atividades e melhorar a infra-estrutura das propriedades, como construção de armazéns e compra de veículos para escoar a produção. Cabe salientar que tais investimentos deveriam ser destinados ao assentamento como um todo, evitando-se o endividamento individual, pois os assentados, como adverte Wizniewsky:

... tienen en su pasado una historia de fracaso relacionado con la utilización de créditos y financiaciones bancarias para mantener el proceso de modernización de las anteriores explotaciones, hecho que, en gran medida, fue responsable de la pérdida de la tierra. (...), hay una incoherencia relacionada con el hecho de que las financioaciones fueron una de las responsables por las deudas que provocaron la pérdida de las tierras de millones de campesinos brasileños, y que aún así, se nota en algunos asentados el deseo de acceder a nuevas financiaciones; o sea, que reaparecen los mismos errores del pasado, responsables de que cada vez aumentase más el número de los *sin tierras*. (2001:511)

Mais do que crédito agrícola, os assentados necessitam de políticas públicas, entre as quais políticas agrárias que atuem favoravelmente sobre a produção, o mercado, a comercialização e os preços dos produtos.

A falta de assistência técnica é outro fator que limita o desenvolvimento dos assentamentos rurais investigados. Como a grande maioria das famílias assentadas provém de regiões com características ecológicas e culturais muito diferentes das encontradas em Canguçu, os assentados necessitam de assistência técnica direcionada ao melhor aproveitamento dos recursos naturais locais, a fim de promover o aumento dos níveis de produtividade, além de programas capazes de desenvolver a pluriatividade e a geração de renda, o que contribuiria significativamente para a promoção do assentamento e a melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias.

Outras preocupações recaem sobre questões estruturais, entre as quais se destacam os transportes. A grande distância dos assentamentos em relação ao centro urbano gera muitos problemas que exigem solução imediata. A despesa com transporte coletivo compromete a renda familiar e dificulta o acesso aos serviços de saúde e educação. Tal fato, somado às condições das estradas, acaba por dificultar a comercialização da produção dos assentamentos, aumentando os custos e diminuindo as margens de lucro dos produtos. Para solucionar esse problema algumas medidas são necessárias, com destaque para: manutenção e melhoria das estradas municipais de acesso aos assentamentos; mais investimentos em transporte público para aumentar a oferta e baratear os custos; e implantação de políticas de descentralização dos serviços públicos para diminuir a dependência dos centros urbanos.

Outra questão estrutural refere-se à energia elétrica. A ausência de energia elétrica no assentamento Renascer impede as

famílias de desenvolverem plenamente suas potencialidades de trabalho e produção. A implantação imediata da rede de energia elétrica é fundamental para o vir-a-ser das atividades agrícolas e não-agrícolas e para o próprio conforto dos assentados.

Os demais problemas encontrados nos assentamentos poderiam ser resolvidos a partir da organização interna dos assentamentos, com a participação conjunta das famílias em redes de solidariedade capazes de promover o auxílio às famílias mais necessitadas, sobretudo àquelas que vivenciam o drama da doença (inclusive alcoolismo), para que esses problemas não sejam responsáveis pela exclusão social (mais uma vez) dessas famílias. Apesar da promoção de atividades de lazer nos assentamentos, sobretudo nas escolas, a participação das comunidades ainda é pequena. O coletivo dos assentados também poderia estimular a participação e promover atividades de integração e confraternização entre as famílias, fundamentais para a satisfação pessoal e comunitária de homens e mulheres assentadas.

6.5 A vida no assentamento e o projeto futuro

A terra, duramente conquistada através da luta coletiva dos Sem Terras em seu movimento social, tem como significação a vida. Para o agricultor assentado, a terra significa tudo de que ele dispõe: natureza, trabalho e abundância. Através dela, apesar das dificuldades, os filhos podem estudar e garante-se o sustento da família. Nas palavras de um agricultor assentado, ela

... significa muito, esta terra significa a vida, todo o esforço que se fez. Quem não tem gostaria de ter e muitos que conseguiram não buscaram alternativas para se manter, para ficar na terra. (Sr. E)

A terra nunca é vista como um patrimônio individual, ela é ressignificada como um bem coletivo, fruto de uma vitória de todos os envolvidos. Embora explorados de forma individual, os assentamentos são construções coletivas que envolvem não só a família, mas também os antepassados, a comunidade e as gerações futuras.

O assentamento é um sonho realizado, inclusive dos antepassados, que trabalharam na terra mas nunca foram proprietários. Os filhos, membros de famílias numerosas, foram excluídos da terra e seu retorno significa uma vitória em vista das dificuldades enfrentadas. Um assentado relembra que

a terra foi uma conquista, muitos companheiros perderam a vida. A terra é a vida. Ela é geradora de vida e por isso precisa ser preservada para as gerações futuras, preservar a vida e o meio ambiente ... (Sr. J.)

O assentado sempre manifesta a preocupação com o futuro dos filhos, por isso a terra é uma garantia para os filhos, uma segurança com relação a trabalho e moradia.

A terra também é sempre associada a liberdade. Com ela o agricultor adquire a autonomia que não tinha quando era empregado, parceiro ou meeiro e era obrigado a plantar o que mandava o proprietário. Hoje o agricultor tem a liberdade, autonomia e independência para, em conjunto com sua família, plantar e colher os frutos de seu trabalho.

Repleta de significações, a terra deixa de ser apenas um espaço de produção e torna-se um lugar onde a família manifesta seus sentimentos de pertencimento, onde mora, vive e trabalha. Por isso a terra é associada a sentimentos como amor e esperança.

A vida no assentamento, por sua vez, apresenta aspectos positivos e negativos. Entre as vantagens de viver em assentamento rural destaca-se a vida comunitária. O assentamento permite maior integração, cooperação, parceria, participação, união, vivência e convivência entre as famílias. Há amizade entre os vizinhos, todos são muito unidos pois passaram por experiências comuns, a trajetória para conquistar a terra foi semelhante, razão pela qual vivem mais em comunidade, discutem os problemas em reuniões coletivas, planejam conjuntamente as atividades e unem-se para enfrentar os problemas. O assentamento é também espaço pedagógico, pois a convivência com pessoas diferentes, de regiões de origens diversas e com várias experiências de vida permite a aprendizagem coletiva, *as pessoas vão se construindo, vão se resgatando em cima da terra...* No assentamento as crianças também aprendem a conviver. *Os filhos aprendem muita coisa, descobrem os direitos das pessoas e o que podem conquistar.*

A vida no meio rural também é fator positivo. Destaca-se a tranquilidade, possibilitando trabalhar com os animais e com a lavoura. Na cidade a vida familiar é mais difícil, há violência e não há emprego para todos. Uma das preocupações mais freqüentes dos assentados é com a educação dos filhos. De acordo com a opinião da maioria dos pais, no assentamento seus filhos estão mais protegidos pois se vivessem na periferia das cidades estariam mais expostos a problemas, como drogas e violência, por exemplo, apesar de os assentamentos não estarem imunes a essas questões.

Assim, o assentamento é espaço onde o agricultor e sua família plantam e criam para se alimentar e para vender, mas também constitui um lugar onde o assentado(a) produz a sua vida, relaciona-se, trabalha, educa a si e a seus filhos, diverte-se e luta por melhores dias.

O assentamento rural é também um lugar de contradições. Criado para resolver a questão do acesso à terra para os expropriados,

gera também a exclusão daqueles que não conseguem produzir como a maioria ou que enfrentam problemas de saúde não aceitos socialmente como doenças, como é o caso do alcoolismo, responsável por expulsão de assentados.

Como fatores negativos à vida no assentamento, destacam-se todos os problemas estruturais já mencionados, como dificuldades de transporte, estradas ruins, falta de energia elétrica e assistência médica precária, entre outras. Mas há também outras questões difíceis de resolver, como a distância dos familiares. Muitos assentados em Canguçu vieram de regiões distantes, deixando parentes e amigos em seus locais de origem. A distância e a falta de recursos impedem visitas periódicas, o que provoca tristeza e saudade daqueles que ficaram.

Outro problema de difícil solução, pelo menos em curto prazo, refere-se ao preconceito das pessoas e das autoridades em relação aos assentados. Muito do sentimento inicial de aversão manifestado por vizinhos dos assentamentos nos primeiros tempos foram superados com a convivência; entretanto, segundo relato de um agricultor, *pode passar o tempo que for, mas o tratamento ao assentado é sempre diferente.* (Sr. V.)

A vida em assentamento rural também é feita de divergências, apesar do aparente clima de consenso reinante. Alguns assentados, por outro lado, afirmam que há perseguição e manipulação da vontade por parte das lideranças dos grupos e dos assentamentos, segundo os quais são muitas vezes impostas, induzindo as pessoas a escolherem de acordo com o desejo da direção. O que há, portanto, é uma falsa democracia na escolha dos dirigentes e na deliberação das questões internas e externas ao assentamento. Ferrante alerta que *as dissensões e divisões internas existentes nos assentamentos provam que o anseio pela terra, compartilhado pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesmo, um espaço de iguais* (1994: p. 140).

Como se pode notar, a vivência nos assentamentos rurais de Canguçu, apesar dos problemas encontrados, oportuniza aos agricultores e suas famílias trabalho e vida digna, em condições muito melhores do que as encontradas antes de serem assentados. A vida no assentamento é um desafio constante e tem por síntese *conservar a cultura de cada um, conseguir mudar cada um e criar uma cultura própria ...*

A mudança de vida é sentida pelo próprio assentado. Essas transformações ocorrem em vários níveis, tanto nas condições materiais de sobrevivência, quanto em questões mais subjetivas, como a participação e a liberdade.

Primeiro houve uma mudança nas concepções de espaço/tempo: foram deixadas para trás a região de origem, a terra dos pais, para morar e trabalhar num lugar muito distante, com diferenças ambientais que condicionam outro ritmo para os trabalhos agrícolas, os tipos de cultivo e a organização da produção. Deixou-se um lugar onde a tecnologia moderna ditava o trabalho nos sistemas agrícolas em troca da ocupação de um espaço onde a sustentabilidade ambiental é alcançada com o trabalho dos animais de tração. O preço foi extremamente elevado mas compensa quando é levada em consideração a autonomia adquirida. Os assentados são unânimes em destacar as vantagens de viver e produzir em terra própria, com liberdade para decidir, com lavouras e criação que antes não possuíam, sem ter de repartir com o patrão ou com o dono da terra os frutos do seu trabalho. A grande maioria dos assentados antes não tinha nada, nem renda, nem trabalho. Hoje, apesar das dificuldades, eles são donos da terra, possuem casa, trabalho, instrumentos, animais, plantações...

As famílias assentadas também se referem às mudanças culturais pelas quais passaram. A dinâmica de um assentamento rural possibilita o convívio e o estreitamento das relações de vizinhança, a discussão e o debate entre os moradores oportunizando a aprendizagem

a todos os envolvidos; aprende-se a ouvir as opiniões divergentes, a respeitar as pessoas. Vive-se mais em comunidade, em organização. Há maior abertura para perceber e debater questões que antes não interessavam, como política e direitos, por exemplo. Isso gerou um processo de mudança de mentalidade com relação a sua própria condição.

Muitos dos atuais assentados foram instados a abandonar os próprios preconceitos contra os Sem Terra, freqüentemente vistos como vagabundos e desocupados, pois a necessidade obrigou-os a também entrarem na luta pela conquista da terra. Um deles destaca:

Antes tinha vergonha do MST, hoje o movimento me construiu como liderança, hoje tenho orgulho de tirar o sustento da terra. Mudei muito o comportamento, tive que me disciplinar, a organização do movimento me construiu como pessoa, parei de beber e de fumar, por exemplo. Tenho uma consciência crítica sobre as coisas, sobre o modelo de agricultura, sobre o consumismo... (Sr. J.)

A vida no assentamento também transformou as relações familiares. Quando eram empregados, principalmente os que eram operários da indústria, os assentados viviam sob a escravidão do horário. As atividades no assentamento possibilitam maior convívio com a família, estão mais unidos, pois também trabalham todos juntos. No lote, na terra conquistada, a vida se produz em família.

Sr. N., uma das lideranças do assentamento 12 de Julho, declara que a principal mudança foi a superação *das dificuldades da vida anterior, cuja mentalidade atribuía tudo à vontade divina, a luta pela terra transformou a vida...*

Os projetos para o futuro revelam o desejo dos assentados de prosseguir transformando suas vidas, ampliando ou desenvolvendo novas atividades que possibilitem ampliar a geração de renda. Pode-se

destacar, entre os projetos que poderiam contribuir nesse sentido, o aumento da produção de leite, através do melhoramento genético do rebanho e em tecnologia, como ordenhadeiras mecânicas e resfriadores para oportunizar e aumentar a geração de uma renda fixa no estabelecimento, que ofereça à família maior segurança financeira. Esse também é o projeto de muitos assentados ouvidos no Renascer, que tencionam desenvolver e ampliar tal atividade após a implantação da rede de energia elétrica.

O reflorestamento, o cultivo da cana-de-açúcar, a piscicultura, a rizipiscicultura e a avicultura são atividades que os assentados pretendem desenvolver ou ampliar, de forma que a diversificação das atividades promova maior segurança aos agricultores e maiores opções com relação a o quê, quanto e onde produzir. Com a diversificação produtiva aumentam as oportunidades de comercialização e a geração de maiores rendimentos.

Há outros projetos no âmbito da família ou da propriedade, e não menos importantes, como oferecer melhores oportunidades de estudo para os filhos; reformar ou ampliar a casa; construir benfeitorias, como galpões e pocilgas; adquirir máquinas e implementos agrícolas e mudar técnicas de cultivo utilizando adubos orgânicos e o plantio direto.

Alguns assentados pretendem desenvolver atividades contraditórias a um projeto de assentamento rural que poderão aumentar os riscos de uma nova expropriação da terra. Aproximadamente 30% dos agricultores familiares do assentamento 12 de Julho declararam que têm a intenção de plantar soja pelo seu alto valor de mercado, exercendo por isso forte atração sobre os assentados, que por sua vez produzem bens de baixo valor quando comercializados, como é o caso do milho e do leite. Por esse mesmo motivo, cerca de 15% dos assentados revelaram que gostariam de aumentar o rebanho de gado de corte, diminuindo os cultivos e o rebanho leiteiro.

O caráter contraditório desses projetos reside no fato de contrariar muitos dos princípios da agricultura familiar, pois são atividades que dependem de altos custos de produção, grandes extensões de terras, alta tecnologia e baixa utilização de mão-de-obra. Além disso, cumpre notar que foi a soja, antes já produzida pelos assentados em suas regiões de origem, uma das grandes responsáveis pela expropriação da terra, fenômeno ainda recorrente em muitas regiões de agricultura modernizada, como visto anteriormente. A substituição de uma agropecuária diversificada, de baixo custo e intensiva em força de trabalho, em detrimento da monocultura, capital intensivo, expõe o pequeno agricultor assentado ao risco de ser novamente excluído da terra.

Outra contradição está na intenção de muitos assentados de investir na produção do fumo, predominante no assentamento Renascer, em que 25% dos assentados entrevistados manifestaram os planos de se inserir na fumicultura, que vem se tornando uma atividade atraente por seu alto rendimento e pelo financiamento e assistência prestados pela indústria fumageira. O que não é levado em conta é a situação de dependência e subordinação do agricultor em relação à empresa gerada por essa atividade, contrariando a autonomia tão valorizada pelo agricultor familiar e ao espírito da Reforma Agrária e do próprio Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, que desaconselha essa prática.

Aparte essas contradições nos planos futuros de alguns integrantes dos assentamentos rurais analisados, convém salientar que todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que pretendem continuar no lote que receberam, pois apesar das adversidades enfrentadas para produzir e viver no assentamento, a situação em que se encontram ainda é melhor do que a anterior ao assentamento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o debate em torno da questão agrária brasileira e do papel que o Estado tem assumido na condução do processo de transformação em curso no campo permaneça objeto de reflexão, alguns pontos merecem destaque.

A estrutura fundiária brasileira permanece altamente concentrada, em que pesem as transformações econômico-sociais resultantes da modernização conservadora e dos programas de assentamento. Mesmo assim, grande parte da área agrícola foi apropriada por reduzido número de proprietários, na maioria das vezes especuladores que pouco ou nada produzem. Em contrapartida, são precárias as condições de vida da população rural, e particularmente dos milhares de pequenos produtores familiares. Tal segmento enfrenta dificuldade para permanecer no mercado cada vez mais competitivo e, por isso, a exclusão social tende a continuar.

Embora aumente o número dos assentamentos, ainda é inexpressivo quando se confrontam as metas oficiais com o quadro de excluídos do campo, que engrossam continuamente as fileiras dos movimentos sociais. A política agrária brasileira esteve voltada, basicamente, para o desenvolvimento do capitalismo no campo, privilegiando as culturas de exportação e de agroindustrialização a fim de atender as demandas dos grandes mercados, nacional e internacional. Nesse sentido, os médios e grandes empresários do Centro-Sul do País foram os maiores beneficiários da política agrícola, especialmente do crédito subsidiado.

Mesmo contando com expressiva gama de instrumentos legais e operacionais, não houve, por parte do Estado e da sociedade brasileira, interesse efetivo em implantar um projeto de reforma agrária que alterasse a concentração da terra e as desigualdades sociais.

O agricultor familiar subordinou-se aos mecanismos estruturais do mercado e perdeu sua autonomia. A categoria está cada vez mais depauperada, restando-lhe vender sua força de trabalho nas grandes propriedades ou buscar novas estratégias para assegurar a reprodução familiar.

O quadro atual de desigualdade socioeconômica no campo tem conduzido ao acirramento dos conflitos sociais e, conseqüentemente, ao recrudescimento da violência, com freqüentes casos de agressão e morte, além das injustiças, nem sempre visíveis, mas presentes no espaço rural brasileiro, como o trabalho escravo, a servidão por dívidas e o trabalho infantil. É necessária uma efetiva intervenção do Estado para ampliar o acesso a terra e apoiar novas formas de produção (agrícolas e não-agrícolas).

Nesse quadro de crise no espaço rural, os assentamentos constituem uma experiência de êxito, apesar das dificuldades e da falta de apoio oficial. A vivência comunitária tem permitido, a muitos agricultores familiares, dignas condições de produção e de vida, contornando os obstáculos e desenvolvendo atividades alternativas. Isto poderá não apenas reduzir o quadro de violência no campo, mas também ampliar os direitos de cidadania.

Os assentamentos implantados no município de Canguçu vêm dinamizando a economia local e regional. A agricultura familiar tem gerado uma diversificação de atividades produtivas, agrícolas e não-agrícolas, promovendo a geração de renda e a melhoria das condições de vida, sobretudo da população rural assentada.

Os assentamentos rurais têm-se constituído em laboratório de experiências sociais. Em que pese a diversidade de formas de

organização, os assentamentos reproduzem os mesmos sistemas de produção que a agricultura familiar não-assentada. Tais sistemas apóiam-se em atividades tradicionais para a subsistência familiar e atividades modernas para suprimento do mercado.

A luta dos assentados não se esgota com a conquista da terra: continua, buscando promover o desenvolvimento da agricultura e da região onde estão inseridos. Os assentamentos rurais estão valorizando o espaço rural, promovendo o desenvolvimento local e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida do conjunto da população.

A concentração da terra, os estabelecimentos improdutivos, os conflitos e a violência são problemas estruturais no campo. Tais fatores expressam que a questão agrária no Brasil ainda não foi resolvida, apesar da pressão de diferentes grupos sociais.

Muito embora os assentamentos rurais ainda sejam em número reduzido, as experiências bem sucedidas têm contribuído para ampliar a discussão sobre o destino dos trabalhadores rurais sem terra que ainda lutam pelo direito de produzir suas vidas. Somam-se a isso as possibilidades que se abrem para o desenvolvimento rural. E apesar das dificuldades, os assentamentos têm-se constituído num meio de reconversão social para muitos agricultores familiares.

Os assentados de Canguçu desenvolvem a agricultura familiar, em lotes individuais em que se destacam a pecuária leiteira, as lavouras de milho e feijão e produtos de subsistência. A introdução de lavouras comerciais, como a fumicultura, tem gerado problemas de subordinação semelhantes aos dos agricultores familiares não-assentados. O assentamento rural possibilitou aos agricultores familiares que nele vivem um espaço de produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização, gerando trabalho e renda. As atividades desenvolvidas têm possibilitado condições de moradia e de vida digna, o que não significa que todas as carências venham sendo supridas; pelo contrário, o quadro de pobreza ainda persiste, e muitas necessidades ainda não

foram atendidas, sobretudo as relacionadas a saúde, transporte e educação, que merecem investimentos do setor público. Mesmo assim, os assentamentos constituem lugares sociais onde as famílias criam seus filhos e relacionam-se entre si, mantendo laços de amizade e vizinhança, buscam alternativas para os problemas comuns que os afetam e, sobretudo, compartilham sonhos e projetos para a continuidade da luta pela terra.

Todos os dias têm a sua história, um só minuto levaria anos a contar, o mínimo gesto, o descasque miudinho duma palavra, duma sílaba, dum som, para já não falar dos pensamentos, que é coisa de muito estofo, pensar no que se pensa, ou pensou, ou está pensando, e que pensamento é esse que pensa o outro pensamento, não acabaríamos nunca mais.

José Saramago

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, ANPOCS e UNICAMP, 1992. (Estudos Rurais, 12).

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*. 4(2): 1-20, abril/junho 2000.

ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? *Revista Terra Livre*. Geografia, Política e Cidadania. São Paulo, n. 15, 2000. p. 87 - 112.

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

AMSTALDEN, L. F. F. *Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira*. São Paulo: IFC/UNICAMP, 1991.

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D. & BANDEIRA, P. S. *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Causa e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.

BAVARESCO, P. A. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. In: Tedesco, J. C. (org.) *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BECKER, B. A Geografia e o resgate da Geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*. Nº especial (50, t. 2): 99 – 126, 1988.

BERGAMASCO, S. M. P. P. & CARMO, M. S. do. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. *Reforma Agrária*. 01 (21): 60 – 68, 1991.

BERGAMASCO, S. M. P. P. Ontem e hoje: a difícil realidade dos assentamentos rurais. *Reforma Agrária*. 03 (22): 36 – 45, 1992.

BERGAMASCO, S. M. P. P. & NORDER, L. A. C. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BESCOW, P. R. *O arrendamento capitalista na agricultura: Evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BITTENCOURT, G. A. et al. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. *Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO*. Brasília: INCRA, 1999.

BROSE, M. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BRUM, A. *RS: Crise e perspectivas*. Ijuí-RS: Ed. da UNIJUÍ, 1988.

BRUNO, R. & MEDEIROS, L. Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais. *Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO*. Brasília: INCRA, s/d.

BUAINAIN, A. M. *Trajetória Recente da política agrícola Brasileira*. Projeto UTF/FAO/036/BRA. Campinas: Unicamp, 1997.

CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: Incorporando a noção de desenvolvimento local. In: *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. V. 4, 2000. p. 61 – 91.

CARDOSO, E. E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. *Reforma Agrária*. 3 (24): 140-153, 1994.

CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D. & BRANDENBURG, A. (org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos & COSTA, Lúcio Flávio de Carvalho (orgs.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, 1999^a.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José &

BRUNO, Regina. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999^b.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

ESTERCI, N. et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. *Reforma Agrária*. 03 (22): 4 – 15, 1992.

DUFUMIER, M. e COUTO, V. de A. Neoprodutivismo. *Caderno CRH*. Nº 1, Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBA, p. 81-112, 1998.

FERNANDES, B. M. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. *Boletim de Geografia Teórica*. 22 (43-44): 34 – 39, 1992.

FERNANDES, B. M. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*. Presidente Prudente: UNESP, 1998.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: As políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, L. et al. (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UDUNESP, 1994.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *25 Anos de economia gaúcha: a agricultura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1978.

GALVÃO, M. do C. As múltiplas facetas do espaço agrário contemporâneo no Brasil. In: *Anais do 1º Encontro: o ensino da geografia de 1º e 2º graus frente às transformações globais*, p101-116. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GALVÃO, M. do C. Espaços de gestão diversificada. *Anais do X ENGA*. Teresópolis – RJ: UFRJ, 1990. p. 82 – 101.

GÖRGEN, F. S. A. *O massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.

GOMES DA SILVA, J. *A Reforma Agrária na virada do milênio*. Campinas: ABRA, 1996.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

GRADE, M. *MST: Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista*. Florianópolis: UFSC, 1999. (Dissertação de Mestrado)

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. A evolução da agricultura familiar e do Agobusiness nos anos 90. Campinas: UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>. Acesso em: 11 mar. 2003.

GUANZIROLI, C. E. Reforma agrária e liberalização da economia. *Reforma Agrária*. 01 (21): 23 – 39, 1991.

GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964 - 1994. *Reforma Agrária*. 01(25): 65 - 92, 1995.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

IOKOI, Z. M. G. As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do movimento dos sem terra. *Boletim de Geografia Teorética*. 22 (43 – 44): 44 – 54, 1992.

KLEBA, J. B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. *Reforma Agrária*. 3(24): 132-139, 1994.

KLIEMANN, L. H. S. *RS: Terra e poder: História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura Familiar*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar II: Do mito à realidade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LANDO, A. M. & BARROS, E. C. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: Uma interpretação sociológica*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

LEITE, S. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: Aspectos políticos, econômicos e sociais. *Seminário sobre reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Fortaleza, 1998.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. *Planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990.

MARTINE, G. & GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

MEDEIROS, L. S.; SOUZA, I. C. & ALENTEJANO, P. R. R. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. *Proposta*: 01 (77): 54 – 63, 1998.

MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. (Org.) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS / CPDA, 1999.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2001.

MÜLLER, C. A. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: Desenvolvimento e contradições na agricultura. *Boletim de Geografia Teórica*. 25 (49-50): 15 - 58, 1995.

PAULILO, M. I. S. *Terra à vista... e ao longe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PESAVENTO, S. J. *República velha gaúcha*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PIRAN, N. *Perspectivas do camponês no Alto Uruguai*. Rio Claro, 1995. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. *Novo retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

PROJETO RS 2010. *Desequilíbrios Regionais*. Porto Alegre: SCP, 1998.

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2001.

RUCKERT, A. A. *A trajetória da terra: Ocupação e colonização do centro norte do Rio Grande do Sul - 1827 - 1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUER, S. *Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural*. São Paulo: ABET, 1998.

SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO. *Seminário de desenvolvimento regional*. Porto Alegre: SEPLAN, 1999.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. de. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 15, 2000. p. 39 – 58.

STÉDILE, J. P. & GÖRGEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editorial Escrita & Página Aberta, 1993.

SZMRECSÁNYI, T. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: CONTEXTO, 1990.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Coord.). *Conflitos sociais agrários*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Rio de Janeiro: Documentos/CPDA, 1998.

TEDESCO, J. C. Pluriatividade: estratégias, alternativas ou o fim da agricultura familiar? *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 01, jan/abril. 1999. p. 175-202.

TEIXEIRA, M. A. & LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: Idéias para discussão. *Revista Geografia*, São Paulo, v. 14, 1997. p. 9 – 33.

THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe – (Re) divisão territorial do trabalho e redefinições de funções na agricultura (Evidências e perspectivas para o século XXI). In: MENEZES, A. V. C. De & PINTO, J. E. S. De S. (orgs.). *Geografia 2001*. Aracaju: NPGeo/UFS, 2000. p. 105 – 121.

TORRES, L. H. Paradigmas da história colonial do Rio Grande do Sul. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (org.). *Temas de história do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora da FURG, 1994.

TORRONTÉGUY, T. *Origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. & BRANDENBURG, A. (org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo, 1999. p. 21-56.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 87-145.

WIZNIEWSKY, C. R. F. Reforma agraria y asentamientos en Brasil: El caso de los asentamientos de reforma agraria en Capão do Leão, RS. 2001. 628f. (Tesis Doctoral) – Universidade de Córdoba, Córdoba – Espanha, 2001.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. & CARVALHO FILHO, J. J. Reforma agrária: o sentido econômico de uma política distributivista. *Reforma Agrária*. 02(23): 31 - 44, 1993.

ALANTEJANO, P. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. *Caderno Prudentino de Geografia*. 01 (18): 89 - 107, 1996.

ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. (Org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

ALVARENGA, O. M. *Agricultura brasileira: realidade & mitos*. São Paulo: Revan Editora, 1998.

AMIM, S. & VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANTONELLO, I. T. *A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato*. São Cristóvão-SE: NPGEU/UFS, 2001.

ANTÔNIO, A. P. *O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990*. FFLCH-USP, São Paulo, 1990.

BECKER, B.; MIRANDA, M. & MACHADO, L. O. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Ed. da UNB; Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1990.

BECKER, B. & MIRANDA, M. (orgs.). *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.

BERGAMASCO, S. M. P. & NORDER, L. A. C. A trajetória do Estatuto da Terra e o paradoxo agrário dos anos 90. *Reforma Agrária*. 01(25): 169 - 184, 1995.

BOGO, A. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRUMER, A. & ARISTIMUNHO, E. S. Terra e produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores modernizados face aos limites da escassez de terra. *Reforma Agrária*. 2-3 (25): 58 - 69. 1995.

CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARDOSO, E. E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. *Reforma Agrária*. 03(24): 140 - 153, 1994.

CHAVES, C. de A. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UFRJ, 2000.

COCEARGS. *Reforma agrária*. Porto Alegre: Coceargs, 1997.

COSTA, L. F. C. & SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

D'AQUINO, T. Reforma agrária e cidadania em tempos de globalização. In: SOUZA, A. J. et al. (org.). *Milton Santos: Cidadania e Globalização*. Bauru-SP: AGB, UNESP, Saraiva, 2000. p. 218 – 228.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Reforma Agrária*. 28 e 29 (1, 2 e 3). 1998/1999. P. 1 - 12.

FERNANDES, B. M. Que reforma agrária? *GEOUERJ – Revista do Departamento de Geografia*. 6 (1): 07 – 16, 1999.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. *Revista Terra Livre*. Geografia, Política e Cidadania. São Paulo, n. 15, 2000. p. 59 - 85.

FERRANTE, V. L. S. B. A proletarização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias) *Reforma Agrária*. 03(22): 16 - 23, 1992.

GOHN, M. da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. Os sem-terra e os desafios da participação popular no meio rural brasileiro ao final do milênio. *Caderno CRH*. Salvador: CRH/UFBA, 1998.p. 189 - 214.

GOHN, M. da G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

GORGEN, F. S. *Uma foice longe da terra: Repressão aos sem terra em Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 18).

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 1999.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/FASE, 1990.

GUANZIROLI, C. E. et al. (orgs.). *A agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IANNI, O. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IOKOI, Z. M. G. *Igreja e camponeses*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996.

KAUTSKI, K. *A questão agrária*. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KLEBA, J. B. *Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária*. *Reforma Agrária*. 03 (24): 132 - 139, 1994.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*. Vol. II, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. T. *Terra prometida: Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, E. S. A. *Organização da produção e resultados econômicos dos assentamentos de reforma agrária de Sergipe*. *Reforma Agrária*. 2-3 (25): 70 - 85. 1995.

MARTINS, J. de S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *Boletim de Geografia Teorética*. 10(19): 31-60, 1980.

MARTINS, J. de S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, J. de S. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARTINS, J. S. *Não há terra para plantar neste verão*. São Paulo: Vozes, 1986.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: A questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1991. (Ciências Sociais, 10)

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1991. 180 p.

MARTINS, J. S. *O Poder do Atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994. 176 p.

MARTINS, J. S. *Reforma agrária – O impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MEDEIROS, L. et al. (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UDUNESP, 1994.

MELIGA, L. & JANSON, M. C. *Encruzilhada Natalino*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MST. *Assassinatos no campo: Crime e impunidade 1964-1986*. São Paulo: Global, 1987.

MST. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S. & MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: Formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. (Org.) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS / CPDA, 1999. p. 19 - 68.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Reforma Agrária*. 2-3 (25): 21- 36. 1995.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. *A geografia das lutas no campo*. 3º ed., São Paulo: Contexto, 1990. (Repensando a Geografia).

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. CARLOS, A. F. A. (Org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. P. 63 - 110.

OLIVEIRA, A. U. MST: terra, sobrevivência e inclusão social. In: SOUZA, A. J. et al. (org.). *Milton Santos: Cidadania e Globalização*. Bauru-SP: AGB, UNESP, Saraiva, 2000. p. 211 - 217.

PESSOA, J. de M. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PINTO, L. C. G. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964 - 1994. *Reforma Agrária*. 01(25): 65 - 92, 1995.

PORTO, M. S. G. *Politizando a tecnologia no campo brasileiro: Dimensões e olhares*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, N. de F. *Caminhada e esperança da reforma agrária: A questão da terra na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. *Reforma Agrária*. 01(21): 04 - 22, 1991.

ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

RUA, João. A urbanização rural ou novas ruralidades? Uma contribuição geográfica para o debate. In: *Anais do XV Encontro nacional de geografia agrária*, v.1, Goiânia, 2000. p.418-421.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violência no campo: O dilaceramento da cidadania. *Reforma Agrária*. 01 (22): 04 - 11, 1992.

SANTOS, N. D. O espaço social nos assentamentos de trabalhadores rurais. *Boletim de Geografia Teorética*. 25(49-50): 783 - 792. 1995.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHMIDT, B. et al. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: UnB, 1998.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 1999.

STÉDILE, J. P. De que programa agrário precisamos? *Reforma Agrária*. 02(23): 17 - 30, 1993.

STÉDILE, J. P. (Org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1994.

STÉDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STROZAKE, J. J. (ORG.) *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Edit. Revista dos Tribunais, 2000.

TEDESCO, J. C. (Org.) *Agricultura familiar: Realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TUBALDINI, M. A. S. Gestão do território e alternativas para a produção agrícola familiar. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M. & EGLER, C. A. G. (orgs.) *Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

VEIGA, J. E. da. *O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

VENDRAMINI, C. R. *Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ, 2000.

WAGNER, C. *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PRODUTORES ASSENTADOS

ASSENTAMENTO:

LOCAL/DATA:

NÚMERO DO LOTE:

NOME DO ASSENTADO (BENEFICIÁRIO):

I- A LUTA E A CONQUISTA DA TERRA: HISTÓRICO

- 1- Comente a respeito da origem da família e a ocupação anterior:
- 2- Antes do assentamento eram: () proprietários () parceiros
() arrendatários () trabalhadores rurais assalariados () outra profissão,
qual? _____
- 3- Quais os motivos que levaram a entrar no movimento de ocupação da terra?
- 4- Comente sobre sua trajetória no movimento:
- 5- Comente a respeito do acampamento: (lembranças, tempo de espera, o que faziam, qual o significado do acampamento?)
- 6- Como era o lugar quando se instalaram no assentamento?
- 7- Como foram os primeiros tempos do assentamento
- 8- O que trouxe consigo para o assentamento?

II- AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO:

AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS:

- 9- Qual a área destinada a:
 - i. agricultura:
 - ii. Pecuária:
 - iii. Reserva Florestal:
 - iv. Várzea:

10-Principais cultivos:

Cultivos	Área Plantada	Quantidade Produzida	Finalidade
Arroz			
Trigo			
Soja			
Milho			
Fumo			
Mandioca			
Feijão			
Hortaliças			
Outros?			

11-Pecuária: animais criados

Rebanhos	Área	Produção	Finalidade	Instalações
Bovinos corte				
Bovinos de leite				
Suínos				
Ovinos				
Aves				
Abelhas				
Outros?				

Força de Trabalho e Nível Tecnológico:

12- Mão-de-obra total utilizada: _____ () titular () familiar
n.º: _____

13- Contrata assalariados:

a) () permanentes n.º _____, atividades desenvolvidas:

b) () temporários n.º: _____, atividades desenvolvidas:
período: _____

14- Função dos membros no trabalho agrícola diário da propriedade:

Função	Membros ¹	Idade
Plantar		
Colher		
Cuidar dos afazeres da casa		
Agrotóxicos		
Trato dos animais		

1- Obs: pai, mãe, filhos e empregados

15-Utiliza força de trabalho animal: () não () sim, tipo:
N.º de animais:

16- Infra-estrutura de trabalho:

Máquinas/Equipamentos	próprio	alugado	emprestado	coletivo
Trator				
Arado				
Semeadeira				
Plantadeira				
Colheitadeira				
Caminhão				
Camionete				
Ordenhadeira Mecânica				
Arado				
Outros implementos?				

Benfeitorias	Possui	Não possui	Condições
Depósito (paiol)			
Galinheiro			
Chiqueiro			
Estábulo			
Tanques psicultura			
Outros?			

17-Insumos químicos e nível tecnológico

		Sim	Não
Na agricultura: Técnicas	Irrigação		
	Rotação de cultivos		
	Curvas de nível		
	Plantio direto		
	Adubação verde		
	Outros?		
Na pecuária	Vacinação periódica		
	Inseminação artificial		
	Banha o gado		
	Ração		
	Silagem		

	Cuidados veterinários		
	Sal mineral		
Adubos e defensivos	Adubos químicos		
	Adubos orgânicos		
	Agrotóxicos		
	Calcário		
	Outros?		

II.2- AS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

18- Histórico da agroindústria:

19- Quem trabalha na agroindustrialização?

20- Destino da produção:

Produtos	Consumo	Comercialização
Queijos		
Salames e embutidos		
Pães e cucas		
Geléias/schmier		
Outros?		

21- Algum membro da família trabalha fora do assentamento? () sim
() não

Sector de atividade	sim	não	período	Onde/lugar
Agrícola				
Não-agrícola				
Doméstica				
Indústria				
Comercio				
Outra atividade (especificar)				

22- O trabalho fora é importante? () sim () não Porque?

III- RELAÇÕES EXTERNAS

23- Onde realizam a comercialização:

() no assentamento

() na sede do município

() outros locais: _____

24- Comercialização da produção (em ordem de importância)

- () intermediários
 () vizinhos
 () direto ao consumidor
 () atacadistas
 () varejistas
 () feira do produtor/agroecológica
 () cooperativa

25- Quais as maiores dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos?

- () preços baixos
 () frete muito caro
 () falta de transporte próprio
 () Estradas ruins
 () Outros: _____

26- Quais as soluções para esses problemas?

27- Fez financiamentos (no ano passado)? () sim () não

28- Qual a finalidade?

- () melhoria da propriedade
 () investimentos na prod. Agrícola
 () investimentos na pecuária
 () outro: _____

29- Associações:

	sim	não	vantagens
Sindicato			
Cooperativa			
Associação comunitária			

30- Recebe assistência técnica? () sim () não Orgão? _____

31- Faz parte do MST? () sim () não De que forma?

IV- PERFIL DA FAMÍLIA

32-Membros da família residentes no estabelecimento:

	Nome	Sexo	Grau de parentesco	Idade	Nível de escolaridade
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					

33- Os filhos (em idade escolar) estão estudando?

34- Com que frequência vão à escola?

35- Comente sobre o acesso à escola:

36- Condições de moradia:

a) Superfície da habitação: _____ m²

b) Número de cômodos:

c) Material de construção: () Madeira () Alvenaria () Mista () Outro:

d) Estado de conservação: () Bom () Regular () Precário

e) Instalações sanitárias:

f) Energia: () elétrica () bateria () gás () querosene () Outra:

g) Água potável: () poço () água encanada () fonte/cacimba () riacho

h) Destino dos dejetos: () fossa séptica () céu aberto

i) Eletrodomésticos: () TV () Refrigerador () Freezer () Som () Liquid/batedeira

() Antena Parabólica () Telefone celular () Vídeo/DVD () Máquina de lavar roupas () fogão a gás () motor elétrico () Outros:

37- Condições e acesso à saúde:

a) Onde a família recebe assistência médica?

- b) Com que freqüência a família vai ao médico/dentista?
c) Há casos de doença na família? () sim () não Qual ?

38-Quais as atividades de lazer da família: () futebol () bailes () festas () visitas () pescarias () outras:

39-Praticam alguma religião? () não () sim, qual?

40-Faz parte de algum partido político? () não () sim, qual?

41-A família possui alguma fonte de renda extra (como aposentadoria, pensões ou aluguéis)? () não () sim, qual?

42-Qual a renda média mensal da família:

- () menos de 1 salário mínimo
- () 1 salário mínimo
- () 1 a 2 salários mínimos
- () 3 a 4 salários mínimos
- () 5 a 6 salários mínimos
- () 7 a 8 salários mínimos
- () 9 a 10 salários mínimos
- () mais de 10 salários mínimos

V- LIMITES E POSSIBILIDADES

43-O que significa esta terra para sua família?

44- Está satisfeito por ter lutado pela terra? () sim () não Porque?

45-Comente sobre a vida no assentamento, aspectos positivos e negativos:

46-Quais as mudanças que o(a) senhor(a) destacaria em sua vida antes e depois do assentamento:

47-Quais são seus projetos para o futuro, para si e para os filhos?

48-É de sua vontade acrescentar algo mais sobre o que conversamos?

ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA – LIDERANÇA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

INFORMAÇÕES GERAIS

- 1- Nome do Informante:
- 2- Nome e localização do assentamento:
- 3- Área:
- 4- Número de famílias assentadas/nº de lotes:
 - 4.1- Número de pessoas residentes:
- 5- Sistema de divisão dos lotes:
- 6- Tamanho dos lotes:
- 7- Ano de constituição/Data de entrega dos lotes:

INFORMAÇÕES SOBRE O ACAMPAMENTO

- 8- Comente sobre a formação do acampamento:
- 9- Que órgãos, instituições e movimentos sociais ajudaram os acampados e qual o auxílio recebido?
- 10-Quais as atividades desenvolvidas no acampamento?
- 11-Quais as atividades econômicas desenvolvidas fora do acampamento?
- 12-Quais foram as formas de participação do MST na ocupação da área?
- 13-Quais as dificuldades enfrentadas no acampamento?

INFORMAÇÕES SOBRE O ASSENTAMENTO

14-Como foi o processo de regularização da terra e a divisão dos lotes? Histórico:

15-Comente sobre a construção da infra-estrutura: (apoio, recursos e custos)

- a) Casas (área, cômodos, alvenaria, instalações sanitárias)
- b) Energia Elétrica
- c) Estradas – acesso: () bom () regular () ruim
- d) Escola (no assentamento)
- e) Posto de saúde (no assentamento?) acesso à saúde:
- f) Saneamento (fossa):
- g) Água potável
- h) Centro Comunitário

16-Comente sobre a estrutura organizacional dos assentados:

16.1- Comissões (individual/coletivo)

16.2- Cooperativas e associações:

17-Comente sobre os sistemas de produção desenvolvidos no assentamento (cultivos/criação voltados para o mercado):

- a) arroz
- b) soja
- c) milho
- d) gado leiteiro
- e) outros

18-Comente sobre os implementos utilizados: (destaque os individuais e os coletivos)

19-Comente a respeito do calendário agrícola:

20-Comente sobre o planejamento das atividades e a organização do trabalho:

21-Existem assentados que prestam serviços fora do assentamento?

21.1- Onde?

21.2- Quais atividades realizam?

22-Quais são as atividades não-agrícolas desenvolvidas no assentamento?

22.1- Qual a importância dessas atividades?

INFORMAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES EXTERNAS DO ASSENTAMENTO

- 23-Quais são os insumos mais comprados?
- 24-Como é realizada a comercialização da produção:
- 25-Quem são os compradores da produção e qual a forma de pagamento?
- 26-Qual o papel da cooperativa dos assentados na comercialização da produção?
- 27-Quem presta assistência técnica ao assentamento?
- 28-Comente a respeito dos créditos/financiamentos obtidos:
- 29-Em que condições encontram-se as finanças do assentamento (dívidas/superávit):

INFORMAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DO ASSENTAMENTO:

- 30-Comete a respeito da desistência dos assentados (índices, motivos e destinos):
- 31-Quais são os principais problemas enfrentados pelos assentados?
- 32-Como esperam resolve-los?
- 33-Qual a sua opinião sobre a estruturação do assentamento em relação aos demais?
- 34-Algum membro do assentamento ocupa cargo político no município?
- 35-Qual é o projeto futuro para o assentamento?
- 36-Há mais algum fato que você gostaria de comentar?